

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE
JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS/INSTITUTO
MULTIDISCIPLINAR/INSTITUTO TRÊS RIOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO**

DISSERTAÇÃO

**A Influência da Lógica Produtivista nas Disputas de Poder no
Interior do Campo de Pós-Graduação em Administração no
Rio de Janeiro: Uma Análise A Partir da Abordagem de
Pierre Bourdieu**

Ana Paula Medeiros Bauer

2016



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO PRÓ-
REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO INSTITUTO DE
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS/INSTITUTO
MULTIDISCIPLINAR/INSTITUTO TRÊS RIOS PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

**A INFLUÊNCIA DA LÓGICA PRODUTIVISTA NAS DISPUTAS DE
PODER NO INTERIOR DO CAMPO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO NO RIO DE JANEIRO: UMA ANÁLISE A
PARTIR DA ABORDAGEM DE PIERRE BOURDIEU**

ANA PAULA MEDEIROS BAUER

Sob Orientação do Professor Dr.
Leonardo Vasconcelos Cavalier Darbilly

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Administração**, no Curso de Mestrado Acadêmico em Administração da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

SEROPÉDICA – RJ
Abril de 2016

650.07118153

B344i

T

Bauer, Ana Paula Medeiros, 1992-

A influência da lógica produtivista nas disputas de poder no interior do campo de pós-graduação em administração no Rio de Janeiro: uma análise a partir da abordagem de Pierre Bourdieu / Ana Paula Medeiros Bauer. - 2016.

142 f.: il.

Orientador: Leonardo Vasconcelos
Cavalier Darbilly.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Mestrado Acadêmico em Administração, 2016.

Bibliografia: f. 124-132.

1. Administração - Estudo e ensino (Pós-graduação) - Rio de Janeiro (Estado) - Teses. 2. Publicações científicas - Competições - Rio de Janeiro (Estado) - Teses. 3. Universidades e faculdades - Pós-graduação - Avaliação - Rio de Janeiro (Estado) - Teses. 4. Bourdieu, Pierre, 1930-2002 - Teses. I. Darbilly, Leonardo Vasconcelos Cavalier, 1981- II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Mestrado Acadêmico em Administração. III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/Instituto Multidisciplinar/Instituto Três Rios
PPGA-MA – Programa de Pós-graduação em Administração
Mestrado Acadêmico em Administração

ANA PAULA MEDEIROS BAUER

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em Administração, na área de concentração em Gestão e Estratégia.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 06/04/2016

Prof. Dr. Leonardo Vasconcelos Cavalier Darbilly

Orientador – Presidente

UFRRJ

Prof. PhD. Maria Gracinda Carvalho Teixeira

Membro interno

UFRRJ

Prof. Dr. Leandro Souza Moura

Membro externo

UERJ

Por que a palavra interesse é de certo modo interessante? Por que é importante questionar o interesse que os agentes podem ter em fazer o que fazem?

(Pierre Bourdieu – Razões Práticas)

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, agradeço a Deus por toda luz e sabedoria que guiou meu caminho por essa jornada tão desafiante e enriquecedora. Sem essa força divina não seria possível.

Agradeço aos meus pais por todo apoio e incentivo e por sempre me fazerem acreditar que tudo daria certo. Aos meus irmãos, primos e tios que transmitiram força e segurança para seguir. Obrigada família pelo suporte contínuo, sem dúvidas isso fez a diferença.

Aos meus queridos amigos por sempre estarem presentes nos momentos felizes e difíceis dessa caminhada acadêmica, obrigada pela compreensão, atenção e pela inspiração que me transmitiram.

Em especial agradeço às Amigas Vanessa e Marina que acompanharam de perto todos os desafios que tivemos que vencer. Obrigada pela força compartilhada, pelo carinho. Vocês trouxeram leveza e alegria, foram essenciais para minha jornada. Também agradeço à Amiga Diana pelos conselhos e pela parceria em todos os momentos, foi muito bom ter te conhecido nesse caminho.

Agradeço ao meu orientador Leonardo Darbilly pela coragem em me apoiar em minhas escolhas. Obrigada por todos os ensinamentos e principalmente por lutar junto comigo por aquilo que acredito, agradeço o suporte ao longo de todo o curso.

Ao Programa de Pós-Graduação em Administração/Mestrado Acadêmico em Administração – PPGA/MA da UFRRJ pela oportunidade de me tornar mestre, e a todos os professores que fizeram parte e colaboraram para meu amadurecimento acadêmico.

À FAPERJ pelo apoio financeiro.

Por fim, agradeço imensamente aos professores: Luiz Leandro, Maria Gracinda Teixeira, Heloísa Nogueira, Janaína Simões, Geruza D'Avila, Severino Pereira, Biancca de Castro, Isabela Fogaça e ao meu orientador Leonardo Darbilly, por acreditarem que a mudança seria possível. Obrigada pelo forte apoio.

RESUMO

BAUER, Ana Paula Medeiros. **A Influência Da Lógica Produtivista Nas Disputas De Poder No Interior Do Campo De Pós-Graduação Em Administração No Rio De Janeiro: Uma Análise A Partir Da Abordagem De Pierre Bourdieu.** 2016. 142 p. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Administração). Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2016.

O campo de pós-graduação no Brasil passou por diversas mudanças ao longo do tempo, principalmente relacionadas ao seu sistema de avaliação. Tal sistema foi implantado em 1976 de forma inicial, e tinha como função desenvolver a educação e a pesquisa no país. A primeira avaliação teve como principal resultado a proposta de evolução de cada programa em particular (CAPES, 2014, s/p). A última grande mudança no sistema ocorreu em 1998, quando foi implantado o Ranking *Qualis* (VI PNPG, 2010), um sistema de estratificação que classifica os veículos de divulgação da produção intelectual (CAPES, 2004,s/p). Sendo assim, a avaliação passa a ser feita a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, o trabalho é considerado de qualidade se for aceito em um veículo que possui boa pontuação no sistema *Qualis*. Com isso, as organizações educacionais tendem a exigir de seus professores/pesquisadores mais produção de artigos para convertê-los em publicação, almejando conquistar posições dominantes no campo. Nesse sentido, a lógica produtivista se insere no campo da pós-graduação do país, regida pela a produção excessiva de artigos para alcançar o máximo de pontos. Essas mudanças atingem hoje o campo do ensino da pós-graduação em administração no estado do Rio de Janeiro, área onde o estão concentrados os principais programas do campo. Parece ser possível afirmar que essa marcante mudança no sistema de avaliação provocou uma reestruturação do campo, onde os agentes começam a modificar suas práticas para se adequar a avaliação e ganhar mais poder. Dessa forma, o objetivo do estudo é compreender como a lógica produtivista influenciou as disputas de poder entre as organizações que compõem o campo de pós-graduação em administração no estado do Rio de Janeiro, a partir das perspectivas teóricas de Bourdieu. O autor percebe o campo como um espaço de interações de forças entre os agentes dotados de um determinado tipo de capital, dentre os diferentes tipos existentes, para conquistarem o domínio do campo.

Palavras-chave: *Lógica produtivista, disputas de poder, campo de pós-graduação em administração.*

ABSTRACT

BAUER, Ana Paula Medeiros. **The Logic Of Influence productionist In Power Disputes In Interior Postgraduate Course In Management In Rio De Janeiro: An Analysis From The De Pierre Bourdieu approach.** 2016. 142 p. Dissertation (Academic Master in Business Administration). Institute of Social Sciences, Rural Federal University of Rio de Janeiro, RJ, 2016.

The postgraduate education field in Brazil has gone through several changes over time, mainly related to its evaluation system. Such a system was implemented in 1976 original form and function was to develop education and research in the country. The first evaluation was mainly a result of the proposed development in each particular program (CAPES, 2014 s / p). The last major change in the system occurred in 1998, when it was deployed Qualis Ranking (VI PGNP, 2010), a stratification system that classifies vehicles disclosure of intellectual production (CAPES, 2004 s / p). Thus, the evaluation shall be taken from the analysis of the quality of the disclosure vehicles, or work quality is considered accepted if a vehicle which has good score QUALIS system. Thus, educational organizations tend to require their professors / researchers more production items to convert them into publication, aiming to win dominant positions on the field. In this sense, the logic of productivity is within the field of the country graduate governed by the excessive production of articles to achieve maximum points. These changes now reach the field of teaching in graduate management in the state of Rio de Janeiro, an area where are concentrated the main field programs. It seems possible to say that this marked change in the evaluation system led to a restructuring of the field, where the agents begin to modify their practices to suit the evaluation and gain more power. Thus, the objective of the study is to understand how the logic of productivity influenced the power struggles among organizations that make up the administration in post-graduate course in the state of Rio de Janeiro, from the theoretical perspectives of Bourdieu. The author sees the field as a force interactions of space between the officers with a particular type of capital among the different existing types, to conquer the field domain.

Keywords: productivist logic, power struggles, administration graduate course.

LISTA DE ABREVIACÕES

APCN- Avaliação das Propostas de Cursos Novos

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CFE – Conselho Federal de Educação

CNE/MEC - Conselho Nacional de Educação/ Ministério da Educação

CNpq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CTC - Comissão Técnica Científica

DO – Definição Operacional

DC – Definição Constitutiva

DASP – Departamento de Administração do Serviço Público

EBAP/FGV - Escola Brasileira de Administração Pública/ Fundação Getúlio Vargas

FAPERJ - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

FGV- Fundação Getúlio Vargas

NGP- Nova Gestão Pública

ONU - Organização das Nações Unidas

PNPG – Plano Nacional de Pós-Graduação

PUC – Pontifícia Universidade Católica

SNPG – Sistema Nacional de Pós-Graduação

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Unigranio – Universidade do Grande Rio

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Programas do Estado do Rio de Janeiro com mestrado e doutorado 94

Tabela 2: Programas do Estado do Rio de Janeiro pesquisados 94

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Network View – O desenvolvimento do Sistema de Avaliação 134

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1 Problema de Pesquisa	16
1.2. Objetivos.....	16
1.2.1. Objetivo geral.....	16
1.2.2. Objetivos Específicos.....	17
1.4 Delimitação do Estudo.....	17
1.5. Justificativa Teórica-Empírica.....	18
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	20
2.1 A perspectiva analítica de Bourdieu	20
2.1.1 O Campo Científico	32
2.2 Surgimento do campo da pós-graduação e seu sistema de avaliação	35
2.2.1 Produtivismo Acadêmico	51
3. METODOLOGIA.....	55
3.1. Delineamento da pesquisa	55
3.2. Sujeitos da Pesquisa e Critérios de Seleção.....	58
3.3. Caracterização da Coleta de Dados.....	59
3.4. Métodos de Análise dos Dados Coletados.....	61
3.5. Definição Constitutiva (DC) e Definição operacional (DO)	66
3.6. Limitação da Pesquisa	69
4. ANÁLISE DOS DADOS	71
4.1 Primeiro Objetivo Específico.....	71
4.1.1 O desenvolvimento da pós-graduação e os principais eventos críticos no campo da administração	72
4.2 Segundo Objetivo Específico.....	77
4.2.1 O Sistema de avaliação da Pós-Graduação Nacional sob a ótica dos agentes.....	77
4.3 Terceiro Objetivo Específico	92

4.3.1 Caracterizando os agentes que compõem o campo de pós-graduação em administração no estado do Rio de Janeiro	93
4.4 Quarto Objetivo Específico	106
4.4.1 A relação entre a lógica produtivista e as disputas de poder que ocorrem no interior do campo de pós-graduação em administração no estado do Rio de Janeiro.	106
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
6. REFERÊNCIAS	124
APÊNDICE A – Network View	133
APÊNDICE B – Roteiro de Entrevistas	137
APÊNDICE C – Protocolo de Ética	139

1. INTRODUÇÃO

O campo de pós-graduação no Brasil passou por diversas mudanças ao longo de seu desenvolvimento. Tais mudanças provocaram reestruturações no campo, atingindo principalmente seu sistema de avaliação.

Formalmente, a pós-graduação foi oficializada na década de 1960, através da aprovação do Parecer CFE 977/65, divulgado em três de dezembro de 1965, pelo Conselho Federal de Educação (CFE). Esse documento oficial teve o intuito de explanar as definições e natureza da pós-graduação, além de conter os objetivos desse ramo da educação (SANTOS e AZEVEDO, 2009). A regulamentação desse campo de ensino se fez necessária por três motivos principais: formar um corpo docente com capacidade para atender à ampliação quantitativa do campo de ensino superior comprometidos com a ascensão dos níveis de qualidade; fomentar o desenvolvimento da pesquisa científica através da capacitação apropriada de pesquisadores; além de garantir a preparação efetiva de técnicos e trabalhadores intelectuais de elevada qualidade para satisfazer às demandas do “desenvolvimento nacional em todos os setores” (CFE, 2005 [1965], p.165).

No entanto, é importante ressaltar que anteriormente à formalização desse campo do ensino, já existia o fomento de pesquisa e alguns cursos de pós-graduação. Porém não existia uma definição da finalidade, dos objetivos e da estrutura que um programa de pós-graduação deveria atender. Nesse sentido, foi demandada a elaboração de tal parecer (SANTOS e AZEVEDO, 2009). Todavia, conforme afirma Pegino (2014, p. 149) por mais que já existissem indícios de “normatização” da pesquisa, na década de 1950, o Parecer 977/65 é o “marco principal” na formalização da pós-graduação stricto sensu no Brasil, pois definiu os procedimentos para a capacitação de pesquisadores.

Além disso, a formalização da pós-graduação visava alcançar um “projeto de sociedade, voltado para a consolidação do capitalismo, por meio de um modelo desenvolvimentista”, que transferia tal perspectiva para política educacional, fundamentada em princípios da teoria do capital humano (SANTOS e AZEVEDO, 2009, p. 536). A capacitação de professores, técnicos e trabalhadores intelectuais era imprescindível para o desenvolvimento do “projeto de modernização” (SANTOS e AZEVEDO, 2009, p. 537). Para Pegino (2014) a formalização da pós-graduação teve a intenção de regular a relação entre ciência e desenvolvimento capitalista. É importante

ressaltar que a criação e a afirmação da pós-graduação no país destacam-se pela influência do exterior, esse campo se espelhou no modelo americano, e no modelo francês (SANTOS e AZEVEDO, 2009), sendo o modelo americano de pós-graduação empregado no Brasil, sem qualquer reflexão ou adaptação (PEGINO, 2014).

Vale ressaltar que, o foco desse trabalho será o campo de pós-graduação em administração, que surgiu no contexto de implantação da política desenvolvimentista, no segundo mandato de Getúlio Vargas (1951-1954). O país almejava o crescimento industrial e de infraestrutura, para tanto era necessário a qualificação de funcionários para implantação dessa política (SERVA, 1990). Com o intuito de alcançar os objetivos, foi criada a Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (EBAP/FGV) com a missão de qualificar os profissionais da área pública no exercício da gestão dos programas do governo (SERVA, 1990).

Após sua formalização, o campo do ensino em pós-graduação teve primeiramente a função de qualificar as atividades de ensino na graduação, fornecendo um retorno à deficiente formação de professores universitários (PEGINO, 2014). Mas, segundo Santos e Azevedo (2009) a formalização não foi o bastante para alcançar todos os objetivos propostos no parecer.

Em meados da década de 1970, percebeu-se que o desenvolvimento da pós-graduação até o momento não contava com um planejamento deliberado. Dessa forma se fez necessário a criação de outros mecanismos capazes de garantir que as ações fossem desenvolvidas com o objetivo de expandir de forma organizada a pós-graduação. (SANTOS E AZEVEDO, 2009).

Nesse contexto, foi desenvolvido em 1974 o I Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) que teve o objetivo de estabelecer direcionamentos para o desenvolvimento deliberado do campo, dentre eles o sistema de avaliação da pós-graduação. As avaliações existiam de forma embrionária desde 1976 com o I PNPG, no entanto, somente com o II PNPG foi enfatizada, a importância da avaliação. Até o momento foram criados seis Planos, com períodos de vigência pré-estabelecidos. No âmbito do sistema de avaliação, várias mudanças ocorreram ao longo dos Planos, como a instauração da avaliação por pares, escala de conceituação numérica, entre outros.

Na década de 1990 o país se envolveu com maior profundidade nas propostas de globalização econômica. Nesse cenário, foram acordados diversos processos que geraram um grande conjunto de reformas, denominado Reforma do Estado (OLIVEIRA

e FONSECA, 2010). Segundo Bresser-Pereira e Spinik (2006) a ideia central da Reforma do Estado era diminuir as funções do Estado como gerador e provedor de bens e serviços e, estender as suas obrigações no custeamento de atividades que envolvem, setores como direitos humanos básicos.

Essa reforma também gerou impactos na avaliação dos cursos de graduação e pós-graduação. No campo da pós-graduação foi possível notar mudanças no modo de avaliação da Capes, passando da avaliação alfabética para numérica de 1 à 7, realizando avaliações trienais por pares, incentivando assim um ranqueamento dos programas entre outras (OLIVEIRA e FONSECA, 2010).

A última grande mudança no Sistema Nacional de Avaliação foi a introdução do *Ranking Qualis* (PNPG, 2010) esse sistema de estratificação, foi implantado em 1998, e é uma classificação dos veículos de divulgação da produção intelectual, dos programas de pós-graduação stricto sensu, definida e utilizada para a fundamentação do processo de avaliação (CAPES,2004,s/p). A avaliação, dentre outros quesitos, passa a enfatizar a análise a partir da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, o trabalho é considerado de qualidade se for aceito em um veículo de divulgação que possui boa classificação no sistema *Qualis*. Nesse sentido, os programas de pós-graduação passam a demandar uma demasiada atenção à produção acadêmica, pois esse critério se tornou muito importante para a obtenção de uma boa avaliação.

A produção acadêmica de um programa equivale a 35% da avaliação, ou seja, ocupa um espaço significativo e por isso recebe tanta atenção. Até o ano de 2014 o sistema de avaliação previa que cada docente credenciado em um programa de pós-graduação pontuasse 150 pontos por triênio, no entanto nos últimos tempos as reuniões de avaliação têm apontado para mudanças na maneira de avaliar os programas. Apesar desse indicativo de mudança, o grande peso que produção científica exerce na avaliação de um programa permanece.

Alcadipani (2011b, p.347) aponta que no país “a produção acadêmica se transformou em sinônimo de fazer pontos”, orientada pela pontuação divulgada pela Capes. A pesquisa científica tem sido avaliada pela quantificação de pontos que o pesquisador conquista no triênio, dessa forma a lógica que rege o sistema acadêmico passa a ser a produção excessiva de artigos para alcançar o máximo de pontos. Com a intenção de atender as exigências do Sistema de Avaliação, e assim, obter uma nota de excelência no processo, os pesquisadores/professores começaram a direcionar seus

esforços para a produção de artigos, adentrando assim em uma lógica produtivista (ALCADIPANI, 2011a, 2011b).

Schmidt (2011) aponta que o produtivismo se instaurou durante o projeto de modernização da Universidade como um emaranhado de ideias e práticas direcionadas para a “para adaptação de sua produção científica e tecnológica, numa era pós-industrial em que o conhecimento é objeto de disputa e interesse econômico tal como foram as matérias primas no período de desenvolvimento industrial” (SCHMIDT, 2011, p. 322).

Dessa maneira alguns pesquisadores (ALCADIPANI, 2011a, 2011b; GODOY E XAVIER, 2012; NASCIMENTO, 2010; ROSA, 2008), vêm criticando a lógica que se inseriu na academia, pois a essência de compartilhamento de conhecimento e enriquecimento de ideias, promovidas pelos debates acadêmicos, é suprimida pela finalidade da pesquisa atual no Brasil, a publicação em revistas e periódicos com “*Qualis*” elevado.

Sendo assim, Rosa (2008, p.111) afirma que a academia passa a se orientar sob a “lógica industrial”, onde os pesquisadores assumem “papéis de gerentes”, comandando grupos de pesquisa, assim como os gerentes fabris gerenciam suas equipes de produção. Godoy e Xavier (2012) também discorrem sobre o modelo de produção na academia e apontam que a forma de avaliação pautada somente na quantidade de publicações não exerce nenhuma importância científica, pois geralmente esses trabalhos são pouco lidos. A produção de artigos publicáveis apenas com o viés quantitativo, possui serventia somente para as variadas formas de progressão na carreira acadêmica. (GODOY E XAVIER, 2012).

A percepção dessa lógica produtivista é também exposta por Nascimento (2010), apontando que, nos últimos anos houve acréscimos importantes no sistema de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), dando-se maior importância para a produção científica dos programas de pós-graduação, e, mais especificamente, à publicação de artigos em periódicos científicos, a pontuação atribuída aos artigos apresentados em eventos científicos foi sendo reduzida e não é mais valorizada no triênio 2010-2012.

Na corrente dos discursos apresentados, Alcadipani (2011a, p.1174) denomina produtivismo como uma exaltação exagerada na produção de um grande volume de algo que possui “pouca substância”, o foco é produzir o máximo de uma coisa “enlatada”,

com “pouco conteúdo” e com isso valorizar a quantidade como sinônimo de qualidade. Ainda, segundo Alcadipani (2011a, p.1175), o resultado dessa lógica produtivista adotada no campo acadêmico é a decadência na qualidade dos trabalhos, onde nos encontros nota-se a fragilidade dos artigos, discussões superficiais, “falta de inovação conceitual”, entre outros.

No entanto, a discussão sobre a demasiada ênfase na produção acadêmica que vigora em muitos programas de pós-graduação, não é uma exclusividade brasileira. Esse tema também é abordado em diversos estudos no âmbito internacional, tal como Arranz (2003) que discute o dilema entre escrever e publicar, o autor afirma que a academia passou a ter como finalidade a publicação. Lane (2010) também aponta que atualmente faz parte do cotidiano acadêmico a avaliação de desempenho que visa mensurar e avaliar os resultados, segundo a autora tais métricas não conseguem alcançar resultados mais expansivos que transmitem e desenvolvem ideias científicas.

Aponta-se também, o possível argumento de que o fomento ao redor da produção científica possui interesses mais amplos, do que apenas avaliativos do ambiente nacional. Argumenta-se que a avaliação também está interessada em fazer com que o Brasil se insira no cenário internacional, e para atingir tal pretensão é necessário que se eleve o volume de produção (OLIVEIRA e FONSECA, 2010). Ainda segundo os autores, “a CAPES acredita que a permanente ampliação das exigências, em sintonia com os requisitos internacionais, contribui para a elevação da competitividade” (OLIVEIRA e FONSECA, 2010, p. 45).

Percebe-se que essa lógica também atingiu o campo de pós-graduação em administração. Segundo Alcadipani (2011a) a academia foi invadida pela lógica produtivista, onde é produzido artigos ao invés de conhecimento. O autor também argumenta que na maioria das disciplinas dos programas de administração são exigidos artigos para publicação (ALCADIPANI, 2011a).

Tendo em vista o contexto atual de avaliação no qual o campo de pós-graduação em administração está inserido, parece ser possível afirmar que, existe uma forte influência das políticas de avaliação, sob as organizações educacionais de mestrado e doutorado.

Schmidt (2011, p.322) afirma que como ferramenta do produtivismo a avaliação busca impor um “poder de dominação da esfera científica e intelectual” que tende a ser

tornar natural e legítimo, pois as organizações que compõem o campo aderem e se submetem a essa lógica, criando assim, um sistema ao qual deve responder.

Nesse sentido, Bourdieu (2004, p.21) afirma que o campo científico “é um mundo social, e como tal, faz imposições, solicitações e etc, que são, no entanto, relativamente independentes das pressões do mundo social global que o envolve”, e assim como todos os outros campos, é um campo de forças e lutas que visam manter ou modificar a lógica das forças dominantes (BOURDIEU, 2004).

Todo campo possui uma determinada estrutura que orienta seu modo de funcionamento, e dessa forma, “cada campo é o lugar de constituição de uma forma específico de capital” (BOURDIEU, 2004, p. 26). O campo científico por sua vez, possui seu próprio capital, denominado capital científico que é “uma espécie particular de capital simbólico que consiste no reconhecimento atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo científico” (BOURDIEU, 2004, p. 26).

O autor afirma que nesse campo existem estruturas objetivas, porém os agentes não são conduzidos por essas estruturas de forma automática, ocorrem lutas de oposição e resistência que são orientadas de acordo com o *habitus*. Bourdieu aponta que os agentes podem “lutar contra as forças do campo, resistir-lhes e, em vez de submeter suas disposições às estruturas, tentar modificar as estruturas em razão de suas disposições, para conformá-las às suas disposições” (BOURDIEU, 2004, p. 29).

É importante esclarecer que assim como o campo econômico, o campo da ciência também possui “relações de força”, disputas de poder, busca por concentração de capital, relações sociais que buscam a “dominação” através da “apropriação dos meios de produção e reprodução”, além de reconhecer a existência de lutas para manter ou subverter a lógica específica do próprio campo (BOURDIEU, 2004, p. 34).

Mesmo com reações críticas ao modelo de avaliação dos programas de pós-graduação, a lógica produtivista passou a se instaurar no campo de ensino em administração no Brasil. Dessa forma, para que uma organização possa ganhar poder, se faz necessário alcançar uma nota Capes de excelência. Parece ser possível afirmar que, o sistema de avaliação proporcionou as organizações inseridas nesse espaço um reajuste de suas estruturas internas para que estas pudessem satisfazer as exigências da instituição reguladora.

Por isso, acredita-se que ocorreram modificações nas maneiras por meio das quais as organizações de ensino, disputam o poder umas com as outras com o intuito de alcançar uma posição mais vantajosa na topografia do campo.

Dessa forma, o presente projeto se baseia na perspectiva teórica do sociólogo francês Pierre Bourdieu, buscando compreender como a lógica produtivista introduzida no campo de pós-graduação em administração no estado do Rio de Janeiro, influenciou as disputas de poder por parte das organizações que compõem esse espaço social.

O autor possui sua base analítica em três conceitos centrais: campos, *habitus* e capitais. Nesse sentido, Bourdieu (2008) entende o campo como um espaço de interações de forças entre os agentes dotados de um determinado tipo de capital, dentre os diferentes tipos existentes, para conquistarem o domínio do campo. Por *habitus* entende-se, basicamente, por valores reproduzidos automaticamente pelos agentes e que orienta sua ação. Já o capital é percebido através de diversas formas, e cada campo determina o capital que irá conduzir sua dinâmica.

Sendo assim, a presente pesquisa busca responder o seguinte problema de pesquisa:

1.1 Problema de Pesquisa

De que maneira a lógica produtivista influenciou as disputas de poder entre as organizações que compõem o campo de pós-graduação em administração no estado do Rio de Janeiro?

1.2. Objetivos

1.2.1. Objetivo geral

Compreender como a lógica produtivista influenciou as disputas de poder entre as organizações que compõem o campo de pós-graduação em administração no estado Rio de Janeiro.

1.2.2. Objetivos Específicos

Para que o objetivo final seja alcançado é preciso que os seguintes objetivos intermediários sejam atingidos:

- Identificar os principais eventos críticos do campo de pós-graduação, desde sua origem até os tempos atuais;
- Descrever o desenvolvimento do Sistema de avaliação da Pós-Graduação Nacional;
- Identificar os principais agentes inseridos no campo de pós-graduação em administração no estado do Rio de Janeiro e os principais recursos de poder que eles detêm e;
- Estabelecer uma relação entre a lógica produtivista e as disputas de poder que ocorrem no interior do campo de pós-graduação em administração no estado do Rio de Janeiro.

1.4. Delimitação do Estudo

A pesquisa teve o seu delineamento conceitual no campo de pós-graduação em administração no estado do Rio de Janeiro. Para o estudo, o campo se referiu ao espaço onde as Universidades com programas de pós-graduação com mestrado e doutorado em administração estão inseridas, bem como a principal instituição reguladora, com a exceção de um programa que possui apenas curso de mestrado acadêmico, que foi considerado na pesquisa devida sua relevância e trajetória no campo. O estudo também foi baseado na concepção de campo de Pierre Bourdieu. Para o autor, o campo é um espaço social onde estão presentes as relações de força que buscam conquistar os diferentes tipos de capital, com o intuito de manter a dominação vigente, ou subverter a ordem (BOURDIEU, 2008).

Em relação à delimitação geográfica, a pesquisa circunscreveu-se no estado do Rio de Janeiro, tendo o interesse nas universidades públicas e privadas que possuem programas de pós-graduação com mestrado e doutorado, exceto uma universidade que possui apenas o curso de mestrado acadêmico. A delimitação foi feita nessa região, pois a mesma concentra aproximadamente 50% dos cursos de pós-graduação com mestrado

e doutorado em administração no país. Em relação à perspectiva temporal, o estudo foi delimitado no contexto atual da lógica de produção difundida no campo.

1.5. Justificativa Teórica-Empírica

O estudo se fez pertinente, pois teve o objetivo de compreender como ocorrem as disputas de poder no campo de pós-graduação na área de administração, percebendo a influência da lógica produtivista nessas disputas. Diversos autores já discorrem sobre os impactos que essa lógica produz no contexto acadêmico.

Esses impactos podem ser observados na quantidade de publicação em detrimento da qualidade (ALCADIPANI, 2011a, 2011b; GODOY E XAVIER, 2012; NASCIMENTO, 2010; ROSA, 2008), na intensificação do trabalho docente e também a influência produzida na gestão dos programas (MACCARI et al., 2009; MAUÉS e MOTTA Jr., 2011; MAUÉS, 2010), e na questão da ameaça à solidariedade entre pares tratada por Patrus, Dantas e Shigaki (2015), dentre outros. No entanto, esses trabalhos não abordam a influência dessa lógica nas disputas de poder no campo.

Por isso, em relação à teoria, o estudo teve o intuito de desenvolver contribuições para a linha de pesquisa que estuda o poder no aspecto interorganizacional e intraorganizacional, pois, se faz necessário pesquisar como esse demasiado enfoque na quantidade de produção e publicação influenciou as disputas de poder no campo de pós-graduação em administração no estado do Rio de Janeiro, pretendendo contribuir para a compreensão de como a lógica produtivista reestruturou o campo, alterando as relações de poder existentes nesse espaço. Além disso, Vieira e Lacerda (2010) apontam que o estudo do poder nas organizações tem importância fundamental, pois as organizações vêm sendo observadas como manifestações sólidas da prática de poder. De acordo com os autores, o poder se expressa nas organizações desde o início dos estudos sobre administração como área do conhecimento.

No que diz respeito à justificativa prática, uma das principais pretensões da pesquisa foi provocar uma reflexão sobre o modelo produtivista que atualmente norteia o campo de pós-graduação em administração, assim como em todo o campo acadêmico. Dessa forma, a pesquisa poderá auxiliar a reflexão por parte de gestores de organizações inseridas nesse campo a respeito de como as relações de poder podem ser modificadas e

reelaboradas a partir da introdução de uma nova lógica orientadora de práticas de gestão, bem como sobre as próprias políticas públicas destinadas a esse espaço social, beneficiando assim, pessoas que exerçam cargos de gestão nas organizações envolvidas, propiciando um melhor entendimento dessa dinâmica.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Dias e Magalhães (2011, p.709) os tópicos da seção Fundamentação Teórica “contemplam as ideias e achados na literatura que conduzem a cada uma das questões norteadoras ou hipóteses”.

Sendo assim, nesta seção, serão apresentadas as ideias que fundamentarão a pesquisa. Por isso, o item 2.1 irá discorrer sobre a perspectiva analítica de Bourdieu, autor que guiará a análise das disputas de poder no campo, logo em seguida, o subitem 2.1.1 abordará as noções de campo científico para Bourdieu. O item 2.2 trará as questões relativas ao surgimento do campo da pós-graduação e sua avaliação. Finalmente, o subitem 2.2.1 trará a discussão feita por diversos autores acerca do produtivismo acadêmico, acredita-se que tal lógica influenciou as disputas de poder no campo.

2.1 A perspectiva analítica de Bourdieu

Desenvolver uma pesquisa através da perspectiva analítica de Pierre Bourdieu compreende a tentativa de rompimento com a dicotomia subjetividade e objetividade. Segundo Peci (2006, p.32) Bourdieu “concebe seu referencial teórico a partir de uma relação dialética entre estas dicotomias”. Nesse sentido, o sociólogo avança o estruturalismo tradicional, e passa a considerar não somente o campo, enquanto estrutura dominante, mas também a ação do agente e sua tentativa de modificar o campo.

Assim como aborda Misoczky (2003), Pierre Bourdieu (2004, p. 149) considera seu trabalho como “estruturalista construtivista”, entendendo o estruturalismo como “estruturas objetivas, independentes da consciência e da vontade dos agentes, as quais são capazes de orientar ou coagir suas práticas e representações”, e por construtivismo percebe que existem dois assuntos a serem analisados, a “gênese social dos esquemas de percepção, pensamento e ação que são constitutivos do que chamo de *habitus* e, de outro, das estruturas sociais, em particular do que chamo de campos e grupos”. Misoczky (2003, p. 12), aponta que o autor ao assumir seu posicionamento epistemológico, expressa a “articulação dialética entre objetivismo e subjetivismo na sua teoria, ou seja, a articulação dialética entre estruturas mentais e sociais”.

Swartz (2002) afirma que o estruturalismo demanda uma submissão do agente à estrutura, porém o conceito de *habitus* de Bourdieu fundamenta-se na ideia de que existe uma ação estratégica e prática dos agentes no campo e que os mesmos não são, no geral, conformados as normas, dessa maneira o autor não deve ser considerado um estruturalista.

O conceito de *habitus* é chave do arcabouço teórico de Bourdieu, pois rejeita o ponto de vista objetivista que retrata a conduta individual como uma saída ao condicionamento externo. Swartz (2002) também aponta que Bourdieu rejeita o existencialismo subjetivista de Sartre, rejeitando também o subjetivismo e visões voluntaristas da conduta humana que ilustram a escolha de cada indivíduo decorrente da sua subjetividade independente da influência social. Segundo Swartz (2002, p. 61-62) o sociólogo tem o intuito de se “posicionar no mundo intelectual francês no final da década de 1950 e início da década de 1960”, onde busca “desenvolver um distanciamento crítico do estruturalismo de Levi- Strauss e do existencialismo de Jean Paul Sartre”.

Para Mangi (2006, p.31) Bourdieu percebia a intensa influência do estruturalismo em sua obra, no entanto, admitia sua vontade de desenvolver um “estruturalismo genético”, onde a apreciação das “estruturas objetivas”, ou seja, as estruturas dos variados campos são inerentes à apreciação da criação tanto das “estruturas mentais” dos agentes como das próprias “estruturas sociais”. Ainda segundo o autor supracitado, a obra de Bourdieu deve ser vislumbrada tanto sob a ótica subjetivista como objetivista, porém é essencial que se compreenda que ambos estão incondicionalmente relacionados.

Percebe-se então, que a obra de Pierre Bourdieu se desenvolveu sob a percepção relacional entre subjetividade e objetividade, avançando a dicotomia existente. Além disso, Misoczky (2003, p.24) também afirma que a “contribuição das formulações de Bourdieu em estudos organizacionais implica mudança de foco e de compreensão do próprio objeto de estudo”.

Swartz (2002) aponta que o modelo analítico desenvolvido por Bourdieu, para ser completo, deve abranger os conceitos de *habitus*, capitais e campo. Esses conceitos dizem muito a respeito da complexa relação das ações humanas, e nenhum dos três conceitos analisados isoladamente pode explicar os atos humanos, e, é a interligação dos mesmos que regula a conduta humana (SWARTZ, 2002).

Sendo assim, uma pesquisa pautada na perspectiva analítica do autor, deve abarcar o campo, como um espaço social; o *habitus* inerente a cada agente; e os capitais almejados pelos agentes para conservar ou subverter a ordem do campo. Dessa maneira, Thiry-Cherques (2006) afirma que Bourdieu possui um método de investigação que contempla o conceito de campo, *habitus* e capital, nessa perspectiva campo é um segmento do social, no qual os agentes estão inseridos (indivíduos e grupos), esses agentes possuem disposições específicas, denominada *habitus*. Complementando a visão de Thiry-Cherques (2006), Misoczky (2003, p.13) atenta que a percepção de sociedade é trocada pela de campo e de espaço social, “cada campo prescreve seus valores particulares e possui seus próprios princípios regulativos”. Desse modo Bourdieu (1989, p.135) descreve o campo social como um:

“espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas, cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes: os agentes distribuem-se assim nele, na primeira dimensão, segundo o volume global do capital que possuem, e na segunda dimensão, segundo a composição de seu capital – quer dizer, segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto das suas posses”. (BOURDIEU, 1989, p. 135)

Para Misoczky (2009) o campo não é uma estrutura inerte, e sim um espaço de jogo, que só passa a existir ao passo que os jogadores começam a fazer parte dele, acreditando e perseguindo ativamente os prêmios que ele oferece. Os jogadores no campo permanecem em constante trabalho para se destacarem de seus adversários, com intuito de estabelecer uma hegemonia sobre um subsetor particular do campo, onde os limites estão estabelecidos no ponto em que seus efeitos cessam (MISOCZKY, 2009). Nesse sentido, Dick (2008), afirma que quando se usa a aproximação do jogo para explicar as dinâmicas do campo, é preciso distinguir o que de fato está em jogo no campo, ou seja, os tipos de capital importantes.

Segundo Misoczky (2003, p.14) “a questão do limite do campo é difícil, simplesmente porque ele é sempre objeto de disputa no próprio campo”, os princípios (de regulação e regularidades das práticas) demarcam um espaço socialmente estruturado em que os agentes estão em conflito, para manter ou subverter as posições, dependendo das colocações que ocupam no campo. Segundo Dick (2008, p. 330),

Bourdieu elaborou a concepção analítica de campo para proporcionar a pesquisa “sistemática de qualquer ordem social”.

Para Swartz (2002, p. 65) Bourdieu concebe o campo como um contexto social estruturado, “os campos são arenas competitivas de luta dos diferentes tipos de capital”. O autor aponta que Bourdieu pensa a sociedade “como um arranjo complexo de muitos campos, como o campo econômico, o campo artístico, o campo religioso, o campo legal, e no campo político” (SWARTZ, 2002, p. 65). O significado de campo evidencia que os acontecimentos sociais são espaços estruturados onde os atores disputam entre si por recursos de valor (SWARTZ, 2002).

O campo compreendido como um espaço social é uma “representação abstrata” elaborada através de um exercício característico de construção, proporcionando uma “uma visão panorâmica, um ponto de vista sobre o conjunto dos pontos a partir dos quais os agentes [...] lançam seu olhar sobre o mundo social” (BOURDIEU, 2007, P. 162).

Para que se possa entender melhor o campo é preciso esclarecer uma importante concepção dos estudos de Bourdieu (2007), a concepção de agente, fundamental na dinâmica do campo, ele interage no espaço social. O agente é um sujeito que age no campo, porém não é totalmente autônomo, sofre com as pressões exercidas pelas estruturas (BOURDIEU, 2007). O agente ou a classe de agentes não está totalmente sujeitada às estruturas do campo, mas possuem um maior poder de mudança, o autor afirma que:

“[...] a estrutura do estilo de vida característico de um agente ou de uma classe de agentes, ou seja, a unidade que se dissimula sob a diversidade e a multiplicidade do conjunto das práticas realizadas em campos dotados de lógicas diferentes, portanto, capazes de impor formas diferentes de realização, segundo a fórmula: [(*habitus*) (capital)] + campo = prática”. (BOURDIEU, 2007, p.97).

Além de compreender a importância do agente ou da classe de agentes no campo, também se faz necessário entender a concepção de classe para Bourdieu que se diferencia das outras concepções. Para o sociólogo, classe vai além da detenção de capital, ou dos meios de produção como estudado por Marx. Bourdieu (2007) amplia essa concepção e insere no conceito de classe a detenção de outras formas de capital,

como capital cultural, científico, simbólico, social, e não somente o financeiro. Segundo o autor:

“A classe social não é definida por uma propriedade (mesmo que se tratasse da mais determinante, tal como o volume e a estrutura do capital), nem por uma soma de propriedades (sexo, idade, origem social ou étnica - por exemplo, parcela de brancos e de negros, de indígenas e de imigrantes, etc.- remunerações, nível de instrução, etc.), tampouco por uma cadeia de propriedades, todas elas ordenadas a partir de uma propriedade fundamental - a posição nas relações de produção -, em uma relação de causa a efeito, de condicionante a condicionado, mas pela estrutura das relações entre todas as propriedades pertinentes que confere seu valor próprio a cada uma delas e aos efeitos que ela exerce sobre as práticas” (Bourdieu, 2007, p. 101).

Entende-se então que na concepção de Bourdieu, classe pode ser considerada como uma reunião de agentes que habitam a mesma, ou semelhante posição dentro do espaço social, ou seja, possuem condições e são acometidos por condicionamentos parecidos, possuem também comportamentos, condutas e desejos equivalentes (BOURDIEU, 1989). Dessa forma, Wacquant (2013, p. 89) aponta que a classe:

“enquanto modalidade de agrupamento social e fonte de consciência e conduta, emerge e se consolida pela competição sem fim, na qual os agentes se engajam através dos diversos domínios da vida, visando a aquisição, o controle e a disputa por diversas espécies de poder ou de “capital””. (WACQUANT, 2013, p. 89).

Outra concepção teórica muito importante nos estudos de Bourdieu é a concepção de capital que está intrinsecamente relacionada com o entendimento do funcionamento do campo. De uma forma geral, cada campo possui sua própria lógica que resulta em diferentes práticas e ações, portanto, não existe um único conjunto de ações devidamente seguido por todos os agentes nos campos. Por isso, para que um campo possa ser compreendido, se faz necessário entender como se originou a lógica que o rege. A lógica peculiar do campo pode ser entendida através “da espécie de capital necessário para participar do mesmo”, tal capital conduzirá as características para o desenvolvimento das relações que irão se estabelecer no campo (BOURDIEU, 2007, p. 106).

Vale ressaltar que a importância de cada fator constituinte é determinada por cada campo, ou seja, uns podem valorizar mais um tipo específico de capital enquanto outros valorizam um diferente, é essa a estrutura que irá determinar a dinâmica do campo (BOURDIEU, 2007). Dessa maneira, o sociólogo menciona “que a posição social e o poder específico atribuídos aos agentes em um campo particular dependem, antes de

mais nada, do capital específico que eles podem mobilizar [...]”(BOURDIEU, 2007, p. 107). O que importa em cada campo é a mobilização e pertencimento do capital que foi eleito como estruturante, e nada mais além disso, por isso a estrutura e dinâmica do campo é tão particular.

Além disso, o campo é visto como uma estrutura dinâmica que está em constante movimento, pois os indivíduos possuem meios para alterar sua posição no determinado espaço social a que pertence. Esse movimento e deslocamento não acontecem por acaso. Isso ocorre devido à submissão dos indivíduos aos “mecanismos objetivos de eliminação e de orientação - as forças que conferem sua estrutura a esse espaço” (BOURDIEU, 2007, p. 104). Dessa forma, os campos são guiados por estruturas e condições que visam manter a ordem ou subvertê-la.

É importante ressaltar que podem existir “campos dentro de outros campos mais amplos”, porém, cada campo possui sua “autonomia e lógica”, que podem ser induzidas pela lógica dos campos maiores (DICK, 2008, p. 330). Para o autor são essas incorporações e interligações de campos que autoriza uma “uma incorporação analítica da maneira que as estruturas sociais mais amplas e as relações influenciam as relações específicas que são de interesse para o analista” (DICK, 2008, p. 330).

Para manter a ordem existem as estratégias de reprodução, que visam aumentar ou conservar o volume de capital de um determinado grupo ou agente, tais estratégias se constituem pelo conjunto de ações onde os agentes buscam de forma consciente ou inconsciente, manter ou ampliar seu volume de capital e conseqüentemente permanecer ou melhorar sua posição na estrutura de relações (BOURDIEU, 2007). No entanto, essas estratégias são dependentes de outros dois fatores que irão gerar a oportunidade de reprodução do grupo, sendo eles: “o volume e estrutura do capital a ser reproduzido, ou seja, o volume atual e potencial do capital [...] possuídos pelo grupo, assim como de seu peso relativo na estrutura patrimonial” as estratégias de reprodução “dependem da relação estabelecida, em cada momento, entre o patrimônio dos diferentes grupos e os diferentes instrumentos de reprodução” (BOURDIEU, 2007, p. 122).

Alterações em algum desses dois fatores compromete a reprodução do campo, ocasionando uma “uma *reestruturação* do sistema das estratégias de reprodução”, ocorre uma “*reconversão* do capital detido sob uma espécie particular em uma outra espécie”, transformando assim a dinâmica do campo (BOURDIEU, 2007, p. 122).

Apesar de compreender o campo como um espaço social dotado de uma dinâmica específica que define como serão as regras do “jogo”, Bourdieu (2007) acredita no potencial do agente para movimentar e modificar a lógica que conduz o campo. Segundo o autor, a mudança não ocorre somente pela ação de um agente, mais sim através da mobilização de um grupo, e segundo Dick (2008) esse potencial gerador de mudanças e transformações advêm do objetivo gerador de *habitus*.

Habitus é um outro conceito muito importante na perspectiva teórica de Bourdieu, segundo Swartz (2002, p. 61), o conceito de *habitus* de Bourdieu se tornou “uma referência de liderança na crescente literatura sociológica sobre as teorias da ação humana como práticas”. Esse conceito se desenvolveu através das investidas de Bourdieu em abordar como a “ação humana é regulada”, ou mais corretamente como é que “a ação humana segue padrões regulares estatísticos sem ser o produto de obediência a alguma estrutura externa, tais como as normas de renda ou culturais, ou a alguma intenção subjetiva, consciente, como cálculo racional”, o conceito de *habitus* é relacional a teoria da ação (SWARTZ, 2002, p. 61).

De um modo geral o espaço de “posições sociais” se reinterpreta em um “espaço de tomada de posição” por intermédio do *habitus*, ou seja, do “sistema de separações diferenciais”, que delimita as diversas posições nos sistemas mais importantes do espaço social, que corresponde as suas práticas e aos bens que possuem, diferenciando as propriedades dos agentes (“ou de classes construídas como agentes”) (BOURDIEU, 2011, p.21). Vale então, explicitar que para Bourdieu (2007), “o *habitus* engendra representações e práticas que, apesar das aparências, são sempre mais ajustadas as condições objetivas das quais elas são o produto” (BOURDIEU, 2007, p. 228). O *habitus* admite construir uma relação cognoscível e fundamental entre definidas práticas e uma situação, onde o significado é realizado por ele a cargo de categorias de percepção e de apreciação, que são realizadas a partir de uma circunstância objetivamente observável (BOURDIEU, 2007). Desse modo, o *habitus* é:

“com efeito, *princípio gerador* de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo, *sistema de classificação* (*principium divisionis*) de tais práticas. Na relação entre as duas capacidades que definem o *habitus*, ou seja, capacidade de produzir práticas e obras classificáveis, além da capacidade de diferenciar e de apreciar essas práticas e esses produtos (gosto), e que se constitui o *mundo social representado*, ou seja, o *espaço dos estilos de vida*”(BOURDIEU, 2007, p.162).

O autor complementa afirmando que, cada posição de classe, se refere a uma classe de *habitus*, construída pelas condições sociais relacionadas por intermédio desse *habitus*, gerando um conjunto de bens e propriedades, interligadas pela afinação de estilo, por isso uma das funções do *habitus* é “a de dar conta da unidade de estilo que vincula as práticas e os bens de um agente singular ou de uma classe de agentes” (BOURDIEU, 2011, p.21). Sendo assim, a relação criada entre os aspectos que dizem respeito ao nível econômico social, e as características que os diferenciam ligados ao nível respectivo no espaço dos estilos de vida, não seria uma relação de fácil entendimento se não fosse pelo desenvolvimento de *habitus* como um recurso gerador que possibilita esclarecer, de uma só vez, práticas e produtos que podem ser classificados, bem como julgamentos, que quando classificados constroem práticas e obras como sistemas de distinção (BOURDIEU, 2007).

Como o campo é um espaço social de conflito de interesses, onde ocorrem as buscas por recursos de poder, os agentes que constituem esse campo regem suas ações a partir de seu *habitus*. Por *habitus* entende-se que são os valores reproduzidos automaticamente pelos agentes, tais valores são impostos pela família, escola, sociedade, dentre outras organizações que participam da formação do agente. No entanto, Swartz (2002, p. 63) alerta que o conceito de *habitus* não é a simples repetição de conduta ou rotina, por isso, “*habitus* tem um potencial latente que molda a ação não pela sua frequência de uso, mas por sua confiabilidade, quando são evocados”.

Para compreender o *habitus* é necessário perceber o que foi imposto como regra, qual a lógica que rege determinado campo, como tal regra foi instituída no campo. O *habitus* é um princípio gerador de práticas e de entendimentos que é capaz de dar sentido ao comportamento dos agentes (ou grupo de agentes), sendo assim o *habitus*:

“enquanto disposição geral e transponível, realiza uma aplicação sistemática e universal, estendida para além dos limites do que foi diretamente adquirido, da necessidade inerente às condições de aprendizagem: é o que faz com que o conjunto das práticas de um agente - ou do conjunto dos agentes que são o produto de condições semelhantes - são sistemáticas por serem o produto da aplicação de esquemas idênticos ou mutuamente convertíveis - e, ao mesmo tempo, sistematicamente distintas das práticas constitutivas de um outro estilo de vida” (BOURDIEU, 2007, P. 163).

Bourdieu (1989) afirma que *habitus* é o conhecimento adquirido, e indica uma disposição do agente em ação, a prática do *habitus* não prevê a necessidade de

raciocínio para se orientar e se situar racionalmente em um espaço. Lau (2004, p.376) afirma que o *habitus* “é mais adequadamente compreendido em termos de categoria do prático”, “não é a habilidade motora do corpo, mas o senso cognitivo não-reflexivo”. O *habitus* atua como um princípio gerador de práticas diferenciadas, mas também diferenciadoras, como por exemplo, o estilo de vida de um “operário”, seu modo de se vestir e de se alimentar, se diferencia sistematicamente, do estilo de vida de um “empresário industrial”, além disso, o *habitus* também estabelece percepções entre o bem e o mal, e essas percepções podem parecer distintas para cada agente (BOURDIEU, 2011, p. 22).

Cada agente ou grupo de agente possui um *habitus* diferente, assim como a lógica de campo é peculiar, o *habitus* é desenvolvido a partir das diversas circunstâncias de existência, ele é a expressão das diferenças existentes entre as condições de vida, e os agentes através do desenvolvimento da sua percepção e avaliação; identifica, interpreta e avalia suas características apropriadas que correspondem ao seu estilo de vida (BOURDIEU, 2007). Além de ser uma “estrutura estruturante” que dita a prática e os sistemas de percepção (BOURDIEU, 2007, p. 164), o *habitus* também é uma:

“estrutura estruturada: o princípio de divisão em classes lógicas que organiza a percepção do mundo social é, por sua vez, produto da incorporação da divisão em classes sociais. Cada condição é definida, inseparavelmente, para suas propriedades intrínsecas e pelas propriedades relacionais inerentes a sua posição no sistema das condições que é, também, um *sistema de diferenças*, de posições diferenciais, ou seja, por tudo o que a distingue de tudo o que ela não é e, em particular, de tudo o que lhe é oposto: a identidade social define-se e afirma-se na diferença” (BOURDIEU, 2007, p. 164).

Lau (2004, p. 377) também discorre sobre a compreensão do *habitus* a partir das duas questões, por um lado como “estrutura estruturada”, e por outro como “estrutura estruturante”. A aquisição do *habitus* como “estrutura estruturada” pode até envolver certa reflexão, porém em maioria é um processo “anti-reflexivo”. Um exemplo dado pelo autor, como “estrutura estruturada”, ilustra a situação de um jantar fora com os filhos, de uma família de classe média que se desvia de certos restaurantes e com isso os filhos percebem que tais restaurantes não são pra eles, sem mesmo saber o porquê, porém eles podem vir a perguntar e descobrir que os mesmos são caros e por isso não o frequentam. Sobre “estrutura estruturante” Lau (2004, p. 377) afirma que “diz respeito a práticas geradas por alienações, que são principalmente não-reflexivas, mas também pode surgir

a consciência”, e dessa forma o agente se torna “capaz de explicar suas práticas, por exemplo, quando induzidos a refletir sobre elas”.

Swartz (2002) também complementa afirmando que o *habitus* são agrupamentos internalizados em profundidade, formas esquematizadas de capacidades mentais e corpóreas, adquiridas logo na primeira fase de socialização durante a infância. O autor afirma que a família e o ambiente familiar são fundamentais influenciadores do *habitus* e que por isso, a internalização dessas capacidades no âmbito familiar se torna uma “estrutura estruturada” (SWARTZ, 2002, p. 63).

De um modo geral, *habitus* é a alavancagem principal da ação humana, mas como aponta Bourdieu não é o único elemento (SWARTZ, 2002). As condutas humanas emergem da reunião de “unidades biológicas individuais” com determinados tipos e volumes de capital, dispostos nos campos (SWARTZ, 2002, p. 66). As três principais concepções teóricas de Bourdieu estão estritamente relacionadas, “a força motriz do *habitus* é mediada por campos, e os constrangimentos e as oportunidades impostas pelos campos são mediadas através das disposições do *habitus*” (SWARTZ, 2002, p. 66).

A ação de um agente no campo busca o acúmulo de capitais específicos para alcançar ou manter a posição dominante no campo, tal ação é orientada pelo *habitus*. Sendo assim, “*habitus* são formados com determinados tipos e quantidades de capital” (SWARTZ, 2002, p. 65). Nesse sentido, os agentes são impulsionados por “recursos de valor”, recurso esse que Bourdieu denomina “formas de capital” (SWARTZ, 2002, p. 65).

Por capital entende-se que é uma representação do poder sobre um campo (em um delimitado período), além de também significar, o produto acumulado a partir do que foi trabalhado (BOURDIEU, 1989). O capital pode existir em dois estados: objetivado, em forma material, e incorporado (como o capital cultural), podendo ser juridicamente assegurado (BOURDIEU, 1989). Existem diferentes tipos de capitais identificados por Bourdieu em seus estudos, dentre eles, econômico, cultural, social, simbólico, a distribuição desses diferentes tipos não é igual entre as classes sociais (SWARTZ, 2002, p. 65). O capital simbólico é um constructo interessante que pode se caracterizar pelo capital físico, econômico, cultural, social, entre outros, esse tipo de capital se distingue dos demais, pois pode se revestir dos outros tipos, desde que seja reconhecido pelos outros agentes como um capital de valor (BOURDIEU, 2011). O capital simbólico “é a

forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital” (BOURDIEU, 1989, p. 135).

Para Misoczky (2003, p.14) “a categoria central para compreender as relações entre agentes nos campos sociais, e as relações de interdependência entre os diversos campos sociais e deles com o campo de poder é exatamente o poder e sua reprodução”. Sendo assim, a dominação não é simplesmente a consequência da ação praticada por um grupo de agentes (“a classe dominante”), mas sim o “efeito indireto de um conjunto complexo de ações que se gera na rede cruzada de limitações que cada um dos dominantes, sofre de parte de todos os outros” (BOURDIEU, 2011, p. 52).

Bourdieu (2011) aponta que o campo do poder é um campo distinto dos outros, é um espaço de interações de forças entre os diversos tipos de capital, ou seja, uma relação de forças entre os agentes dotados de um determinado tipo de capital, dentre os diferentes tipos existentes, para conquistarem o domínio do campo, onde as lutas são intensificadas sempre que o equilíbrio do valor dos diferentes tipos de capital, estabelecido no interior do campo é ameaçado. Essa ameaça ao equilíbrio do campo é possível de se concretizar a partir da mobilização dos agentes. Bourdieu (2007, p. 104) afirma que um agente ou grupo de agentes pode passar de uma posição para outra, mas, essa passagem é dependente de acontecimentos conjuntos (“guerras e crises”) ou provocados por um só agente (“encontro, ligações amorosas, privilégios”).

Nota-se então, que na perspectiva analítica de Bourdieu as diferentes espécies de capital adquiridas pelos agentes, caracterizam seu poder no campo. O autor afirma que “o capital – que pode existir no estado objetivado, em formas de propriedades materiais, ou, no caso do capital cultural, no estado incorporado, e pode ser juridicamente garantido – representa um poder sobre um campo (num dado momento)” (BOURDIEU, 1989, p. 134). O autor menciona que a posição de certo agente no espaço social, pode ser definida pela distribuição dos poderes que agem no campo, ou seja, pela distribuição de capital e suas diferentes espécies, como o capital econômico, capital cultural, capital social e também o capital simbólico.

Nesse sentido, um campo é configurado de acordo com os capitais envolvidos na disputa, e um capital de extrema importância para um agente de um determinado campo, pode ser ignorado pelo agente de outro campo. Por isso, se faz necessário compreender o contexto e os capitais envolvidos em um determinado campo, para então perceber sua configuração.

Assim, a análise do campo pautada nas ideias de Bourdieu aponta que os valores ou formas de capital delimitam e dão sustentação ao espaço social, as relações sociais no campo são regidas pelas lutas mantidas pelos agentes para alterar ou perpetuar as dinâmicas de força e distribuição das formas de capital específico (THIRY-CHERQUES, 2006). Misoczky (2009) corrobora ao afirmar que percebe, que um capital pode tomar variadas formas, é essencial para compreender a estrutura e dinâmica de sociedades diferenciadas, tendo certo que um capital não existe e não funciona, exceto em relação a um campo, dessa maneira, afastar o capital social do arcabouço teórico-conceitual de origem suprime seu sentido fundamental e sua razão de existência.

Aos interesses almeçados pelos agentes para se perpetuar no campo, Bourdieu denomina capital, no entendimento dos bens econômicos e também do conjunto de valores culturais, sociais, simbólicos, científicos entre outros. (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 31). A potência relativa de cada jogador depende, conseqüentemente, do volume e da estrutura de seu capital, além das alterações com o passar do tempo desse volume e dessa estrutura, o que vai designar sua trajetória social e suas disposições, ou seja, seu *habitus* (MISOCZKY, 2009).

Para Bourdieu (2011, p. 52) um dos objetivos das lutas no campo que contrapõem o grupo de agentes ou o grupo de instituições, tendo em comum um volume de capital específico satisfatório para ocupar posições dominantes, é “conservação” ou a conversão da “taxa de câmbio” entre os diversos tipos de capital. Nesse sentido, a tendência conservadora ou subversiva, das forças inseridas nessas lutas depende da “taxa de câmbio” entre os diversos capitais, ou seja, aquilo que essas lutas buscam conservar ou modificar.

Assim como nos conflitos políticos e econômicos, os agentes precisam de um determinado volume de capital para se inserirem no campo e naturalmente utilizam-se de estratégias que possibilitem a permanência ou a conquista de uma posição no campo social. (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 32).

Nota-se que na análise do campo social sugerida por Bourdieu, existe o permanente conflito de interesses, pois os agentes que detêm o capital buscam manter suas posições de agentes dominantes, enquanto os agentes dominados visam alterar a ordem e deter o capital em questão.

2.1.1 O Campo Científico

Para Bourdieu (2004, p.20) campo é “o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência”. Compreendendo a noção de campo para Bourdieu, é possível afirmar que se trata de um espaço com estruturas específicas, de atuação dos agentes na busca por recursos de poder, ou seja, a busca por capitais significativos para cada campo, regidas por seus *habitus*.

Nessa perspectiva as instituições de ensino superior com programas de pós-graduação, estão inseridas no campo científico, que possui suas próprias especificidades e “regras do jogo”. Dessa forma, Bourdieu (2004, p.21) afirma que o campo científico “é um mundo social, e como tal, faz imposições, solicitações e etc, que são, no entanto, relativamente independentes das pressões do mundo social global que o envolve”, e assim como todos os outros campos, é um campo de forças e lutas que visam manter ou modificar a lógica das forças dominantes (BOURDIEU, 2004).

Bourdieu aponta para a importância do agente dentro campo, tal espaço só é possível através da ação do agente, “os agentes criam o espaço, e o espaço só existe (de alguma maneira) pelos agentes e pelas relações objetivas entre os agentes que aí se encontram” (BOURDIEU, 2004, p. 23).

É pertinente ressaltar que apesar desse emponderamento do agente dentro do campo, e nesse caso, no campo científico o mesmo está sob o comando das “*estruturas das relações objetivas*”. Tais estruturas empregam o princípio do campo, determinam os “pontos de vista”, as “intervenções científicas”, os “lugares de publicações”, os “temas e objetos de estudo”, ou seja, é com a posição que um agente ocupa nessa estrutura, que é orientada sua tomada de posição no campo (BOURDIEU, 2004, p. 23). Nesse sentido o campo científico também é estruturado e estruturante, ou seja, “essa estrutura, é grosso modo, determinada pela distribuição do capital científico num dado momento” (BOURDIEU, 2004, p. 24).

Sendo assim o autor aborda que assim como nos outros campos, uma subversão da ordem vigente altera o panorama de dominantes e dominados, “os pesquisadores ou pesquisas dominantes definem o que é, num dado momento do tempo, o conjunto de objetos importantes” (BOURDIEU, 2004, p. 25), “aquilo que define a estrutura de um

campo num dado momento é a estrutura da distribuição do capital científico entre os diferentes agentes engajados nesse campo” (BOURDIEU, 2004, p. 26).

Todo campo possui uma determinada estrutura que orienta seu modo de funcionamento, e dessa forma, “cada campo é o lugar de constituição de uma forma específica de capital” (BOURDIEU, 2004, p. 26). O campo científico por sua vez, possui seu próprio capital, denominado capital científico que é “uma espécie particular de capital simbólico que consiste no reconhecimento atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo científico” (BOURDIEU, 2004, p. 26).

Segundo o autor esse tipo específico de capital pode assumir diferentes formas como o número de citações por um determinado trabalho, sinais de reconhecimento e consagração como prêmios científicos nacionais ou internacionais, traduções de livros para língua estrangeira, entre outros. O capital científico se sustenta sobre o “reconhecimento de uma competência” que fornece uma autoridade contributiva para a definição das “regras do jogo”, assim como suas “regularidades”, definição de leis que abordam sobre a distribuição de lucros no campo, tais leis orientam o tema que deve ou não ser pesquisado, em quais revistas a produção deve ser publicada, ou seja, os capitais simbólicos determinam o funcionamento e a estrutura do campo (BOURDIEU, 2004, p.26).

O autor afirma que nesse campo existem estruturas objetivas, porém os agentes não são conduzidos por essas estruturas de forma automática, ocorrem lutas de oposição e resistência que são orientadas de acordo com o *habitus*. Bourdieu aponta que os agentes podem “lutar contra as forças do campo, resistir-lhes e, em vez de submeter suas disposições às estruturas, tentar modificar as estruturas em razão de suas disposições, para conformá-las às suas disposições” (BOURDIEU, 2004, p. 29).

É importante esclarecer que assim como o campo econômico, o campo da ciência também possui “relações de força”, disputas de poder, busca por concentração de capital, relações sociais que buscam a “dominação” através da “apropriação dos meios de produção e reprodução”, além de reconhecer a existência de lutas para manter ou subverter a lógica específica do próprio campo (BOURDIEU, 2004, p. 34). Cada campo possui uma determinada espécie de capital simbólico que é perseguido pelos agentes para o alcance do poder. Dessa forma, no campo científico existem duas espécies de

capital científico: o capital científico institucionalizado e o capital científico puro (BOURDIEU, 2004).

O capital científico institucionalizado corresponde a um poder que se configura na “ocupação de posições importantes nas instituições científicas, direção de laboratórios ou departamentos, pertencimento a comissões, comitês de avaliação” (BOURDIEU, 2004, p. 35). Refere-se também sobre os “meios de produção (contratos, créditos, postos) e de reprodução (poder de nomear e de fazer as carreiras)” (BOURDIEU, 2004, p. 35). Já o capital científico puro está ligado a um poder de “prestígio pessoal” que se revela no “reconhecimento, pouco ou mal objetivado e institucionalizado, do conjunto de pares ou da fração mais consagrada dentre eles” (BOURDIEU, 2004, p. 35).

As duas espécies de capital científico possuem leis de acumulações específicas. O capital científico puro é adquirido através das “contribuições reconhecidas ao progresso da ciência, as invenções ou as descobertas (as publicações, [...] nos órgãos [...] mais prestigiosos, aptos a conferir prestígio à moda de bancos de crédito simbólico)” (BOURDIEU, 2004, p. 36). Ou seja, o capital científico puro é conquistado através do trabalho reconhecido pelos pares. O capital científico da instituição se conquista por estratégias políticas. Todas elas demandam tempo, como participação em comissões, bancas, palestras, reuniões, entre outras. (BOURDIEU, 2004).

Tanto o capital científico puro, como o institucionalizado não é de fácil acumulação. Porém, a forma como são transmitidos difere de um para o outro. O capital científico puro está estritamente ligado ao carisma pessoal, “a percepção comum ligada à pessoa, aos seus dons pessoais”. (BOURDIEU, 2004, p.36). Sendo assim, essa forma de capital é de difícil transmissão por meio da prática.

Por mais, que seja possível transmitir a formalização do trabalho e da competência científica, isso leva tempo (BOURDIEU, 2004). Ainda assim, pode-se “consagrar os pesquisadores, formados ou não pelo detentor do capital, fazendo sua reputação, assinando com ele, publicando e o recomendando para instâncias de consagração” (BOURDIEU, 2004, p. 37).

Por isso, Bourdieu (2013) afirma que o sucesso de uma carreira acadêmica perpassa a escolha de um orientador poderoso, o que não significa que o mesmo seja o mais famoso nem o mais competente. Segundo o autor, o que se espera do orientador,

excluindo as exceções, não é meramente ensinamentos sobre os métodos ou técnicas de pesquisa, mas sim, um reconhecimento de qualidade, um encaminhamento sobre a carreira. Conforme Bourdieu (2013, p.129) “a escolha do orientador também é em parte uma relação de capital a capital: pela condição do orientador e do tema escolhidos, o candidato afirma o sentido que ele tem de sua própria condição [...]”.

Então, é possível perceber que a escolha do orientador pode significar uma estratégia de transmissão de capital científico puro, buscando usufruir do prestígio do mesmo para alcançar o seu próprio capital. Por outro lado o capital científico institucionalizado segue, basicamente, as mesmas regras de outra espécie de capital burocrático para transmissão. Bourdieu (2004, p.37) aborda o exemplo dos concursos, que por mais, que muitas vezes aparentam ser uma “eleição pura”, muitos se aproximam dos “concursos de recrutamento burocrático”, onde a definição do posto já está “pré-ajustada à medida do candidato desejado”.

Nessa ocasião que surge o conflito entre as duas formas de capital: “os detentores do capital científico institucionalizado, que organizam os concursos, seguindo a lógica de nomeação burocrática, e os detentores do capital científico puro que se situam na lógica carismática” (BOURDIEU, 2004, p. 37). Sendo assim, percebe-se que enquanto campo de poder, o campo universitário possui uma lógica própria (BOURDIEU, 2013).

Dessa forma, percebe-se que assim como qualquer outro campo, o campo científico e acadêmico, possuem suas especificidades de capitais particulares que auxiliam a conquista do poder. Além disso, também é possível afirmar que existem agentes que lutam para manter a estrutura e outros que buscam subverter a ordem. A disputa de poder, como em qualquer outro campo é presente.

2.2 Surgimento do campo da pós-graduação e seu sistema de avaliação

O campo de ensino em administração surgiu no Brasil, respaldado pelo projeto político que se desenvolvia durante a década de 1930 à 1960 (LIMA, 2007). O país visava avançar em seus projetos de crescimento e industrialização, por isso necessitava de profissionais com conhecimento suficiente para auxiliar essa demanda.

O final da década de 1930 foi marcante para o campo de ensino em administração, apesar da sua consolidação só ocorrer cerca de 20 anos depois. Em 1938 foi criado o DASP (Departamento de Administração do Serviço Público) com o objetivo de atingir a eficiência da estrutura administrativa do Estado, se tornando um forte influenciador nas questões administrativas do governo, tais como o plano estratégico do país (LIMA, 2007). No entanto, apesar do DASP dar suporte ao gerenciamento dos assuntos do estado e auxiliar no desenvolvimento de uma gestão mais racionalizada (LIMA, 2007), não existia ainda, no país, uma entidade provedora de cursos de ensino superior ou pós-graduação em administração.

Detectada essa lacuna no sistema brasileiro, surge em 1944 a Fundação Getúlio Vargas (FGV) que marcou o processo inicial para a concepção do ensino da administração. A FGV visava qualificar professores, construir “currículos e métodos de ensino”, vislumbrando o crescimento e o fortalecimento de cursos de graduação em administração no Brasil (LIMA, 2007, p. 185). A Fundação foi de fundamental importância para o avanço da economia no Brasil, “ocupando uma posição dominante, no campo das instituições de ensino de administração, assim como serviu de referência para o desenvolvimento desses cursos no Brasil” (LIMA, 2007, p. 185).

É importante ressaltar que a FGV foi criada inspirada nos moldes de instituições americanas de ensino, na época estabeleceu-se uma aproximação com universidades que detinham cursos de administração nos Estados Unidos. Por isso, 1949 docentes brasileiros em comunhão com docentes americanos se agruparam para elaborar uma estrutura do que seria a Escola Brasileira de Administração Pública (LIMA, 2007). Os docentes brasileiros tiveram a oportunidade de ampliar seus conhecimentos nas universidades norte-americanas, proporcionando qualificação para a composição do que se tornaria o painel, de professores da escola (LIMA, 2007).

A partir desse primeiro passo, surgiu oficialmente em 1952 no Rio de Janeiro a Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), uma escola pertencente a FGV, que tinha o intuito de “promover a preparação de técnicos de administração e funcionários executivos” inaugurando no país, “a graduação e a pós-graduação em Administração” (LIMA, 2007, p. 189). Atualmente o campo acadêmico, que nesse trabalho se delimita nos programas de pós-graduação em administração com mestrado e

doutorado – exceto um programa pesquisado que contém apenas curso de mestrado acadêmico - possui 38 cursos espalhados pelas diversas regiões do país. Dentre eles, dois atingem a nota máxima da avaliação, possuem conceito 7 o que equivale o curso a padrões internacionais; dois possuem nota 6 que corresponde a cursos de excelência; 15 possuem a nota 5 que corresponde a programas de alto nível; 18 possuem a nota 4 que significa que o desempenho do programa é bom e apenas 1 possui a nota 3 somente em seu curso de mestrado, essa nota destina-se aos programas que apresentam o padrão de qualidade mínimo (CAPES, 2015, s/p).

O início da década de 1950 foi um período de grande desenvolvimento da ciência no contexto brasileiro. Nessa época foram criadas a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), que seriam fundamentais para o desenvolvimento da pós-graduação da pesquisa no país.

A Capes originou-se como Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (atual Capes) em 1951, com o objetivo de garantir uma realidade com recurso humano especializado em quantidade e qualidade o bastante para suprir às necessidades dos projetos públicos e privados que visavam o crescimento do país (CAPES, 2014, s/p). O CNPq foi criado no mesmo ano, porém tinha o objetivo de promover, financiar e organizar o desenvolvimento das práticas científicas, além de conceder bolsas de estudos com o intuito de aperfeiçoar os pesquisadores (PEGINO, 2014).

O desenvolvimento da pós-graduação no país teve o auxílio dessas duas importantes agências do governo. As mesmas garantiram junto com as universidades, comunidade científica e acadêmica das diversas áreas do conhecimento, o compromisso do Estado de médio e longo prazo com a ciência (OLIVEIRA e FONSECA, 2010).

Atualmente a CAPES tem sua missão voltada para a promoção do desenvolvimento da pós-graduação nacional e a formação de pessoal qualificado, no Brasil e no exterior. Possui cinco linhas principais de ação: avaliação da pós-graduação nacional; elaboração de estudos e subsídios que auxiliam o Ministério da Educação (MEC) na definição dos planos e políticas de desenvolvimento da pós-graduação nacional; formação de recursos de alto nível no país e exterior, mediante programas de investimento em bolsas de estudo, auxílios e outros mecanismos; promoção da cooperação científica nacional e internacional; viabilização do acesso à produção científica mundial (CAPES, 2014, s/p).

Ambas as agências tiveram suas primeiras atuações durante o governo de Getúlio Vargas, onde o planejamento do Estado era implementar um projeto nacional desenvolvimentista, que se fundamentava em planos econômicos, aumento das despesas do governo e na pesada industrialização, buscando modernizar os diversos setores do país (OLIVEIRA e FONSECA, 2010). Por isso a necessidade de se desenvolver ciência e mão-de-obra qualificada para atuar nos projetos governamentais.

O que distinguia uma instituição da outra era que a Capes estava ligada ao MEC e atuou mais precisamente ao lado dos programas de pós-graduação. Já o CNPq estava ligado ao Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) e visava desenvolver o pesquisador, e os eixos de pesquisa, fomentar grupos de pesquisa, buscando planejar uma plano de carreira voltado para a elevação da produção de ciência (OLIVEIRA e FONSECA, 2010). Sendo assim, Capes e CNPq podem ser classificadas como instituições controladoras e estruturantes do desenvolvimento e funcionamento do campo da pós-graduação, pois orientam políticas, modelos e indicadores de avaliação e de administração dos programas, que estão diretamente ligados as condições de financiamento (OLIVEIRA, 2015). Segundo Oliveira (2015, p. 347), como a Capes tem sob seu comando a avaliação e o fomento dos programas, a mesma “consegue promover certo *enquadramento* institucional que concorre para o estabelecimento de um tipo de *comportamento* ou *desempenho institucional*”.

Para que um programa de pós-graduação no país possa ser legítimo e formal, é necessário que seja aprovado pela Capes e integre o Sistema Nacional da Pós-Graduação (SNPG), por isso tal agência detém tanta autoridade no campo. A Capes cabe “credenciar cursos e programas, avaliar e supervisionar [...] estabelecer políticas, programas e ações para sua expansão, [...] nas áreas consideradas pelo governo e [...] pela comunidade científica de maior interesse estratégico” (OLIVEIRA, 2015, p.347). Sendo assim, os rumos tomados pela agência estão sempre em conformidade com os planos políticos e a necessidade de desenvolver profissionais compatíveis com esses interesses (OLIVEIRA, 2015).

Após aproximadamente uma década da criação da Capes e do CNPq, foi desenvolvida em 1961 a LDB/61 (Lei de Diretrizes e Bases) que discorria sobre os princípios da política do sistema educacional nacional. No entanto, esse documento não

destacava qual seria a natureza e os objetivos da pós-graduação, apenas indicava que esse campo avançado de estudos era presente no país (PEGINO, 2014). Fazia-se então, necessário declarar e descrever como seria a configuração e a estrutura da pós-graduação, definindo as regras e diretrizes para seu andamento.

Dessa forma, em 1965, no começo do governo Castello Branco, o Ministro Flávio Suplicy de Lacerda dirigente do Ministério da Educação e Cultura, solicitou ao Conselho Federal de Educação (CFE) uma colocação referente ao campo de estudo em pós-graduação (PEGINO, 2014).

Sendo assim, a formalização da pós-graduação aconteceu durante o contexto militar, quando a ciência e a tecnologia passaram a ser muito valorizadas pelos governos como um meio de avanço para os países. Como resultado do pedido do Ministro, “o CFE elaborou e aprovou, em 3 de dezembro de 1965, o Parecer 977/65”, formalizando, enfim, a pós-graduação no país. (PEGINO, 2014, p. 146). O parecer regulamentou a pós-graduação, seguindo três objetivos principais:

“os três motivos fundamentais que exigem, de imediato, a instauração de sistema de cursos pós-graduados: 1) formar professorado competente que possa atender à expansão quantitativa do nosso ensino superior garantindo, ao mesmo tempo, a elevação dos atuais níveis de qualidade; 2) estimular o desenvolvimento da pesquisa científica por meio da preparação adequada de pesquisadores; 3) assegurar o treinamento eficaz de técnicos e trabalhadores intelectuais do mais alto padrão para fazer face às necessidades do desenvolvimento nacional em todos os setores” (CFE, 2005 [1965], p.165).

Além disso, o parecer também foi importante para diferenciar a pós-graduação *strictu sensu e lato sensu*. A pós-graduação *lato sensu*, geralmente são cursos que visam especializar e aperfeiçoar o profissional em determinada área com objetivo técnico, visando o treinamento no ramo de escolha. Já a pós-graduação *strictu sensu* possui determinadas características que a distingue da *lato sensu*:

“de natureza acadêmica e de pesquisa e mesmo atuando em setores profissionais tem objetivo essencialmente científico, enquanto a especialização, via de regra, tem sentido eminentemente prático-profissional; confere grau acadêmico e a especialização concede certificado; finalmente a pós-graduação possui uma sistemática formando estrato essencial e superior na hierarquia dos cursos que constituem o complexo universitário. Isto nos permite apresentar o seguinte conceito de pós-graduação *sensu stricto*: o ciclo de cursos regulares em segmento à graduação, sistematicamente organizados, visando desenvolver e aprofundar a formação adquirida no âmbito da graduação e conduzindo à obtenção de grau acadêmico” (CFE, 2005 [1965], p.166).

No entanto, qualquer curso de pós-graduação de acordo com o próprio nome se refere a “todo e qualquer curso que se segue à graduação” (CFE, 2005 [1965], p.166), possuindo diferenças apenas no que se a refere a sua natureza. Tamanha foi a importância do parecer que “em vias de completar 50 anos de existência, continua sendo o documento de referência para o assunto no país” (PEGINO, 2014, p. 146).

Três anos após a divulgação do parecer, em 1968, durante o Governo Costa e Silva promoveu-se a Reforma Universitária, outro grande acontecimento para o campo do ensino no Brasil (PEGINO, 2014). Tal Reforma visava ampliar o contingente de pessoas de alto nível instrucional, para auxiliar a proposta de desenvolvimento do governo, buscando modernizar o sistema e tornar ensino e pesquisa inseparáveis. (PEGINO, 2014).

A partir de então o campo de pós-graduação foi se desenvolvendo sem um plano específico e elaborado diante das preocupações que circunscreviam o campo. Até que surgiu, a partir de 1974 o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) com o objetivo de organizar o desenvolvimento desse campo de ensino, e que seria divulgado com determinada periodicidade.

Martins (2000) alerta que com a criação dos PNPG's a pós-graduação se expandiu com mais planejamento e orientação. O autor aponta que diferente da graduação a pós-graduação foi desenvolvida com uma política fortemente guiada e induzida pelo governo, “a existência dos Planos Nacionais de Pós-Graduação traçaram rumos bem-definidos para a sua expansão e, a seu lado, os órgãos de fomento nacionais e internacionais investiram de forma sistemática na implantação desse nível de ensino” (MARTINS, 2000, p.55). Para Pegino (2014, p. 156) os PNPG's “são instrumentos ainda em uso para o delineamento de políticas gerais para o setor no país”. Também é importante ressaltar que a Capes é responsável por elaborar os PNPG's, com exceção do primeiro (PEGINO, 2014).

O I Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) foi divulgado em 1974, durante o Governo Geisel, com o objetivo de capacitar professores universitários, integrar o campo da pós-graduação com o sistema universitário, além da preocupação em refrear as disparidades regionais (I PNPG, 1974), tal plano teve sua validade entre 1975-1979.

Os planos eram elaborados de acordo com o período de vigência do anterior, dessa forma, o II PNPG (1982 – 1985) é publicado no final de 1981, e passa a ser válido

no início do ano seguinte, ainda com o objetivo de formar professores qualificados, mas com ênfase na qualidade do ensino, por isso se fez necessário a regulamentação da avaliação dos programas de pós-graduação (II PNPG, 1981). As avaliações existiam de forma embrionária desde 1976 com o I PNPG, no entanto, somente com o II PNPG foi enfatizada, a importância da avaliação.

Em seguida, foi publicado o III PNPG (1986-1989) que além de fornecer diretrizes e recomendações para o contínuo processo de expansão da pós-graduação, apresentou também importantes considerações relativas à avaliação do campo, apontando que a comparação de um programa com outro da mesma subárea permite detectar especificidades que distinguem a evolução de cada um, instaurando-se assim, a avaliação por pares (III PNPG, 1985).

Houve uma lacuna na periodicidade do PNPG, devido à falta de verbas e por fraca articulação entre as agências de fomento e o IV Plano Nacional de Pós-Graduação não foi publicado. Porém foi elaborado um documento organizado pela Capes que assinalavam cinco aspectos principais, sendo eles: evolução do sistema; grandes desequilíbrios do sistema; pressão da demanda por pós-graduação; fatores estruturais que bloqueiam o desempenho do sistema; e a integração da Capes e com outros órgãos. Esse documento fundamentou diversas implantações da Capes nesse período (PNPG, 2004).

É importante ressaltar que durante esse período ocorreram significativas mudanças no Sistema Nacional de Avaliação da Pós-graduação, regido pela Capes, “no período de 1976-1997, os cursos foram avaliados através de conceitos que variavam de A a E, partir de 1998 a escala de conceituação mudou para o sistema numérico de 1 a 7” , tal escala ainda é utilizada nas avaliações. (V PNPG, 2004, p.51).

Na década de 1990, período em que o PNPG não foi publicado, ocorreram diversos acontecimentos no campo da educação no país. Nesse contexto o governo FHC (Fernando Henrique Cardoso) dedicou-se em organizar o sistema de educação superior brasileiro para atender as solicitações do processo de “reestruturação econômica e produtiva global” (FONSECA e OLIVEIRA, 2010, p. 110). Segundo Santos (2004, p. 1146):

“as rápidas transformações que vêm ocorrendo no mundo atual e, sobretudo, o processo de globalização que envolve as esferas econômicas, políticas e sociais têm provocado repercussões variadas em diversas nações do globo,

bem como nos diferentes grupos sociais que integram os diferentes países” (SANTOS, 2004, p. 1146).

Durante o governo FHC o país passou por um processo de Reforma do Aparelho do Estado que visava estruturá-lo por meio de fundamentos gerenciais: “eficiência nos serviços, indicadores de desempenho, produtividade, baixo custo, descentralização, flexibilidade para atingir metas, foco nos resultados e contrato de gestão” (DUTRA, 2014, p. 64). Essa reforma foi orientada por valores similares aos que orientam a gestão privada, voltada para o mercado, como a eficiência e a qualidade, tendendo a desenvolver uma cultura gerencial nas organizações (PDRAE, 1995). Para Bresser-Pereira (2006) a reforma administrativa do Estado se faz pertinente, pois era preciso fazer com que o serviço público ficasse mais alinhado com o capitalismo contemporâneo, permitindo que os governos eliminem as falhas de mercado sem torná-las maiores. A gestão pública buscou a modernização, para tentar atender as demandas da sociedade e se adequar as novas exigências da comunidade internacional, principalmente as exigências referentes aos órgãos financiadores.

A reforma buscava conceber um determinado avanço, no sentido de romper com os princípios da administração pública burocrática, no entanto o abandono completo desse paradigma não aconteceu. A Reforma do Aparelho do Estado se baseava em alguns fundamentos do modelo burocrático, porém permitia uma flexibilização, no que tange, por exemplo, a admissão segundo critérios rígidos de mérito, a existência de um sistema de remuneração, o desenvolvimento de carreiras, a constante avaliação de desempenho e o treinamento sistemático (PDRAE, 1995). A principal diferença entre um modelo e outro é a forma de controle, enquanto a administração pública burocrática se concentrava nos processos, o modelo gerencial passa a focar mais nos resultados, e não na rígida profissionalização da gestão (PDRAE, 1995).

Além disso, tal reforma buscava setorizar o Estado moderno em: núcleo estratégico, as atividades exclusivas, os serviços não-exclusivos e a produção de bens e serviços para o mercado (PDRAE, 1995). O núcleo estratégico se caracteriza por atividades prioritariamente estatais, “é o centro no qual se definem a lei, as políticas e o modo de, em última instância, as fazer cumprir” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p.33). Já as atividades exclusivas do Estado são aquelas em que o mesmo exerce suas obrigações de

acordo com seu poder, ou seja, “garantem diretamente que as leis e as políticas públicas sejam cumpridas e financiadas” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p.33).

Os serviços não exclusivos do estado podem ser caracterizados por áreas onde o Estado exerce suas funções paralelamente à outras organizações, sendo elas públicas não-estatais ou privadas, ou seja, são todos os serviços que outras organizações também podem oferecer, além do Estado. (BRESSER-PEREIRA, 2006). Finalmente, o setor de produção de bens e serviços para o mercado é aquele onde as empresas estatais atuam, “caracterizado pelas atividades econômicas voltadas para o lucro que ainda permanecem no aparelho do Estado” (PDRAE, 1995, p. 42). Essas atividades são papel do Estado por dois motivos: falta de investimento monetário do setor privado para gera-la, ou, por serem atividades sob monopólio do Estado, não sendo viável o controle por parte do mercado, porém, caso seja preciso a privatização desse serviço, será feito via uma severa regulamentação (PDRAE, 1995).

A inserção da educação e da pesquisa científica nesse plano de Reforma do Estado se encontra no setor de serviços não-exclusivos, e isso provoca modificações importantes no campo da educação como um todo, pois permite novas formas de organizações educacionais e até a privatização no campo (DOURADO, 2002).

No entanto, o apoio e o incentivo para que o país pudesse fazer tais modificações na estrutura do Estado, vieram de órgãos internacionais. O Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Organização das Nações Unidas (ONU) foram agentes primordiais no processo de reforma (DOURADO, 2002). Vale ressaltar que o Banco Mundial foi o agente mais atuante no campo educacional, inserindo uma nova direção para o vínculo entre educação e produção de conhecimento, que se daria a partir da articulação entre privatização e mercadorização da educação (DOURADO, 2002).

Dessa forma, o Banco Mundial também orientava para a implementação de políticas públicas educacionais que fossem de encontro aos ideais neoliberais tão difundidos na época, “cuja ótica de racionalização do campo educativo deveria acompanhar a lógica do campo econômico, sobretudo, a partir da adoção de programas de ajuste estrutural” (DOURADO, 2002, p. 238-239). Segundo o autor, essas mudanças trouxeram para o campo da educação um caráter utilitário e mercantil, que preza por indicadores que enfatizam a avaliação da eficiência, guiando as instituições a um

cenário demasiadamente competitivo. De acordo com Oliveira (2015, p. 347) a partir da década de 1990, “a pós-graduação e a pesquisa no Brasil estão submetidas a uma grande pressão externa, especialmente das agências financiadoras, avaliadoras e reguladoras da produção acadêmica”.

Segundo Dourado (2002, p. 243), é importante enfatizar a “grande centralidade do sistema de avaliação no processo de reforma da educação no país, especialmente no tocante à educação superior”. Para o autor os procedimentos de avaliação são resultados de mudanças que ocorreram no processo de administração e regulação desse campo de ensino, sendo o Estado o agente responsável por desatar modificações na lógica do sistema, provocando impactos “na cultura institucional das instituições de ensino superior, especialmente das universidades”. (DOURADO, 2002, p.243). Dessa maneira, as modificações ocorridas nas políticas de educação no país não podem ser analisadas em desconexão com o contexto histórico e econômico que fundamentavam a posição do campo naquele momento.

Esse contexto global é gerido pelo sistema capitalista, que no atual estágio, vêm apresentando um reajuste estrutural com a criação do Estado mínimo. Nesse cenário se forma uma nova estrutura para o “setor educacional, edificada a partir de critérios de eficiência e eficácia em consonância com os interesses do mercado, que alicerçam mudanças de várias ordens nos sistemas de ensino” (SANTOS, 2004, p. 1146). Percebe-se então, que muitos valores e práticas utilizadas em outros setores econômicos, foram transferidos e estendidos ao setor educacional, que passou a adotar a produção exacerbada e a cultura do alto desempenho.

Durante essa época houve uma intensa demanda por indicadores de desempenho expressos “na produtividade, na eficiência, na competitividade e na qualidade, redesenhando, assim, o sistema de Ensino Superior no Brasil” (LIMA, 2007, p. 226). Essa demanda também era expressa pelas empresas que buscam novas formas de gerir o negócio, inovando em estratégias diferenciadas. Isso refletiu diretamente na expansão do ensino em administração no país, sendo um dos cursos que mais se expandiu nesse período (LIMA, 2007). A autora afirma que as modificações não aconteceram somente no aparelho do Estado, mas também ocorreram “reformas para a educação superior no país, desde a graduação até a pós-graduação, embaladas pelos mesmos princípios de agilidade, competitividade e flexibilidade” (LIMA, 2007, p. 228).

Para Santos (2004, p. 1151) “a garantia da implementação de políticas, que se estruturam e se desenvolvem com base na cultura do desempenho, é assegurada pela criação do Estado avaliador”. Sendo assim, tudo que não pode ser mensurado por indicadores, perdem o valor nessa cultura, “uma avaliação do sistema de ensino que tem como referência de desempenho indicadores estandardizados e termina por não permitir formas mais flexíveis e diferenciadas de trabalho pedagógico” (SANTOS, 2004, p. 1152). Dessa maneira, a educação se torna mais um produto do capital e aquilo que não estiver ao alcance da mensuração, e nem possa ser observado, palpável, deixa de ter importância para esse tipo de avaliação. (SANTOS, 2004).

Devido a isso, a autora aponta que a preocupação entre os docentes cresce em relação ao número de pesquisas e publicações, que deve ser cada vez maior. A publicação se torna tão importante na carreira docente que, mesmo que os temas que não esteja entre seus interesses, e mesmo que a qualidade deixe a desejar, vale mais garantir a quantidade, “o que resultará, muitas vezes, em um melhor conceito sobre seu trabalho e da sua instituição, por parte dos comitês criados pelo Estado avaliador” (SANTOS, 2004, p. 1153). Santos (2010, p. 151) corrobora, afirmando que “a cultura do imediatismo parece consolidar-se em relação aos fenômenos sociais e estes por sua vez passam a ser explicados e reproduzidos por meio de análises fragmentadas”.

Segundo Bosi (2007, p.1513) a pressão exercida para elevar o volume de trabalho dentro do período de 40 horas semanais, tem sido efetiva, pois, se pauta da ideia de que os docentes precisam ser mais produtivos, relacionando “a produção à quantidade de produtos relacionados ao mercado (aulas, orientações, publicações, projetos, patentes etc.) expelidos pelo docente”.

Sendo assim, cria-se a forte preocupação com as quantidades de publicações, que foram desencadeadas com as mudanças que ocorreram na forma de avaliação e no campo de pós-graduação como um todo. Nota-se que mesmo sem a publicação de um PNPG, mudanças importantes ocorreram.

Retomando a periodicidade dos planos, em 2004 foi publicado o V PNPG (2005-2010) que visava expandir na equidade o sistema nacional de pós-graduação, sempre com o intuito de atender as demandas da sociedade para o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social (V PNPG, 2004). No que tange a avaliação dos

programas, o V PNPG sugere uma forte “consideração de impacto e relevância na fronteira do conhecimento ao avaliar-se a produção científica, aferindo-a por sua visibilidade (índice de impacto)” e também por sua participação na geração e novos conhecimentos (índice de citação) (V PNPG, 2004, p.63).

Já o VI PNPG (2011-2020) trouxe mudanças no que tange a avaliação dos programas, mas sem alterar o modelo vigente, tais propostas tem o objetivo de aperfeiçoar o modelo atual, e pretende corrigir distorções (PNPG, 2010). O VI PNPG busca atingir o aumento no número de programas com conceito 7, durante seus dez anos vigentes, em relação aos indicadores de produção, o fundamento será na seleção das melhores publicações e não somente relativo a indexação (PNPG, 2010). De uma forma geral, o VI PNPG visa a ampliação e alinhamento das desigualdades entre as regiões do país, planejando criar uma agenda nacional de pesquisa em setores vistos com prioridade e promover a interdisciplinaridade da educação com um todo (OLIVEIRA, 2015).

A grande mudança proposta pelo plano é o espaço temporal de avaliação para os conceitos 6 e 7, de três para cinco anos de periodicidade conservando a avaliação trienal para dos demais (VI PNPG, 2010). Esse novo Plano prioriza a flexibilidade e por essa razão pretende oferecer aos melhores programas (com conceitos 6 e 7) uma parcela de liberdade para a regularização de suas atividades, concedendo buscar novidades e experimentos inovadores, sendo acompanhados por avaliadores internacionais (VI PNPG, 2010). O acompanhamento mais estreito irá se restringir aos demais programas (VI PNPG, 2010).

Apesar das diversas mudanças que ocorreram na avaliação da pós-graduação, a mais significativa foi a introdução do *Ranking Qualis* (VI PNPG, 2010) esse sistema de estratificação, foi implantado em 1998 e é uma classificação de veículos de divulgação da produção intelectual dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, que foi definida e utilizada para a fundamentação do processo de avaliação (CAPES,2004,s/p)..

O Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) surgiu no mesmo período em que se criaram os Planos Nacionais da Pós-Graduação. O SNPG visava, assim como os outros órgãos e agências, aprimorar e aperfeiçoar a qualidade do desenvolvimento do campo de pós-graduação.

Sendo assim, o Sistema Nacional de Pós-Graduação surgiu em 1976, quando ainda estava vigente o I Plano Nacional de Pós-Graduação. O principal objetivo para a criação

do sistema foi a preocupação com o desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa científica e tecnológica no Brasil. Além disso, nesse período os primeiros passos para a avaliação dos programas foram iniciados (CAPES, 2014, s/p).

O SNPG abarca dois processos que são acompanhados por consultores de diferentes regiões e instituições de ensino do país. Um dos processos refere-se à Avaliação das Propostas de Cursos Novos (APCN), e o seguinte diz respeito à Avaliação dos Programas de Pós-graduação (CAPES, 2014, s/p).

A APCN envolve os processos avaliativos para a aceitação de novas propostas de programas pós-graduação, se aceitos, os mesmos passam a integrar o Sistema Nacional de Pós-Graduação. A avaliação é feita pelos consultores designados pela Capes, onde são verificadas a qualidade das propostas e o atendimento de padrões para esse nível de formação educacional, esse processo é constituído por quatro etapas, sendo elas: submissão das propostas à Capes, atendendo aos pré-requisitos estabelecidos; análise pelas comissões de área, que irão emitir um parecer e denominar uma nota; o parecer emitido pela comissão é enviado ao Conselho Técnico e Científico da Educação Superior (CTC/ES) que confirma o parecer e a nota; e por fim, a deliberação do CNE/MEC (Conselho Nacional de Educação/ Ministério da Educação) (CAPES, 2014, s/p).

O processo de Avaliação dos Programas de Pós-Graduação é composto e desenvolvido pelo Acompanhamento Anual e, atualmente, a Avaliação Quadrienal, que tem o objetivo de medir o desempenho dos programas que compõem o SNPG (CAPES, 2014, s/p). Porém, houve mudanças que alteraram o período de avaliação, passando de três para quatro anos. No final de 2014, foi decidido que a próxima avaliação passaria a ser quadrienal, tal decisão foi tomada levando em consideração a proposta apresentada pela “Diretoria de Avaliação (DAV), acordada com a Comissão Especial de Acompanhamento do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) e com Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (Foprop)” (CAPES, s/p, 2014). Dessa forma, a inauguração da avaliação quadrienal tem previsão para março de 2017, referente as atuações e informações dos anos de 2013 à 2016 (CAPES, 2014, s/p). Além disso, na metade desse período de quatro anos, ocorrerá uma “avaliação de tendências”, que irá analisar disposições dos programas de pós-graduação (CAPES, 2015, s/p). Isso será feito por meio de seminários de acompanhamento, que serão realizados pela Diretoria

de Avaliação (CAPES, 2015, s/p). Esse acompanhamento anterior à avaliação busca orientar tais programas para a elevação da qualidade, e resolução de problemas para o alcance de um desempenho satisfatório quando de fato ocorrer a avaliação. Tal acompanhamento não visa atribuir notas ou conceitos, apenas emitir pareceres contributivos, sendo assim não é passível de contestação ou recursos (CAPES, 2014, s/p).

Dessa maneira a Avaliação Quadrienal será aplicada ao final de cada quatro anos, estabelecido através da continuidade histórica de avaliação da Capes. Tal a avaliação é realizada por avaliadores autorizados pela Capes, por meio de uma ficha de avaliação definida pela Comissão Técnica Científica (CTC), onde estão presentes os eixos a serem avaliados (CAPES, 2014, s/p). A cada eixo o avaliador deve descrever um parecer com comentários e justificativas, os eixos são divididos em cinco: proposta do programa; corpo docente; corpo discente, teses e dissertações; produção intelectual e inserção social. Ao final da avaliação o desempenho é mensurado na escala de 1 a 7, que pode ser passível de contestação mediante apresentação de recurso. Essa avaliação indica a qualidade de um programa e sua posição dentro de seu campo específico, servem de base para o direcionamento dos investimentos dos órgãos governamentais de fomento, além de obter a deliberação da sua renovação e reconhecimento como programa integrante do SNPG, pois os programas que recebem notas 1 ou 2 deixam de compor o SNPG e de serem avaliados pela Capes (CAPES, 2014, s/p).

Os processos de avaliação são orientados até hoje pelas definições e formas estabelecidas a partir de 1998, e é guiada pela Diretoria de Avaliação da Capes, juntamente com a comunidade científica e consultores selecionados pela agência. De maneira geral, os objetivos da avaliação são: certificar a qualidade dos programas, que serve para embasar a distribuição de bolsas e recursos; identificar discrepâncias entre as regiões e áreas estratégicas, para direcionar ações de expansão de cursos em todo o território (CAPES, 2014, s/p).

Segundo a Capes (2014), o processo de avaliação foi implementado com o objetivo de padronizar a qualidade que os programas de pós-graduação deveriam ter, buscando identificar os que têm esse padrão, além de ter a responsabilidade de certificar, permitir, reconhecer e renovar o credenciamento dos programas, alavancando assim o Sistema Nacional de Pós-Graduação com um todo. Além disso, busca lapidar cada curso e incentivar o aumento no nível da eficiência dos mesmos com relação às demandas da

nação e da região em busca de profissionais qualificados, mantendo todos esses quesitos em consonância com o projeto político de desenvolvimento do país (CAPES, 2014, s/p).

No entanto, os critérios de avaliação utilizados tem levado cada vez mais a um isomorfismo estrutural e curricular dos programas de pós-graduação que buscam manter os mesmo padrão para atender aos indicadores. (WASSEN, PEREIRA e BALZAN, 2015). Segundo os autores, a preferência por determinar certos critérios para a avaliação está diretamente interligada às políticas públicas de educação do ensino em pós-graduação, tomando como principal preocupação a eficiência, onde as melhores performances devem ser alcançadas com o mínimo de recursos financeiros e temporais, ou seja, os discentes devem conquistar sua titulação entre 24 meses (mestrado) e 48 meses (doutorado) (WASSEN, PEREIRA e BALZAN, 2015).

Para Oliveira (2015) as agências de financiamento e avaliação da pós-graduação possuem vários procedimentos e modos para exercer influência sobre o campo. Um desses elementos são os recursos financeiros, a agência tem o poder de aumentar ou subtrair o apoio aos programas, esse apoio é caracterizado, entre outros elementos, por bolsas à discentes e professores, ou recursos para manter o desenvolvimento do programa (OLIVEIRA, 2015). Dessa forma, a agência pode definir cortes de apoio financeiro, diminuir o número de bolsas que já existem, indeferir o requerimento de novas bolsas, ou seja, a circulação de recursos necessários para o bom funcionamento de um programa dependerá da boa avaliação do mesmo.

Vale ressaltar que o presente trabalho visa compreender a influencia da lógica produtivista nas disputas de poder no campo de pós-graduação em administração no estado do Rio de Janeiro. Dessa forma irá se aprofundar somente no processo de Avaliação Trienal que compõe o Sistema Nacional de Pós-Graduação, pois as avaliações quadrienais ainda não ocorreram de fato.

É importante destacar que, não é possível pensar a avaliação como algo isolado e neutro. A avaliação compõe o Sistema Nacional da Pós-Graduação e está alinhada com os projetos políticos para a educação. Desse modo, é um elemento estruturante no campo em que se insere, se interligando com os movimentos econômicos, sociais, ideológicos e administrativos do país, se moldando muitas vezes ao contexto atual (DOURADO, 2002). Oliveira (2015, p.357) complementa que as agências de avaliação estão em consonância com uma “lógica mais ampla do campo econômico e também com um projeto de governo comprometido com as demandas advindas da conjuntura

nacional e internacional [...], que gere maior capacidade produtiva e competitiva”. Sendo assim, um processo de avaliação que tenha como objetivo a emancipação, a autonomia para o desenvolvimento dos programas se torna cada vez mais distante da realidade, pois a atual preocupação está direcionada para a “padronização e a mensuração da produção acadêmica voltada, prioritariamente, para as atividades de ensino”. (DOURADO, 2002, p.243).

Parece ser possível afirmar que as inúmeras modificações causadas pelas reformas educacionais refletiram também na finalidade universitária, ou seja, sua razão de ser se transformou para se adequar a nova realidade, “rápidas e profundas transformações socioeconômicas dos últimos séculos contribuíram para que a universidade acumulasse, de maneira indiscriminada, funções ligadas à lógica do mercado” (DUTRA, 2014, p.10).

Para o autor, essa lógica leva à efêmera formação dos pós-graduados, se tornando rasa e utilitarista, que enfatiza o conhecimento técnico, a função rápida e eficiente sobre a ação do fazer, preparando o discente para a reprodução de conhecimentos e não para a produção autoral do mesmo, negligenciando o exercício da reflexão, do pensar sobre o que realmente trará impacto para a sociedade como um todo, o privando do questionamento sobre o mundo, o conduzindo ao “empobrecimento e à banalização do saber, da educação e da formação” (DUTRA, 2014, p.10). Nesse sentido Oliveira (2015, p. 340) afirma que as “mudanças substantivas nas políticas públicas, nos marcos legais, nos órgãos governamentais, [...], nas entidades, nas universidades e nos centros de pesquisa” ocorreram “no sentido de colocar o conhecimento e a inovação a serviço do capital produtivo, do mercado e dos interesses privados”.

De uma forma geral, nos últimos anos o sistema de pós-graduação tem sido guiado pelas “agências de fomento e de avaliação, comprometidas com uma visão de expansão que impulsiona a produção do conhecimento associada às demandas econômico-produtivas” (OLIVEIRA, 2015, p.357), deixando para segundo plano o caráter de formação comprometida com o conhecimento nas diversas áreas acadêmicas e com a “produção acadêmica orientada pela própria lógica da ciência e do campo universitário” (OLIVEIRA, 2015, p.357).

Visto a evolução do desenvolvimento da Pós-graduação no Brasil, pode-se perceber que a preocupação com a produção acadêmica se tornou primordial aos programas, advinda das reestruturações impostas pelo atual sistema econômico determinando uma “nova realidade para o século XXI, qual seja: o conhecimento como

elemento basilar da produção, da agregação de valor e do acúmulo de vantagens diferenciais em um cenário de competição global” (OLIVEIRA, 2015,p.341). Dessa forma, o próximo subitem busca desenvolver tal tema que compõe atualmente o cenário da pós-graduação brasileira.

2.2.1 Produtivismo Acadêmico

O atual sistema de avaliação gerido pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) trouxe diversas mudanças para o ambiente acadêmico, impactando nas exigências feitas pelo Sistema aos programas de pós-graduação. Segundo Magro, Secchi, e Laus (2013), as mudanças que tal sistema sofreu ao longo do tempo, foram influenciadas pelas reformas do estado, que buscam propor um novo modelo de gestão.

A nova gestão pública (NGP) foi adotada pelo Brasil na década de 1990 e tinha como objetivo sanar as deficiências advindas dos modelos anteriores, tal como a burocracia. Sendo assim, esse modelo previa reestruturações institucionais e ênfase na eficiência e desempenho (MAGRO, SECCHI, e LAUS, 2013). Inspirada nesse contexto de mudança e “sob a alegação de responder às transformações estruturais e aumentar a inserção internacional da pós-graduação brasileira”, o sistema de avaliação e os critérios para credenciar os cursos se modificaram, no que tange a sua “metodologia” e “filosofia” (MAGRO, SECCHI, e LAUS, 2013, p. 4).

Os autores chamam a atenção para a crença de que o setor privado possui as melhores práticas para administrar, “e com objetivo de melhorar a eficácia administrativa e a inserção internacional das pós-graduações brasileiras foi inserido no cotidiano de docentes e pesquisadores as avaliações e os *rankings*” (MAGRO, SECCHI, e LAUS, 2013, p. 8).

Atualmente, percebe-se que a ciência, a tecnologia e pesquisa ganharam um carácter utilitarista onde, cada vez mais os órgãos de fomento têm destinado seus recursos para estudos que se comprometam em potencializar a capacidade de reprodução do capital (BOSI, 2007). Não é a toa que a “a *qualidade* da produção acadêmica passa então a ser mensurada pela *quantidade* [...] e por valores monetários

que o docente consegue agregar ao seu salário e à própria instituição” (BOSI, 2007, p. 1513).

Santos (2010, p. 151) também aponta que, diante do cenário e das exigências, “o campo da pesquisa passa a ser modelado de acordo com o que espera o setor produtivo em termos de ciência e tecnologia”. Além disso, os estudos críticos têm sido pouco explorados e valorizados, pois “percebe-se que na perspectiva do pragmatismo a crítica, vai aos poucos desaparecendo e em seu lugar consolida-se uma ciência de banco de dados, onde é vendida ao pesquisador como pesquisa de impacto” (SANTOS, 2010, p. 151).

Seguindo a lógica capitalista de valorização do material e da produção, o docente passa a ser “valorizado” pela inserção na pós-graduação, pelo número de orientações, artigos e livros publicados e, principalmente, pela “bolsa produtividade em pesquisa que consegue por méritos próprios” (BOSI, 2007, p. 1516). É notório que essa lógica desencadeia uma formação de elite dentro do campo acadêmico, onde o desempenho na conquista por bolsas, artigos publicados e pontuação atingida, define quem fará parte dessa elite (BOSI, 2007).

No entanto, o que muitos docentes tendem a acreditar que “seu desempenho é excepcional, fruto de algum tipo de genialidade que o distingue de seus pares” (BOSI, 2007, p. 1516). Porém, “passa despercebido que sua suposta genialidade é eleita por critérios definidos pelos interesses do mercado e que, ela mesma, é produto da própria escassez dos recursos que se tornam alvo de disputa” (BOSI, 2007, p. 1516).

O trabalho docente está adentrando um ambiente de extrema competitividade, onde a mobilização e a percepção coletiva de que é preciso agir para mudar esse sistema, se torna cada vez mais difícil. Práticas individualistas se alastram pelo campo e concentra sua racionalidade na distinção entre produzir muito e não produzir o suficiente. A competição é vista como natural, se colocando como regra, a falta de “recursos para pesquisa (e para o trabalho docente em geral) também é naturalizada e se transforma em realidade que avalia a competência dos que conseguem acessar tais recursos” (BOSI, 2007, p. 1517).

Oliveira (2015, p. 335) afirma que as atuais políticas de avaliação tem induzido á esses caminhos, “a ênfase na produtividade, na performatividade e na competição é um

dos traços mais visíveis dessa política, colocando em oposição quantidade versus qualidade da produção”. O autor também aponta outros desdobramentos que a atual situação tem provocado, como o “aligeiramento da produção, ou ainda, a sua reedição ou reaquecimento sem seu amadurecimento e seu aprofundamento” (OLIVEIRA, 2015, p.355).

Sendo assim, o que se percebe nas universidades é que o trabalho docente “sofre o impacto dos processos de flexibilização do setor produtivo, acompanhando as oscilações dos mercados, enfim, ao trabalho do professor são agregadas outras funções” (SANTOS, 2010, p. 154).

O sistema de avaliação dos programas de pós-graduação e também a apreciação sobre a qualidade da produção da academia acarretaram significativas mudanças nas últimas décadas. No Brasil a lógica produtivista se insere no meio acadêmico no final dos anos 1970 e, de forma oficial, a partir dos anos 1990 (GODOI & XAVIER, 2012). As mudanças ocorridas são relativas à quantificação da produção, condicionando os pesquisadores e os programas.

Parece ser possível afirmar que, para conquistar posições dominantes no campo, as organizações educacionais tendem exigir de seus professores/pesquisadores mais produção de artigos, convertendo essa produção em publicação. Por isso Alcadipani (2011b, p.347) afirma que, “não é incomum pesquisadores produzirem cinco ou seis artigos em um mesmo ano”. Segundo o autor a lógica da academia produtivista comprime o tempo para reflexão, e resulta em um desenvolvimento intelectual que contribui apenas para “números em uma tabela” (ALCADIPANI, 2011b, p.347).

A qualidade da academia passou a ser mensurada através da quantificação e da competição pela posição dominante. Nessa lógica, Cunha (2006) aponta que alguns autores percebem a qualidade do ensino representada pelo sistema que atenda as requisições do mundo produtivo, tendo assim a competitividade em suas relações (CUNHA, 2006).

Nesse sentido, Luiz (2006, p. 301) corrobora apontando que a tendência contemporânea pela “quantificação como estratégia de avaliação de qualidade acadêmica, se por um lado a viabiliza operacionalmente, por outro, não nos deve cegar quanto às suas claras limitações”. Para Dias Sobrinho (2003, p.32) “toda avaliação tem

um forte significado político e uma importante dimensão ética, e não apenas técnica”, a avaliação sempre é produzida em um “espaço social” conduzido por “valores e disputas de poder”.

Visto os autores que trazem a discussão do produtivismo na academia, podemos perceber que tal modelo não possui amplitude suficiente para medir a qualidade das pesquisas. Dessa forma, segundo Luiz (2006, p.302) a quantificação da produção acadêmica têm gerado um aumento “daquilo que pode ser considerado lixo acadêmico”, ou seja, cada vez mais a academia vem produzindo trabalhos que em tempo algum serão usados por alguém, mesmo quando são publicados em veículos com fatores de alto impacto.

Parece ser possível afirmar que o modo como a pós-graduação vem sendo avaliada, torna difícil a tentativa de planejamento ou execuções de estratégias que busquem se opor à lógica vigente, “sobretudo devido à escassez de recursos financeiros, especialmente em universidades e programas de menor prestígio e capital acadêmico da instituição no cenário nacional” (OLIVEIRA, 2015,p.352). O modo como a avaliação está estruturada conduz a um ciclo vicioso em busca da excelência onde os próprios programas almejam se igualar ou ultrapassar seus pares considerados de excelência.

Os programas que alcançam nota máxima na avaliação possuem grande importância nacional, “por constituírem-se em referência nas diferentes áreas e por contarem com os pesquisadores mais produtivos e prestigiados, garantindo legitimidade às ações de regulação” (OLIVEIRA, 2015, p.352).

Nesse contexto a competição entre os programas é inerente, os mesmos concorrem por recursos seja através de “ações individuais ou coletivas dos docentes, seja por meio de projetos, convênios, atendimento aos editais e parcerias que resultem em alternativas de financiamento junto aos órgãos públicos ou privados” (OLIVEIRA, 2015, p.352). Pode-se afirmar que essas implicações são resultados da atual preocupação com a mercantilização da educação e de seus produtos acadêmicos buscando se adequar ao contexto de globalização capitalista.

3. METODOLOGIA

A metodologia indica o modo de desenvolvimento da pesquisa (DIAS e MAGALHÃES, 2011). Para Vianna (2001) a metodologia orientará o caminho que a pesquisa irá percorrer para que se possa alcançar a qualidade desejada. Segundo Duarte (2002) o detalhamento da metodologia que um pesquisador irá seguir é tão essencial quanto o produto final da pesquisa. Sá-Silva e *et all* (2009) afirmam que existem diferentes metodologias a seguir, e essa escolha depende do pesquisador que ao analisar seu objeto, seu problema de pesquisa e a corrente epistemológica que pretende seguir, define qual os melhores conjuntos de técnicas irão atender a solução de seu problema.

Sendo assim, para melhor detalhamento da metodologia que a pesquisa seguiu, esta seção foi subdividida em: delineamento da pesquisa, sujeitos da pesquisa e critérios de seleção, caracterização da coleta de dados, métodos de análise dos dados coletados, definição constitutiva e operacional, e limitação do método.

3.1. Delineamento da pesquisa

O estudo realizado pode ser classificado com uma pesquisa de natureza qualitativa. Os estudos qualitativos surgiram de um grande movimento reformista que teve início na década de 1970 entre os acadêmicos (SCHWANDT, 2000). Tal movimento trazia consigo a crítica ética sobre as pesquisas sociais que privilegiavam os levantamentos experimentais, trazendo novas metodologias, epistemologias e políticas de pesquisa (SCHWANDT, 2000). Conforme afirma Schwandt (2000, p. 189) com o passar do tempo “o movimento adquiriu um lugar intelectual político na academia”, alcançando seu espaço e tendo conferências, associações acadêmicas e posições universitárias próprias.

Segundo Vianna um estudo qualitativo (2001) analisa cada situação partindo de dados descritivos, almejando identificar relações, causas, efeitos, consequências, entre outros aspectos necessários à compreensão da realidade estudada, o que muitas vezes envolve diversos aspectos. Segundo Duarte (2002), a pesquisa qualitativa traz consigo diversos perigos e complexidades, no entanto, se revela um caminho extremamente motivador e instigador. A principal ferramenta das pesquisas dessa natureza é o próprio

pesquisador, que, fundado em metodologias adequadas, interpreta e analisa os dados, sendo o caminho para se chegar ao resultado o mais importante (MOZZATO e GRZYBOVSKI 2011). Para Vieira (2004) os estudos qualitativos podem ser conceituados como estudos que se baseiam fundamentalmente em análises que não utilizam instrumentos estatísticos para analisar os dados. No mais, é importante destacar que a inexistência de instrumentos estatísticos, não quer dizer que a pesquisa qualitativa é fundamentada na subjetividade do pesquisador, muito pelo contrário, a pesquisa qualitativa baseia-se no arcabouço teórico e empírico que confere a essa natureza a cientificidade (VIEIRA, 2004).

Sendo assim, quanto aos fins, a pesquisa é descritiva e explicativa. Descritiva porque expôs as características do campo de pós-graduação em administração, identificando e mapeando as organizações que o compõem no estado do Rio de Janeiro. Além disso, descreveu o desenvolvimento do campo ao longo de sua formalização. Apresenta também caráter explicativo, pois esclareceu como ocorrem as disputas de poder no campo de ensino onde os programas de pós-graduação com mestrado e doutorado - com exceção de um programa que possui apenas mestrado acadêmico - em administração estão inseridos.

Segundo Vergara (1998, p. 45), a “investigação descritiva expõe características de determinada população ou determinado fenômeno”. Enquanto a “investigação explicativa visa esclarecer quais fatores contribuem de alguma forma para a ocorrência de um determinado fenômeno” (VERGARA, 1998, p. 45).

Quanto aos meios, a pesquisa foi de campo, bibliográfica e documental. Caracterizou-se como pesquisa de campo, pois o estudo e a coleta de dados se realizaram onde ocorreu o fenômeno observado, ou seja, a pesquisa foi realizada no próprio campo de mestrado e doutorado em administração, delimitado no estado do Rio de Janeiro, e que dispôs de elementos suficientes e essenciais para dar suporte à pesquisa. De acordo com Vergara (1998, p. 46), “a pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais e redes eletrônicas”. A pesquisa bibliográfica envolve o uso de artigos, livros, textos produzidos geralmente na academia, e expõe as “contribuições de diferentes autores sobre o tema” (SÁ-SILVA e *ET ALL*, 2009, p. 6). Nesse sentido quanto ao seu caráter bibliográfico, o trabalho buscou trazer conceitos e ideias com base nas perspectivas analíticas de Bourdieu, além de se apoiar em trabalhos, artigos, discussões acerca do

desenvolvimento da pós-graduação e a inserção do produtivismo acadêmico nesse campo.

Além disso, o estudo também contou com o apoio de documentos para fundamentar sua análise. Buscou-se acessar documentos importantes das organizações inseridas no campo, como manuais, regulamentos entre outros. A utilização de documentos em uma pesquisa é justificada por proporcionar a ampliação da compreensão dos objetos que necessitam de “contextualização histórica e sociocultural” (SÁ-SILVA e *ET ALL*, 2009, p. 2).

É importante destacar que a pesquisa documental foi realizada com o intuito de fornecer dados que auxiliaram na análise feita pelo estudo. Dessa forma, foram identificadas informações presentes em relatórios, principalmente da Capes, que serviram de base para o desenvolvimento da pesquisa.

Com relação à orientação epistemológica, o presente projeto de pesquisa segue a epistemologia estruturalista-constructivista, conforme a abordagem de Pierre Bourdieu. O autor percebe a força da estrutura no campo, mas, no entanto, também considera as ações dos agentes e sua tentativa de alterar a ordem que rege esse campo, ou seja, percebe a possível relação entre a objetividade e a subjetividade. Nesse sentido, Mangi (2006, p.32) afirma que Bourdieu vislumbra o “método relacional como a ferramenta básica para impor as rupturas epistemológicas necessárias tanto às formas objetivistas como subjetivistas de conhecimento”.

Em seus estudos, Bourdieu propõe a superação da dicotomia objetividade/subjetividade. Sendo assim, Peci (2003, p.29) aponta que a proposta teórica de Bourdieu incide em ultrapassar as dicotomias como “ação-estrutura, objetividade-subjetividade e indivíduo/ pessoa-sociedade”. Em consonância, Thiry-Cherques (2006, p.29) percebe a perspectiva teórica de Bourdieu “a meia distância entre o subjetivismo, que desconsidera a gênese social das condutas individuais, e o estruturalismo, que desconsidera a história e as determinações dos indivíduos”.

Nota-se então, que a epistemologia de Pierre Bourdieu difere do estruturalismo tradicional, por considerar que modificações estruturais podem ocorrer no campo, a partir das ações dos agentes.

3.2. Sujeitos da Pesquisa e Critérios de Seleção

Para definir e delimitar o universo de sujeitos que irão compor a pesquisa é necessário estabelecer critérios coerentes com o que se busca investigar. O cuidado e atenção ao definir esses critérios são essenciais, pois os mesmos impactam estritamente na coleta de dados qualificados que se tornam alicerces da análise, foco principal de toda pesquisa (DUARTE, 2002).

Para o desenvolvimento do estudo realizou-se entrevistas semiestruturadas, sendo necessário identificar os sujeitos de pesquisa. Tais sujeitos foram identificados no campo de pós-graduação em administração no estado do Rio de Janeiro, e competem aos representantes, gestores, coordenadores e docentes das organizações inseridas no campo de pesquisa.

Os sujeitos de pesquisa que foram de interesse para esse estudo, são aqueles que produziram impacto no desenvolvimento de um programa e na sua colocação no campo. Como por exemplo, os coordenadores de cursos de pós-graduação que, de alguma forma, conduziram a composição e o funcionamento dos mesmos. E principalmente docentes, que fazem parte da estrutura desses programas. Acredita-se que o modo como um programa busca desenvolver suas ações e atuar no campo, está estritamente relacionado à busca por poder. Sendo assim, o estudo apontou como os agentes se organizam no campo para disputar poder com os demais.

Dessa forma, identificaram-se as Universidades que possuem programas de mestrado e doutorado em administração no estado do Rio de Janeiro, assim como a agência que regula a avaliação de tais programas. No entanto, no decorrer da pesquisa percebeu-se que um programa que contém apenas curso de mestrado acadêmico, seria relevante e interessante para o estudo, por isso esse agente também participou da pesquisa.

Duarte (2002, p. 143) também aponta que “numa metodologia de base qualitativa o número de sujeitos que virão a compor o quadro das entrevistas dificilmente pode ser determinado a priori”, pois a partir da análise das informações coletadas, que se é possível afirmar que os dados estão esgotados ou não, “tudo depende da qualidade das informações obtidas em cada depoimento, assim como da profundidade e do grau de recorrência e divergência destas informações” (DUARTE, 2002, p. 143-144). Para a autora enquanto as falas e dados coletados não se repetirem ou se esgotarem, é preciso

coletar mais, por isso a dificuldade em se definir o número de entrevistados antes de emergir no campo. Para Duarte (2002) quando:

“já é possível identificar padrões simbólicos, práticas, sistemas classificatórios, categorias de análise da realidade e visões de mundo do universo em questão, e as recorrências atingem o que se convencionou chamar de “ponto de saturação”, dá-se por finalizado o trabalho de campo, sabendo que se pode (e deve) voltar para esclarecimentos”. (DUARTE, 2002. p. 144).

Dessa forma, a determinação do número de entrevistados não foi definida a priori, mas sim a posteriori. Foram entrevistados doze sujeitos, dentre eles docentes e coordenadores de curso de mestrado dos programas pesquisados, é importante ressaltar que os coordenadores também atuavam como docentes nos programas. Essa quantidade de entrevistas foi suficiente para atingir o objetivo da pesquisa, e se mostrou consistente e relevante. Relevante, pois abrangeu docentes de diversas áreas do conhecimento em administração, dentre elas, marketing, gestão de pessoas, estudos organizacionais, administração pública, contabilidade, evidenciando que a coleta de dados buscou pesquisar percepções diferenciadas dentro do mesmo campo. Além disso, participaram da pesquisa programas públicos e privados confirmando assim, a consistência e preocupação com a diversidade de visões sobre o tema abordado na pesquisa.

3.3. Caracterização da Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada através de levantamentos de informações, por meio de artigos e pesquisas que estudem o campo em questão, documentos, relatórios, além de entrevistas semiestruturadas com os agentes das organizações, buscando compreender como as disputas de poder acontecem no contexto. Segundo Duarte (2002, p. 141) “pesquisas de cunho qualitativo exigem a realização de entrevistas, quase sempre longas e semiestruturadas”.

A entrevista semiestruturada, de acordo com Manzini (1990, p. 154), está “focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista”. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer com que as informações sejam obtidas de forma mais livre e as respostas não estejam sujeitas a uma padronização de alternativas.

Além disso, o roteiro semiestruturado permite mais flexibilidade e adequação às necessidades da pesquisa, o desenvolvimento da coleta de dados através da entrevista exige a revisão do roteiro com certa periodicidade (DUARTE, 2002). Um das causas para essa revisão é “quando o entrevistador sente necessidade de explicar a pergunta ao entrevistado, ou seja, todas às vezes em que é formulada, tal pergunta suscita tantas dúvidas que é preciso reiterar sempre o que se quer, de fato, saber” (DUARTE, 2002, P. 149). Sendo assim, é mais benéfico que se retire essa pergunta, pois ao tentar explicitá-la, é muito comum que se tendencie a resposta ao que se espera ouvir (DUARTE, 2002).

Dessa maneira, o roteiro semiestruturado foi essencial, pois permitiu a flexibilidade necessária para se conduzir uma pesquisa de campo qualitativa. A maioria das adversidades ocorreu no momento em que as questões saíram do roteiro e começaram a agir na prática, interagindo na entrevista. Por essa razão a maleabilidade se fez necessária juntamente com a revisão avaliativa dos pontos positivos e dos pontos negativos do roteiro, assim foi possível seguir a pesquisa com qualidade em busca do atingimento do objetivo final.

Também foram levantados dados secundários, que envolveu a pesquisa de teses, dissertações, artigos, livros que preencheram o arcabouço bibliográfico do estudo, além da pesquisa documental que identificou regulamentos, manuais, relatórios entre outros documentos das organizações que foram pesquisadas, com o intuito de apoiar no alcance do objetivo geral. Em relação aos dados primários, que corroboram o desenvolvimento da pesquisa, referem-se às entrevistas com os principais representantes das organizações inseridas no campo de pesquisa, como os coordenadores e docentes dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração. Para Sá-Silva e *et all* (2009, p. 6) “as fontes primárias são dados originais, a partir dos quais se tem uma relação direta com os fatos a serem analisados, ou seja, é o pesquisador (a) que analisa”.

Após a coleta de dados foi necessário que os mesmos fossem analisados por meio de um método científico que auxiliou na sua interpretação, buscando atingir o objetivo da pesquisa. De acordo com Bauer e Gaskell (2002) o texto codificado pode oferecer dados que se estruturados em termos de frequência, indica o que cada agente expressou. Dessa forma, o próximo item irá abordar o método de análise que a pesquisa utilizará.

3.4. Métodos de Análise dos Dados Coletados

Para analisar o *corpus* de dados colhidos foi utilizada a análise de conteúdo. Um método de análise de dados originalmente desenvolvido por Laurence Bardin, e que posteriormente foi estudado por diversos autores. Segundo Mozzato e Grzybovski (2011, p. 732) “a importância da análise de conteúdo para os estudos organizacionais é cada vez maior e tem evoluído em virtude da preocupação com o rigor científico e a profundidade das pesquisas”. Bauer e Gaskell (2002) afirmam que a análise de conteúdo é um método analítico de texto desenvolvido no contorno das ciências sociais empíricas, é uma técnica criada para produzir inferências de texto específico para o seu contexto social de maneira objetiva.

Esse método de análise de dados vem aumentando sua legitimidade no campo de pesquisas em administração. Dessa forma Mozzato e Grzybovski (2011) apontam que a análise de conteúdo “é uma técnica refinada, que exige muita dedicação, paciência e tempo do pesquisador, o qual tem de se valer da intuição, imaginação e criatividade, principalmente na definição de categorias de análise” (MOZZATO e GRZYBOVSKI, 2011, p. 732).

Apesar das características peculiares da análise de conteúdo, as autoras argumentam que toda técnica utilizada para analisar o *corpus* de dados coletados, é antes de qualquer coisa, “uma metodologia de interpretação”. Por isso, mesmo optando por trabalhar com a análise de conteúdo, “os dados em si constituem apenas dados brutos, que só terão sentido ao serem trabalhados de acordo com uma técnica de análise apropriada” (MOZZATO e GRZYBOVSKI, 2011, p. 733).

Sendo assim, a análise de conteúdo se caracteriza pelo “conjunto de técnicas de análise de comunicações, que tem como objetivo ultrapassar as incertezas e enriquecer a leitura dos dados coletados” (MOZZATO e GRZYBOVSKI, 2011, p. 734). Essa escolha para analisar os dados significa em se apropriar de um “conjunto de técnicas de análise das comunicações”, que não pode ser percebida somente como um instrumento, mas sim como um composto de instrumentos, caracterizados por diferentes formatos e flexível a diversos ambientes de aplicação na comunicação (BARDIN, 1977, p. 31).

Portanto, a análise de conteúdo trata os dados contidos nas falas, nos livros, em todo o *corpus* que sustenta a pesquisa (BARDIN, 1977). A autora define a análise de conteúdo como: “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 1977, p. 38).

Segundo Bardin (1977, p.95) essa análise é organizada em três polos cronológicos:

- 1) A pré-análise;
- 2) A exploração do material;
- 3) E tratamento dos resultados, inferência e a interpretação.

De acordo com a autora supracitada a pré-análise é a fase de organização dos dados, e tem por objetivo operacionalizar e sistematizar as ideias iniciais, com a intenção de acarretar em um esquema do desenvolvimento das ações sucessivas no plano de análise. Nessa fase é necessário que se escolha os dados a serem analisados, e após uma profunda leitura dos mesmos, é preciso formular hipóteses, e elaborar indicadores que sustentem a interpretação final (BARDIN,1977). Para a autora se a fase de pré-análise for conduzida com qualidade, a fase de análise, de fato, ocorrerá apenas como um gerenciamento sistemático dos resultados dessa fase inicial.

Sendo assim, na fase de pré-análise realizou-se a compilação de todo o material levantado, principalmente as entrevistas, que foram sistematizadas com o intuito de prepará-las para análise. Dessa forma, as entrevistas foram transcritas e salvas em um arquivo RTF (Rich Text Format) para que pudessem ser inseridas no software utilizado para auxiliar a análise.

Segundo Duarte (2002, p. 151) o material coletado “precisa ser organizado e categorizado segundo critérios relativamente flexíveis e previamente definidos, de acordo com os objetivos da pesquisa”, é “um trabalho árduo e, numa primeira etapa, mais “braçal” do que propriamente analítico”.

A fase de exploração de material é composta fundamentalmente pelas operações de codificação, desconto ou enumeração, a cargo de regras antecipadamente formuladas (BARDIN, 1977). Após a fase de organização do material (pré-análise) colhido no campo, é momento de se analisar:

“Vencida a etapa de organização/classificação do material coletado, cabe proceder a um mergulho analítico profundo em textos densos e complexos, de modo a produzir interpretações e explicações que procurem dar conta, em alguma medida, do problema e das questões que motivaram a investigação. As muitas leituras do material de que se dispõe, cruzando informações aparentemente desconexas, interpretando respostas, notas e textos integrais que são codificados em “caixas simbólicas”, categorias teóricas ou “nativas” ajudam a classificar, com um certo grau de objetividade, o que se depreende da leitura/interpretação daqueles diferentes textos” (DUARTE, 2002, p. 152).

Ou seja, nessa fase são criadas as categorias que darão sustento a análise, tais categorias podem ser criadas a priori e/ou a posteriori.

Dessa maneira, após a etapa de pré-análise, foi realizada a fase de exploração do material, onde as falas contidas nas entrevistas foram codificadas, identificando o que representava cada categoria a priori.

Segundo Franco (2005, p.58) as categorias a priori são “predeterminadas em função da busca a uma resposta específica do investigador”. Geralmente são baseadas em estudos que compõem o arcabouço teórico da pesquisa. Mozzato e Grzybovski (2011, p. 739) apontam que anterior ao trabalho de campo, deve haver um aprofundamento por parte do pesquisador no arcabouço teórico que irá orientar a pesquisa, pois a partir de então será possível a criação de categorias a priori, “por mais que não sejam estabelecidas hipóteses nas pesquisas qualitativas, certas categorias precisam ser criadas, ainda que não sejam definitivas e únicas”.

Dessa forma, este estudo teve como categorias a priori: capital, *habitus*, campo de pós-graduação em administração e produtividade. Capital, *habitus* e campo são categorias pautadas no principal autor utilizado na pesquisa: Pierre Bourdieu, que utilizava tais categorias em suas análises. A categoria produtivismo foi selecionada para compor as categorias a priori, pois existem diversos estudos que indicam a presença de tal elemento na academia, esses estudos também embasam a pesquisa.

Não existiram categorias a posteriori, que são aquelas que “emergem da fala, do discurso, do conteúdo das respostas, e implicam constante ida e volta do material de análise à teoria” (FRANCO, 2005, p.59). No entanto, como o objetivo do presente trabalho foi compreender como a lógica produtivista influenciou as disputas de poder entre as organizações que compõem o campo de pós-graduação em administração no estado do Rio de Janeiro, utilizando a perspectiva teórica de Bourdieu que é composta por campo, *habitus* e capital, não foi possível detectar durante o desenvolvimento da

pesquisa categorias a posteriori, pois a base teórica por si só sustentou firmemente o alcance do objetivo. A coleta de dados através da entrevista permite ao pesquisador conhecer diferentes pontos de vistas. Todos eles enriquecem o trabalho e foram ser utilizados no decorrer dos objetivos específicos, considerou-se todas as entrevistas de extrema importância para a pesquisa.

Sendo assim, este estudo buscou analisar seus dados através de categorias a priori.

Na fase de tratamento dos resultados obtidos e interpretação dos mesmos, os dados são tornados significativos e válidos, ou seja, devem representar algo, segundo Bardin (1977, p.101) devem se tornar “falantes”. O pesquisador deve ter posse de resultados significativos e fidedignos, para somente assim, propor inferências e desenvolver interpretações relativas ao objetivo proposto.

Mozzato e Grzybovski (2011) apontam para uma questão muito importante na análise de conteúdo: apesar de tal análise conter procedimentos e especificações que devem ser levadas em consideração, isso não pode engessar e enrijecer o trabalho. A análise deve se adequar a interpretação e inferência de cada pesquisa, não existindo um modelo único que deve ser fielmente seguido.

Franco (2005) é enfática ao apontar a importância da inferência na análise de conteúdo, sem esta a pesquisa não passa de uma descrição e perde a importância, para inferir é preciso que os conhecimentos e contribuições do pesquisador extrapolem o conteúdo manifesto nas mensagens e que é possível que estejam associados a outros elementos. Por isso, inferir “confere a esse procedimento, de análise de conteúdo, relevância teórica, uma vez que implica, pelo menos, uma comparação, já que a informação puramente descritiva, sobre conteúdo, é de pequeno valor”. (FRANCO, 2005, p.26).

O estudo pretendeu desenvolver inferências sobre os dados que foram coletados no campo, buscando atingir o objetivo de compreender como a lógica produtivista influenciou as disputas de poder por parte das organizações que compõem o campo de pós-graduação em administração no estado do Rio de Janeiro.

Além disso, a análise dos dados teve o auxílio do software Atlas.ti 6, que contribuiu para a organização dos dados e categorias de análise. O Atlas.ti 6 é um software utilizado em pesquisas qualitativas que funciona como um sistema de apoio. No entanto, vale ressaltar que o Atlas.ti 6 não gera resultados e muito menos realiza análises, ou categorizações automaticamente. Todas as atividades são desenvolvidas

pelo pesquisador, que apenas utiliza o software como auxílio para organizar os dados e categorias, compilando todo o material da melhor maneira possível. Essa questão também foi abordada por Mozzato e Grzybovski (2011, p. 743) que percebem a utilização de softwares apenas para facilitar a organização, “não eximindo a atuação ativa do pesquisador na adoção de um método de análise coerente e pertinente ao tema e à orientação epistemológica”.

Sendo assim, a análise de conteúdo com a contribuição do Atlas.ti 6 ocorreu da seguinte forma: as entrevistas foram transcritas através dos áudios que foram gravados das mesmas, as transcrições foram inseridas em arquivo RTF (Rich Text Format) no Atlas.ti 6 sendo lidas e relidas quantas vezes foram necessárias, visando organizar e sistematizar os dados colhidos. Esse primeiro momento se caracterizou pela pré-análise que pertence ao processo de análise de dados, utilizando o método análise de conteúdo.

A segunda etapa que se denomina exploração do material ocorreu após a leitura minuciosa dos dados inseridos no Atlas.ti 6 destacando falas e escritos que pudessem se caracterizar como as categorias definidas a priori, que se fundamentaram no arcabouço teórico que embasa a dissertação. Nessa etapa foram criados manualmente os “codes” que correspondem as categorias a priori. Os trechos que se encaixarem em categorias foram destacados e assim criados os “codes”.

A terceira e última etapa foi caracterizada pelo tratamento dos resultados, inferência e a interpretação. Nessa fase o auxílio do Atlas.ti 6 foi fundamental, pois a partir do software foi possível identificar as categorias que possuíram mais densidade, ou seja aquelas que foram mais utilizadas e que mais emergiram das entrevistas. Além disso, também foi possível criar manualmente associações entre os “codes”, que são as chamadas “networks views” que contribuiriam para o entendimento da representação de todas as categorias, possibilitando a visualização das relações de cada uma. Essas opções permitiram tratar de maneira holística todos os dados coletados, facilitando assim a inferência e interpretação dos mesmos.

Foi criada uma “network view” com o intuito de auxiliar na visualização dos “codes” criados, que representaram o desenvolvimento do sistema de avaliação e seu impacto no campo. Esses “codes” emergiram das falas dos entrevistados, mas sem maior fôlego para se tornarem categorias a posteriori, sendo criados apenas para ilustrar os eventos críticos no desenvolvimento do sistema de avaliação. A “network view” é

construída por meio de links, denominados “nodes”, que evidenciam a relação entre os “codes”. Cada link possui um significado, de acordo com sua representação gráfica.

Vale ressaltar que a construção dessa ilustração não foi feita de forma automática pelo software. Essa composição gráfica foi desenvolvida pela pesquisadora que determinou quais “codes” iriam compor a “network view” e de que maneira seriam linkados. Dessa forma, a “network” foi desenvolvida de uma maneira complementar, com a pretensão de elucidar em uma composição gráfica os dados coletados.

Com todos os dados coletados e compilados em um único documento, a interpretação e inferência aconteceram a partir da verificação da relação do objetivo da pesquisa com os resultados encontrados nos dados, ou seja, o que o campo deixou emergir sobre como a lógica produtivista influenciou as disputas de poder no mesmo.

3.5. Definição Constitutiva (DC) e Definição operacional (DO)

Conforme mencionado no item anterior, baseadas na perspectiva teórica que fundamenta o estudo, existiram categorias de análise *a priori*. Para que tais categorias pudessem ser analisadas e compreendidas da melhor maneira possível, foram classificadas em definições constitutivas (DC) e definições operacionais (DO). De acordo com Vieira (2004), essas categorias tornam a pesquisa algo delineado e de possível entendimento aos leitores, se tornando um quesito fundamental e concludente para alcançar a rigurosidade exigida nos estudos qualitativos.

Sendo assim, a definição constitutiva (DC) referiu-se à explicação teórica da categoria, ou seja, o que fundamenta essa categoria. A definição operacional (DO) diz respeito a como a categoria será operacionalizada na prática, ou seja, como será identificada no campo, o que o pesquisador pretende colher no campo para caracterizá-la. Vieira (2004) aponta que a definição constitutiva (DC) diz respeito a definição utilizada por determinado autor da palavra ou expressão que irá representar a categoria que será utilizada na análise, tal categoria deve surgir do arcabouço teórico da pesquisa. Já a definição operacional (DO) diz respeito à palavra ou expressão que deverá ser identificada, colhida ou checada no campo, deve se caracterizar por operacionalizar a definição constitutiva (VIEIRA, 2004).

Dessa forma, as categorias *a priori* que compuseram a pesquisa foram: Campo de pós-graduação em administração, *Habitus*, Capital, e Produtivismo. A seguir foram evidenciadas a definição constitutiva e operacional de cada categoria:

- Campo de pós-graduação em administração

DC: Bourdieu (1989, p. 135) percebe o campo como um “espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas”. Na perspectiva de campo de Bourdieu “os agentes distribuem-se assim nele, na primeira dimensão, segundo o volume global do capital que possuem, e na segunda dimensão, segundo a composição de seu capital”, ou seja, “segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto das suas posses”. (BOURDIEU, 1989, p. 135). Por isso os campos são arenas competitivas de luta dos diferentes tipos de capitais.

DO: O campo foi identificado através de instituições que competem por poder no campo de pós-graduação em administração no estado do Rio de Janeiro, dos agentes que de alguma forma se organizam para lutar por poder no campo, além dos órgãos reguladores do campo, que realizam a sua avaliação.

- *Habitus*

DC: Bourdieu (1989) afirma que *habitus* é o conhecimento adquirido, e indica uma disposição do agente em ação. A prática do *habitus* não prevê a necessidade de raciocínio para se orientar e se situar racionalmente em um espaço, por isso é um princípio gerador de práticas e de entendimentos que é capaz de dar sentido ao comportamento dos agentes (ou grupo de agentes) (BOURDIEU, 1989). Além disso, existem duas capacidades geradoras do *habitus* que facilitam o entendimento de seu funcionamento: “capacidade de produzir práticas e obras classificáveis, além da capacidade de diferenciar e de apreciar essas práticas e esses produtos (gosto), e que se constitui o *mundo social representado*, ou seja, o *espaço dos estilos de vida*” (BOURDIEU, 2007, p.162).

DO: Nesse sentido o *habitus* representou valores, costumes, práticas, crenças, mas não só isso, o *habitus* é desenvolvido a partir das diversas circunstâncias de existência, ele é a expressão das diferenças existentes entre as condições de vida, e os agentes, através do

desenvolvimento da sua percepção e avaliação; identifica, interpreta e avalia suas características apropriadas que correspondem ao seu estilo de vida (BOURDIEU, 2007). Dessa maneira o *habitus* foi identificado através da análise dos interesses de um programa em credenciar determinado docente, ou seja, os critérios de seleção dos docentes da pós-graduação dos programas estudados. Quais as características buscadas, os perfis almejados, qual comportamento esse docente deve apresentar para ingressar no programa. Qual o *habitus* que rege a atuação do programa no campo.

- Capital

DC: Por capital entende-se que é uma representação do poder sobre um campo (em um delimitado período), além de também significar, o produto acumulado a partir do que foi trabalhado (BOURDIEU, 1989). O capital pode existir em dois estados: objetivado, em forma material, e incorporado (como o capital cultural), podendo ser juridicamente assegurado (BOURDIEU, 1989).

DO: A categoria capital foi identificada a partir da análise dos elementos que são convertidos em poder no campo. Tais elementos emergiram das falas dos entrevistados, como os recursos e artifícios utilizados para alcançar uma boa posição durante a avaliação do programa.

- Produtivismo

DC: Alcadipani (2011a, p.1174) denomina produtivismo como uma exaltação exagerada na produção de um grande volume de algo que possui “pouca substância”, o foco é produzir o máximo de uma coisa “enlatada”, com “pouco conteúdo” e com isso valorizar a quantidade como sinônimo de qualidade.

DO: Essa categoria foi identificada através da importância dada pelas Organizações, agentes e órgãos reguladores, à produção científica. Ou seja, qual o peso que o campo incorpora à produção. A produção realmente é uma importância central para o campo? Essa identificação emergiu das entrevistas que foram realizadas no campo.

3.6. Limitação da Pesquisa

A principal limitação da pesquisa está relacionada à dificuldade de contactar os sujeitos de pesquisa. Uma vez que a rotina dos entrevistados possui muitas atividades e a disponibilidade para atividades extras é limitada, o tempo levado entre o processo de envio de e-mails, ligações e as respectivas repostas sobre a possibilidade de participação na pesquisa foi moroso, se caracterizando, dessa forma, como uma limitação. Porém essa dificuldade foi superada através da insistência, em alguns casos, e outros por meio do auxílio de sujeitos já entrevistados, que indicavam novos possíveis sujeitos permitindo um contato mais eficaz. Apesar disso, o *corpus* de dados se caracterizou por grande relevância e profundidade, pois conseguiu-se entrevistar sujeitos de diversas áreas dentro do campo de administração, garantindo a multivariada das percepções e falas.

Outra limitação de pesquisa foram as modificações e especulações de mudança do processo de avaliação durante o período da pesquisa. Durante esse tempo, a avaliação passou de trienal para quadrienal, no entanto, até a finalização desta pesquisa nenhuma avaliação quadrienal foi concluída. Além disso, também houve muita especulação sobre modificações nos critérios de avaliação da produção científica do programa, indicando que passaria a se avaliar as duas principais publicações apenas, ou seja, as duas mais bem pontuadas no *Qualis*. Porém, não houve nenhuma formalização ou institucionalização dessa regra durante o processo de pesquisa. Para solucionar essa questão, trabalhou-se com o que havia de formalizado para embasar a pesquisa, não prejudicando o seu desenvolvimento.

Por fim, a própria perspectiva teórica utilizada para a análise do campo de pós-graduação em administração possui restrições, por tratar-se de uma teoria advinda da área da sociologia. Essa restrição acontece, pois Bourdieu, ao utilizar a noção de campo para analisar determinadas estruturas sociais, procurava perceber a relação entre grupos formados por agentes individuais, denominando esse grupo de classe, conforme exposto no referencial teórico. No entanto, como a presente pesquisa buscou analisar um campo formado por organizações, dessa forma, buscou-se entendê-las como agentes sociais individuais que disputam recursos de poder com outros agentes sociais.

Devido a essa razão, a análise do campo de pós-graduação em administração foi limitada em relação ao conceito de *habitus* de uma determinada classe. Sendo o *habitus*

de um grupo composto por vários elementos interligados e não só relacionado ao comportamento, perfil, forma de agir dos agentes que formam aquela determinada classe, mas sim pela própria formação, construção das preferências, gostos, valores dessa classe.

Dessa forma o estudo pretendeu se afirmar na tentativa de detectar somente alguns elementos que pudessem fornecer indícios sobre o *habitus* daqueles sujeitos de pesquisa, ou seja, dos programas de pós-graduação em administração. Dessa forma, no roteiro de entrevistas foram incluídas questões que abordavam a percepção dos agentes em relação ao processo de avaliação do campo, o perfil mais solicitado para o ingresso na pós-graduação e o posicionamento que buscavam alcançar no campo. Foi considerado que as respostas a essas questões seriam suficientes para detectar parte dos *habitus* dos grupos analisados no campo.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Esse capítulo tem como principal propósito analisar os dados primários coletados no campo de pesquisa através de entrevistas semiestruturadas, realizadas presencialmente com docentes, coordenadores atuantes na pós-graduação em administração no estado do Rio de Janeiro, e também analisar os dados secundários que foram coletados através de pesquisa de teses, dissertações, artigos, livros que auxiliaram na fundamentação e consistência da análise. Além disso, esse capítulo também visou utilizar os dados coletados através de pesquisa documental que identificou informações importantes em regulamentos, relatórios, manuais entre outros documentos das organizações que foram pesquisadas.

Os dados primários foram analisados por meio da análise de conteúdo, buscando uma abstração da perspectiva analítica de Pierre Bourdieu com as falas e informações emergentes da pesquisa de campo e também com as evidências encontradas na pesquisa bibliográfica e documental, que compõem os dados secundários que auxiliam a fundamentação da análise. Sendo assim, buscou utilizar a ótica bourdiesiana para embasar a análise de dados.

Para que tal finalidade fosse alcançada, decidiu-se extrair diversos trechos dos textos que evidenciassem uma compreensão efetiva das relações existentes entre os dados coletados e a teoria estudada e escolhida para compor a análise, realizando-se a inferência e interpretação dos dados com o embasamento necessário.

Dessa forma, para que a análise dos dados pudesse atender seu propósito da forma mais apropriada, esse capítulo foi estruturado em consonância com os objetivos específicos apresentados anteriormente. Sendo assim, os tópicos a seguir, onde a análise dos dados foi feita, são os desdobramentos dos objetivos específicos que se pretendeu atingir, tendo em vista responder ao problema de pesquisa levantado nesse trabalho.

4.1 Primeiro Objetivo Específico

- Identificar os principais eventos críticos do campo de pós-graduação, desde sua origem até os tempos atuais;

Esse objetivo específico foi alcançado por meio de pesquisa bibliográfica e documental realizada por consultas e acessos a materiais disponíveis na internet, nos sites de órgãos reguladores como a CAPES e de artigos publicados em revistas, periódicos, encontros e congressos da área, que serviram de base para a análise. Também se utilizou a pesquisa de campo para compor o alcance desse objetivo, extraindo da fala dos entrevistados trechos que evidenciassem acontecimentos importantes no campo.

4.1.1 O desenvolvimento da pós-graduação e os principais eventos críticos no campo da administração

Conforme já mencionado no referencial teórico, destaca-se, que o campo da pós-graduação passou por variadas mudanças ao longo de seu desenvolvimento, o que é natural em qualquer campo que pretenda se perpetuar com o passar do tempo. O contexto histórico influencia macro mudanças, assim como o contexto local direciona micro mudanças.

A pós-graduação *stricto sensu* e o ensino superior de um modo geral, possuem uma trajetória recente no país, se inicializando, no caso da pós-graduação, a partir da criação da Capes na década de 1950 (BIANCHETTI e VALLE, 2014). Nesse sentido, parece ser possível afirmar que o primeiro programa de pós-graduação em administração foi criado em 1967, caracterizando-se assim, como o primeiro agente no campo, ofertando grandes possibilidades de crescimento para os alunos que o cursavam:

“eu acho que o primeiro programa de pós-graduação em administração do Brasil, foi criado o programa *latu sensu* em 67, mas logo ele se transformou em mestrado e mesmo essas pessoas que tinham feito nas turmas que começaram em 67 tiveram a possibilidade de.. de fazer..é.. as suas dissertações e terem seus títulos de mestre” (Entrevistado 9).

É possível perceber nesse trecho que, nessa época ainda não havia regras claras que conduzissem o rumo e o desenvolvimento dos programas, sendo possível passar de um curso *lato sensu* para *stricto sensu* sem maiores procedimentos formais. Percebe-se também que o primeiro agente atuante no campo de pós-graduação em administração surgiu quase duas décadas após a criação do órgão regulador desse campo. No entanto, vale ressaltar que a pós-graduação em geral só foi formalizada em 1965 através do

Parecer CFE 977/65, então, por esse parâmetro o primeiro agente do campo de pós-graduação em administração surgiu dois anos a formalização da pós-graduação.

Se faz necessário evidenciar que no presente trabalho utilizou-se o termo agente, presente na teoria de Pierre Bourdieu, e sendo assim, se caracterizou como agentes as organizações que compõem o campo da pós-graduação em administração, ou seja os programas de pós-graduação em administração do estado do Rio de Janeiro, com cursos de mestrado e doutorado, exceto um programa que possui apenas mestrado, por isso, buscou-se percebê-las como agentes sociais individuais que disputam recursos de poder.

Durante os primeiros anos de sua criação a Capes não se limitava as regras, procurava atender uma estrutura básica de normas flexíveis sem se importar muito em apenas cumpri-las, mas sim estar em consonância com a verdadeira realidade (PIRES, 2014). Nesse sentido o entrevistado 9, também ilustra que essa forte preocupação com a avaliação e processos regulatórios nem sempre existiu:

“[...] esses processos e mesmo esse mecanismo que existe hoje de regulação da CAPES era muito mais fluído né, [...], então, não havia esse processo muito rígido, pra você ter uma ideia, você podia dar aula na pós-graduação mesmo não tendo doutorado, dar aula no mestrado, então era um processo bastante diferente, as pessoas eram atraídas pelo conhecimento que elas tinham, pelo reconhecimento da sua obra, então.. era.. não era muito formal esse processo e haviam muitos professores convidados, por exemplo, quando eu fiz mestrado dava aula lá na .. na Fundação um curso muito interessante, o antropólogo Roberto da Matta, por exemplo, ele não era do quadro da Fundação, trabalhava no Museu Nacional, mas dava um curso de antropologia da burocracia e assim como ele, muitos outros grandes nomes das Ciências Sociais eram convidados, participavam dos programas, então não havia uma coisa muito formal de recrutamento e de credenciamento, isso foi... se reproduzindo ao longo dos anos, em função muito das exigências da CAPES, né, todo esse processo hoje aí de regulação da pós-graduação no Brasil” (Entrevistado 9).

Pela fala do entrevistado pode-se notar que o desenvolvimento da pós-graduação foi acompanhando as tendências e necessidades dos contextos históricos em que se reproduzia e se reproduz, isso ficou muito claro na fala “não havia uma coisa muito formal de recrutamento e de credenciamento, isso foi... se reproduzindo ao longo dos anos, em função muito das exigências da CAPES, né, todo esse processo hoje aí de regulação da pós-graduação no Brasil” (Entrevistado 9). Isso reforça como os processos de reformas da administração pública assim como a incorporação da ordem neoliberal,

modificaram a forma como o campo de pós-graduação vinha se desenvolvendo. Além disso, na época em que a pós-graduação em administração iniciou-se, era um momento em que o país necessitava urgentemente de recursos humanos qualificados para atuarem nos projetos de desenvolvimento do governo, e trabalhar com processos mais fluídos e simples auxiliaria no alcance mais rápido e efetivo desse objetivo.

Dessa forma, no que diz respeito ao campo de pós-graduação em administração, é possível afirmar que a partir da década de 1990, mudanças significativas aconteceram e as mesmas vêm reestruturando o campo até hoje, como a adequação do projeto político brasileiro a “nova ordem mundial, e dentre elas, a nova reforma da educação superior, tendo por base a redução da esfera pública pelo viés privatista que introduz um processo de mercadorização do espaço estatal ou público” (FERREIRA, 2009, p.52).

A onda neoliberal se instaurou no país durante essa época (década de 1990) devido à crise do estado de bem estar social e impulsionada também pela proposta de reforma do aparelho do estado apresentada pelo governo FHC. Nesse sentido, tais tendências também adentraram as esferas educacionais do país, pois ocorreram mudanças em políticas públicas direcionadas ao ensino, buscando atender uma orientação preponderantemente neoliberal.

“ameaça na minha opinião é mercantilização, hoje há uma reticência por parte dos.. é..das instituições e do departamento das faculdades, em fazer um projeto acadêmico, porque o olhar é como transformar aquilo em mercadoria, como ganhar dinheiro com aquilo, e os..projetos acadêmicos eles não proporcionam isso, porque as relações da universidade com o mercado e com.. com o Estado, que são fontes de renda, é uma relação tocada pelo compadrio, pelo apadrinhamento, pela troca de favores, e outros interesses são piores do que esses ou sei lá, se são, mas.. por exemplo, corrupção, então você.. contrata uma empresa muito mais para obter dela um relatório que lhe seja favorável do que na verdade você está contratando uma organização pública ou uma organização de uma universidade privada pra ter um relatório sobre as verdadeiras condições que você está funcionando, as correções de rumo que você tem que fazer e assim por diante, as advertências e tudo mais, as limitações não é, então, a mercantilização [...] grande ameaça, é.. ameaça por isso, porque os projetos acadêmicos começamos a ficar cada vez mais raros, hoje é.. quando eu olho um pouco do passado e um pouco do presente lá na nossa faculdade, nós fomos instados, pressionados e bombardeados por que nos estávamos querendo um programa acadêmico, e a grande motivação dos professores por um programa acadêmico era a possibilidade de um doutorado, que.. àquela época não era possível assentado sob o mestrado profissional, hoje, eu já nem sei se não é, ou se não será em breve possível você ter um mestrado profissional e um doutorado profissional que daqui a pouco vai aparecer. Então, o mestrado acadêmico, ele foi bombardeado na época, foi uma dificuldade aprovar ele, ele sofreu todo tipo de sabotagem, tentativa de derrubar quórum em véspera do último dia de prazo, depois

obstáculos dentro do colegiado da unidade pra tentar impedir, porque estava sendo preparado um outro programa.. é.. que era o programa profissional, hoje esta em curso um projeto de um programa profissional é.. dentro da faculdade.. que será a segunda iniciativa *stricto sensu* depois da nossa, primeira iniciativa *stricto sensu* foi a nossa, quer dizer, não é, não se pretende um mestrado, qual é a carga horária desse projeto desse mestrado profissional que está sendo apresentado agora?, 360horas, um curso *stricto sensu* de 360horas com título de mestrado é o que está sendo proposto, 360horas é a jornada de pós-graduação de média, de média qualidade, então esse afã de ganhar dinheiro com a universidade, ele na minha opinião é a segunda grande ameaça dos programas de pós-graduação é.. *stricto sensu*, então eu vejo esses dois problemas muito graves, é o produtivismo, que desqualifica a produção e o merca, a mercantilização que cada vez se torna mais desprovido de carácter de fato científico daquilo que se está fazendo no estudo” (Entrevistado 8).

Por meio dessa fala, é possível notar que a transformação do ensino em uma mercadoria se tornou uma realidade acadêmica, a preocupação em tornar a universidade algo lucrativo em detrimento do ensino de qualidade pode ser muito perigoso para o campo, pois compromete o desenvolvimento de gerações futuras de mestres e doutores, que terão a visão de que capital deve prevalecer em relação ao ensino. Percebe-se que com inserção da orientação neoliberal essas ideias de mercantilização do conhecimento foram tomando corpo e se instalando no campo. Nota-se também, que a fugacidade está presente nesses projetos, que buscam formar cada vez mais rápido os discentes, como é o caso do exemplo mencionado da possível criação de curso *stricto sensu* de 360 horas, desqualificando um trabalho que deve ser de aprofundamento e imersão no conhecimento.

Por essas razões passam a vigorar a preocupação com a competição e qualificação dos profissionais como forma de alavancar um desenvolvimento de qualidade para o país, além da valorização da gestão moderna e racionalizada, que só se realizaria “pela minimização da ação reguladora do Estado, resultando no negativo efeito colateral da mercantilização de direitos universais, como educação, saúde e segurança” (GUERREIRO, 2015, p. 55).

Nesse sentido, implementou-se o sistema Qualis “o que, supostamente, permite avaliar a qualidade da produção científica gerada pelos programas de pós-graduação” (WOOD JR. e COSTA, 2015, p. 326). E também, nesse momento, a preocupação com questões de credenciamento e descredenciamento passaram a ficar mais evidentes e exigidas. A partir de então, devido a grande pressão voltada para a produção e

publicação de artigos, o termo *publish or perish* muito utilizado nas universidades americanas, passou a vigorar também no Brasil e se transformou numa “espécie de mantra daquilo que acontece no contexto acadêmico em termos de criação e veiculação do conhecimento, seja por parte daqueles que exigem produção, seja daqueles que são pressionados a publicar” (ZUIN e BIANCHETTI, 2015, p.729). Dessa forma, o entrevistado 1 evidencia essa questão, abordando como o processo de credenciamento, descredenciamento, e também a forte preocupação com produção, foi se instaurando no campo e sendo incorporada pelos agentes:

“eu não sabia o que que era credenciamento quando eu fui fazer a minha primeira entrevista [...] Ai eu descobri que existe um negocio chamado NRD6 no credenciamento. Nunca ninguém... a única coisa que eu tive que fazer pra isso foi entregar o meu diploma na época, questões de.., de...de produtividade acabaram sendo importantes ao longo do tempo, mas nunca a ponto d’eu perceber que eu ia ser descredenciado, [...], então..a preocupação que eu tive hoje com o descredenciamento foi muito mais do descredenciamento do que credenciamento, o que é.. o que teoricamente determinaria o meu descredenciamento é fato d’eu não ter um artigo publicado em um jornal internacional, o que não faz parte de nenhum critério de credenciamento, sei lá.. sugerido, pelo MEC ou pelo MCT, [...]. Eu acho que isso se tornou talvez um problema de entrada muito grande para doutores que foram formados de 4 anos pra cá , porque esse termo né.. esse termo mesmo.. esse objeto discursivo credenciamento ele passou a... ele tomou mais... mais corpo. Pra professores da minha geração, eu acho que ele toma corpo via descredenciamento, o descredenciamento me preocupa mais que o credenciamento”.(Entrevistado 1).

Nesse trecho fica claro que o processo de credenciamento e descredenciamento passou a fazer parte do campo da pós-graduação em administração, a partir da inserção de lógicas sugeridas pelo neoliberalismo que impactaram com profundidade a academia, reestruturando a forma de se organizar dos agentes inseridos nesse campo. Além disso, a questão produção também foi muito evidenciada e enfatizada nesse processo, se tornando um critério de diferenciação e superação entre os agentes do campo. Essa questão também fica muito evidente quando o entrevistado 1 afirma “então..a preocupação que eu tive hoje com o descredenciamento foi muito mais do descredenciamento do que credenciamento, o que é.. o que teoricamente determinaria o meu descredenciamento é fato d’eu não ter um artigo publicado em um jornal internacional”, que ilustra de forma contundente que a produção científica se tornou um critério limitante para a permanência ou extinção da atuação dos agentes no campo, afirmando assim que o *publish or perish* se tornou uma realidade no país.

Tal termo nasceu em um momento histórico industrial e empresarial em que essa exaltação pela produtividade foi naturalmente incorporada pela academia, por motivos de disputa pelas melhores colocações nos *rankings* (ZUIN e BIANCHETTI, 2015). Dessa forma, para avançar ou permanecer na pós-graduação, docentes e discentes passaram a ter que escrever e publicar mais, “passa-se a exigir mais produtividade com tanta pressão que, gradativamente, essa ganha o epíteto de “produtivismo”, denominação com características negativas de um processo no qual a tendência é a quantidade subsumir a qualidade” (ZUIN e BIANCHETTI, 2015, p.731).

De uma maneira geral, apesar da recente história da pós-graduação e da sua submissão às reformas mundiais que incentivaram o produtivismo, não se pode negar que o sistema de avaliação brasileiro é reconhecido uma implementação de sucesso por ter alavancado a posição do país no ranking dos países produtores de ciência, atingindo a 13ª posição (BIANCHETTI e VALLE, 2014).

Sendo assim, pretende-se no próximo subitem abordar o desenvolvimento do Sistema de Avaliação da Pós-Graduação Nacional, buscando assim alcançar o segundo objetivo da pesquisa.

4.2 Segundo Objetivo Específico

- Descrever o desenvolvimento do Sistema de avaliação da Pós-Graduação Nacional;

O segundo objetivo específico foi alcançado por meio da análise dos dados coletados nas entrevistas com agentes que compõem o campo. Foram identificados nas falas dos sujeitos de pesquisa, elementos que pudessem compor e descrever o desenvolvimento de Pós-Graduação Nacional.

4.2.1 O Sistema de avaliação da Pós-Graduação Nacional sob a ótica dos agentes

De acordo com a maioria dos agentes o campo de pós-graduação em administração passou por mudanças significativas, nas últimas décadas aproximadamente, em relação ao seu sistema de avaliação. Essas mudanças dizem respeito principalmente à questão do produtivismo, onde a pesquisa passa a ser altamente valorizada. No entanto, existe uma percepção de que na realidade o fenômeno do produtivismo gerou a produção de pontuação e não de produção acadêmica em si, comprometida com o aprofundamento, com o impacto social, mas sim em gerar pontos.

“temos uma atenção grande, tem pesado consideravelmente é aquilo que é chamado pela CAPES de produção acadêmica né, que nos consideramos apenas como pontuação é.. , eu, pessoalmente, considero uma pontuação não efetivamente uma produção, mas uma pontuação obtida através de publicações em.. periódicos qualificados pela própria CAPES como A, B, A1, A2, B1, B2 e.. então essa é uma coisa que tem pesado muito, infelizmente tem sido esse o padrão de exigência que têm nos feito né, na verdade um reprodução do padrão da CAPES” (Entrevistado 8).

Nesse sentido, fica claro o desconforto em considerar produção acadêmica aquilo que é usado para obter pontos e que futuramente será utilizado como critério de avaliação, esse tipo de conduta não é considerado como produção acadêmica por esse determinado agente. No entanto, o campo da administração que foi criado para sustentar o projeto desenvolvimentista do país, passou a assumir um caráter mais científico que prático.

“existia uma.. opinião de que a administração era uma ciência que seria relevante para o projeto de desenvolvimento nacional do país, a administração pública idem né.., isso com o passar do tempo né, a cientificidade começou a assumir um peso maior do que a relevância prática, então os critérios de publicação, por exemplo, se tornou mais relevante que.. o que que você contribui pra prática de desenvolvimento do país, mas isso aconteceu assim ao longo de dez, últimos vinte anos no mínimo né, [...] o que agora se valoriza, agora a ênfase é em pesquisa, não sei dizer se é o certo, nem sei dizer se vai ser daqui a pouco, isso tem se questionado fora do Brasil por exemplo, qual a relevância desse tipo de estratégia, isso tem gerado efeitos perversos e..isso pode tornar a academia mais alienada do seu impacto social, do seu impacto na sociedade então, poderá vir se constituir uma crise maior que faça com que se repositone esses objetivos né, da academia, então..nos somos apenas sujeitos a essas mudanças” (Entrevistada 12).

De acordo com a fala destacada, é percebido entre os agentes que modificações de maior profundidade ocorreram, mudando a forma de se estruturar e de agir no campo, referentes principalmente a produção acadêmica e pontuação. Também é evidenciada

uma questão muito contundente em relação a essas mudanças, que são as consequências geradas no impacto social no campo, ou seja, pelo excesso de foco em produzir e publicar, resultados e intervenções que gerem boas mudanças de fato não vêm acontecendo.

Muitos agentes afirmam que no início de sua trajetória nesse campo, as exigências relativas à produção e publicação não eram tão veementes quanto atualmente, a preocupação com a pesquisa e sua divulgação sempre tiveram seu espaço e sua importância, no entanto, existia um maior período de tempo para reflexão e abstração do conhecimento.

Os que possuem uma trajetória temporal maior, apontam que a preocupação com a pontuação nem sempre aconteceu, essa dinâmica passou a existir através da criação do Ranking *Qualis* que passou a discriminar pontos aos veículos de comunicação científica (periódicos) e com isso pontuar as publicações de acordo com o periódico escolhido para divulgar a pesquisa.

“sempre a pós-graduação estimulou a produção ali e a um processo de emulação mesmo fazia com que as pessoas procurassem publicar, procurassem.. mas não era um, uma coisa formal, uma exigência, uma pressão significativa nesse sentido, só nos últimos talvez, oito anos né que essa pressão se tornou mais intensa né, e a.. a classificação do *Qualis* passou a ser uma referência pra todos os programas, então essa exigência passou a ser muito maior” (Entrevistado 9).

Dessa forma fica evidente que antes da instalação dessa lógica de produção, a pesquisa também acontecia, assim como sua divulgação através de publicação, porém, esse processo de produção acadêmica ocorria de forma mais natural e mais consonante com a realidade, ou seja, era produzido aquilo se fazia necessário para a realidade vivida, era pesquisado o que de fato era relevante para a ocasião com perspectivas de mudanças na realidade e inferências que trouxessem avanços para o campo. Os agentes não deixavam de desenvolver suas pesquisas, por falta de exigência ou cobrança, pelo contrário, sempre foi sabido que o propósito do campo de pós-graduação era além de ensino, a formação de pesquisadores, e nesse sentido, não havia como não existir pesquisa.

Além disso, também foi levantada a questão relativa à qualificação dos periódicos, ou seja, como acontece o *Qualis* Capes, e como as constantes alterações e suas limitações impactam no cotidiano do agente.

“criou uma série de critérios, criou a lista *Qualis* de periódicos, é..distribui esses periódicos é.., dentro de uma determinada proporção né, o que pode gerar determinadas distorções, por exemplo, acho que no segmento A1 você só pode ter 12,5% das revistas tenho impressão que é isso, no segmento A2 também 12,5, então vamos dizer, a soma dos dois deve dar 25%, aí no B1, B2, também, então você tem uma proporção, então isso gera já uma certa amarra, independente do pro.., do periódico ser bem ou não, ali só cabem X né, ou seja, um número que corresponde a 11, a 12,5% logo, alguém tem que cair né, é.. e existe, então isso é uma discussão, outra situação é a entrada na área e isso é muito difícil de resolver de periódicos que não são propriamente da área né, nós tínhamos até a penúltima lista, agora em setembro saiu uma nova lista, é.. uma série de periódicos de medicina, existem professores em geral da área de métodos qualitativos faz um trabalho com um colega da área de medicina e publica lá, então tem..né, tinha *Acta Reumatológica* uma revista de medicina que alguém publicou lá e foi parar na lista, então esse segmentos de revistas é..de medicina, tavam ocupando uma parte significativa do segmento A1 do *qualis* e aí diante de pressão, das piadas, das reclamações eles resolveram uma medida.. equívoca também, tirar todas as revistas de medicina e de outras áreas muito.. é.. estrangeiras ao campo de administração e rebaixar pra A2 independente da.. da natureza da revista, isso foi bom porque abriu espaço A1 para a revistas de administração, mas o que que aconteceu?, expulsou dezenas de boas revistas A2 para B1, B2, B3, uma revista que tava muito bem aqui como A2, não tinha nenhuma razão para cair, mas teve que cair porque teve que abrir espaço pra revista de medicina, então como essa, existe várias e várias distorções, no caso específico da minha área de administração pública é uma área também muito penalizada, porque como há que ter o espaço pra administração empresarial grande, existe muito mais revista então.. há.. há.. revistas que tenham até uma vinculação com administração pública não tem praticamente espaço, então.., a não ser a RAP que é a Revista de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, que é A2, havia uma revista que não é programa de administração pública mas de políticas públicas que é os *Cadernos de Serviços.., Cadernos de Saúde Pública*, era A1, caiu agora pra A2, né.. que.., então o espaço da administração pública é muito reduzido e mesmo revistas é..que são da área de administração pública que era valorizadas em outras áreas na administração é desvalorizada, isso foi corrigido agora, mas durante muito tempo, tem uma revista da ENAP chamada *Revista de Serviços Públicos* ela era B2 na ciência política e B4 na administração, agora ela passou também a B2 na administração” (Entrevistado 9).

Nesse trecho é possível identificar com clareza que o *Qualis* Capes também possui limitações que impactam de forma significativa o planejamento dos docentes em relação às publicações. Assim como no ranking dos programas não é possível que diversos programas obtenham a nota máxima, no *Qualis* Capes isso também ocorre, desqualificando determinadas revistas para que exista espaço para outras, essa desqualificação não necessariamente reflete a queda de qualidade, mas sim a liberação do espaço em momentos de reestruturações. Nota-se nessa fala, que o *Qualis* Capes também tem dificuldades em qualificar periódicos de outras áreas, acarretando em impactos significativos e por vezes prejudiciais para a área. Dessa forma, destaca-se que

a limitação da quantidade de revistas que poderão receber qualificação A ou B restringe avanços para o campo.

Isso também foi evidenciado na fala do entrevistado 8, que aponta que além dessa questão de limitação da qualificação, também ocorre demora excessiva na avaliação de artigos submetidos.

“isso são revistas de muito boa qualidade, revistas A2, e levem esse tempo enorme, porque elas levam esse tempo enorme?, porque a quantidade de revistas A2 é também restrita, porque a CAPES usa um sistema é.. de.. de.. seguimentos fechados, só é possível ter 25% de revista A, se uma revista B, passa a uma revista A, uma revista A tem que sair, então a concepção ao invés de ser uma concepção de ampliar o espectro de revistas e assim você poder ter muito mais revistas A cada ano que passa porque a sua base também aumentou, então você não teria preocupação de ficar com uma pirâmide invertida, quando o vértice da pirâmide estaria pra baixo, porque as revistas estariam todas elas evoluindo na destinação de A, não teria esse tipo preocupação a ponto de fechar e dizer.. não..só podem ser A 25%, se você estivesse estimulando as revistas a aparecerem e estimulando as pessoas a escreverem nas revistas novas, por exemplo, seria uma coisa extremamente interessante, pra quem de fato quer desenvolver conhecimentos, meio de divulgação do conhecimento, estímulo ao conhecimento, que as pessoas escrevem para publicar, se se dissesse o seguinte: leva a pontuação elevada quem publica em revistas novas, quem se dispõe a publicar em uma revista nova” (Entrevistado 8).

Outra questão também é levantada nesse trecho e refere-se a falta de estímulo para revistas recém-criadas, que muitas vezes não conseguem se manter no campo, pois os agentes estão preocupados com a pontuação em si e não com a publicação somente e as revistas novas na maioria das vezes não possuem qualificação e quando possuem não é tão elevada. Essa questão será abordada com mais atenção no objetivo seguinte.

Nessa lógica produtivista, muitas pesquisas publicadas recentemente não correspondem à realidade contemporânea. Com o excesso de “filas” para publicação, o intervalo de tempo entre a submissão de um trabalho para publicação em um periódico e o seu respectivo aceite, ou não aceite, pode ser muito longo descontextualizando a pesquisa.

“[...] ela vai ter que aguardar para ser publicada em uma revista de outra instituição, externa, exógena, um ano, um ano e meio... o que significa dizer que a sua capacidade de intervenção na realidade está reduzidíssima [...] então é uma produção desconectada com a realidade, porque pra se ter uma produção de revista A1, A2 é.. no Brasil tem que aguardar dois anos, inteiramente é.. desatualizada, coisa que não é própria daquela época, esses nomes, eles se construíram intervindo na realidade, aparecendo nos momentos em que as coisas estavam sendo discutidas, então , a nossa

produção hoje ela é tocada por essa questão da pontuação, as pessoas não fazem é.. não publicam ideias.. elas.. buscam pontos, outro dia em uma banca, eu estava fazendo uma observação de que com demora da publicação que se tem aqui no Brasil, todos os temas são história, todos os artigos que você escrever são história, porque você estará contando fatos do passado no momento que alguém lê, estará lendo coisas que aconteceram há um ano, um ano e meio, se você quer fazer algum tipo de abordagem sobre a contemporaneidade, toda a abordagem da contemporaneidade da literatura produzida na literatura brasileira, é uma abordagem histórica do passado, então esse é o primeiro dano, a grande ameaça que está posta”(Entrevistado 8).

Isso reflete muito uma discussão levantada pelos agentes referente à endogenia, que se instalou no campo como algo negativo, restringindo a publicação de docentes em revistas do próprio programa.

“mas, por exemplo, não havia muito essa ideia que hoje tem de endogenia né, então como eu escrevo basicamente sobre administração pública, o grande veículo da minha produção é a revista de administração pública, então eu devo ter lá.. uns 15 artigos publicados lá, porque é a principal revista de administração pública que existia no país, e é ainda né, então era lá que era publicado” (Entrevistado 9).

“é que..existe um.. um conceito na CAPES que o conceito de endogenia e que pesa muito negativamente em alguns casos, existe uma situação ambígua em relação a endogenia, porque algumas instituições lidam com a endogenia tranquilamente, mas outras não conseguem lidar e tem medo da endogenia, porque a endogenia é em princípio é considerada negativa na avaliação da CAPES. A endogenia certamente você sabe que é a publicação em revistas do próprio programa, é.. publicação nas editoras da própria universidade, e etc.. entretanto, é.. isso que é chamado de endogenia é uma peça fundamental para o desenvolvimento da pesquisa e do conhecimento, essa é a situação dramática que é vivida pelos grupos de pesquisa, pelos programas, pelos professores de um modo geral, que talvez até eu perceba eles não se deem conta, mas.. o fato de você está é...quase que impedido ou no mínimo você esta sendo desestimulado a publicar numa revista do seu grupo de pesquisa, ou numa revista do seu programa, significa que a sua produção ali dentro daquele grupo, daquele programa, daquele grupo de pesquisa, ela vai ter que aguardar para ser publicada em uma revista de outra instituição, externa, exógena, um ano, um ano e meio... o que significa dizer que a sua capacidade de intervenção na realidade está reduzidíssima, os grandes da história pelo menos do nosso campo, as grandes figuras, elas tinham revistas próprias, [...]quando você é.. se vê impedido, ou desestimulado a escrever pra uma revista do teu próprio programa, o que poderia ter muita agilidade em divulgar aquilo que você tá escrevendo, você esta sendo submetido ao que esta no sistema que publica o seus artigos, e suas pesquisas um ano, um ano e meio, entre o fato, e a publicação, o último texto que eu publiquei agora em.. agosto, outubro.. levou mais de dois anos pra ser publicado, um artigo que trata de uma questão momentosa, que é a questão dos cursos de administração, os projetos pedagógicos dos cursos de administração, então eu fiquei até preocupado com a possibilidade de.. é.. quando isso ser publicado os projetos já serem outros e fulano dizer não, os projetos são outros, não é esse que você tá usando aqui com referência” (Entrevistado 8).

Esses trechos de entrevistas ressaltam que a endogenia é algo que veio com toda essa lógica de publicação exacerbada, instituída pelos processos avaliativos. A endogenia de acordo com esses agentes, não contribuiu muito para a evolução do campo, mas sim para a limitação das possibilidades de publicação, impedindo por vezes o fortalecimento da revista de um determinado programa, a construção coletiva de uma revista por parte dos docentes que compõem aquele programa. Acredita-se também que ela contribuiu para a lentidão do processo de submissão e publicação, uma vez que os docentes poderiam publicar nas próprias revistas, agilizando assim o processo, e evitando o congestionamento em outros periódicos.

Essa busca por parte dos agentes por uma avaliação de excelência, satisfatória, acaba por gerar impactos mais profundos no campo, comprometendo a originalidade, a espontaneidade das pesquisas, além de ameaçar seu objetivo mais importante, que é gerar impacto transformativo, buscar transformar uma realidade social que precise de melhoramentos, beneficiamentos que uma pesquisa científica tem capacidade de oferecer.

Os trechos abaixo evidenciam a percepção de alguns agentes em relação aos principais eventos críticos que acometeram o campo de pós-graduação em administração, relacionados principalmente ao seu sistema de avaliação. Esses relatos vêm para corroborar com a análise descritiva dos acontecimentos:

“Logo que eu entrei, eu sabia do termo “publish or perish”, porque eu vim da Inglaterra, aqui era um termo.. voce sabia que existia “publish or perish”, mas existia uma preocupação em não deixar o “publish or perish” se instalar, entendeu, e isso foi em 2001, 2002, por aí. Evidentemente a publicação sempre foi uma coisa muito importante, mas naquele tempo por exemplo quando voce publicava num congresso, isso.., isso valia, deixou de valer ao longo do tempo. O.. publicação em jornais internacionais, jornais.. é.. de fora, sempre foi um coisa bastante importante, mas naquele tempo pouca gente tinha, eu comecei a ver colegas meus se movimentando para publicar em jornais de fora em 2006, 2007. Na verdade eu diria que essa logica ela se instalou bem rápido, foi.., foi rápido, foi rápido mesmo[...].” (Entrevistado 1).

Essa fala ilustra não só como termo *publish or perish* foi se instalando no nosso país, mas também como sua essência e criação não são nativas, um movimento e um termo internacional que foi encaixado na realidade brasileira, sem levar em consideração a experiência própria com a pesquisa, publicação entre outras questões. Além disso, destaca-se que a pontuação passou a ser considerada referente apenas àquela publicação em periódicos, sendo a publicação em congressos não mais pontual

com o passar do tempo. Outra questão elucidada é sobre a publicação internacional, que sempre foi almejada por vários pesquisadores, no entanto, nunca havia ser tornado uma exigência para permanência no campo, no entanto atualmente, isso se caracteriza como uma exigência de permanência em alguns programas. Essa constatação fica nítida nas falas do entrevistado 11 e da entrevistada 12:

“a exigência agora pra dar aula no doutorado tem que ter paper publicado em A1, internacional, nos últimos três anos, sem isso não entra, ou se já tiver dentro sem isso, sai, é descredenciado do programa de doutorado, exigência bastante significativa né, bastante rigorosa” (Entrevistado 11).

“Neste momento, né, há algum tempo, eu não sei por quanto tempo isso pode continuar, é por.. por..ham.. revistas internacionais que são reconhec.. é.. reconhecidamente líderes, internacionalmente.. então.. se você tá..para área de management não é, Academic of Management Journal, Organization Studies né, são revistas que são conhecidas, então o destaque é esse, então não é simplesmente o número, qual é o fator de impacto, qual o posicionamento que a revista tem né, como liderança internacional” (Entrevistada 12).

Assim, percebe-se que alguns agentes buscam algo a mais para se diferenciar no campo, e por isso não seguem somente os critérios de avaliação exigidos pela Capes, mas vão além, instituindo a publicação internacional como pré-requisito para lecionar no curso de doutorado. Vale destacar que essa realidade não é verdade para todos os agentes no campo, no entanto, é possível afirmar que a publicação internacional é algo almejado por muitos e é um encaminhamento futuro do campo, no entanto atualmente a exigência formalizada é feita somente por alguns.

A importância destinada à produção e publicação foi se elevando com o passar do tempo, pois como já ilustrado na fala anterior, os trabalhos publicados em congressos detinham um valor pontual, e é isso é novamente destacado na fala a seguir. Também é apontado que no início da inserção da lógica produtivista no campo, havia uma determinada diferenciação entre o que teria um valor mais elevado, e o que valeria menos pontos.

“[...] esse peso da produção, foi.. num crescendo né, ele foi se tornando cada vez mais significativo na avaliação do programa, então eu lembro por exemplo, do triênio que eu fui avaliada, né..., o programa que eu tava foi avaliado, é... a... os pontos de produção intelectual, contava o evento né, o que você publicava em congresso, você tinha um discernimento, é ... a CAPES fazia uma diferenciação do que era alto e baixo impacto, mas não era tão significativo quanto hoje né [...]então..eu noto que a avaliação ficou.. mais rígida, reconhecendo menos, publicações né.. , é exigindo mais produções de alto impacto, então.. essa mudança, eu.. eu acredito que hoje a pressão é muito maior sob o docente.. do que era há 10 anos atrás né”(Entrevistada 2).

Nesse sentido, afirma-se que o processo e critérios avaliativos foram se tornando menos maleáveis, com regras cada vez mais específicas e com pouca abertura para flexibilidade, se caracterizando como uma pressão exercida para a publicação. Mais uma vez, essas questões são percebidas de forma mais intensa na última década, ou seja, não é uma realidade muito antiga, é um processo que foi se construindo e se consolidando nos últimos dez anos.

Os agentes também percebem que a forma de organização, e estruturação no campo é muito guiada pela maneira como a avaliação acontece, ou seja, a conduta avaliativa reflete as mudanças que ocorreram, e por isso, parece ser possível afirmar que o instrumento avaliativo é uma estrutura estruturante.

“[...] as mudanças elas sempre.., vão ocorrendo muito em função do.. instrumento de avaliação sob o desempenho dos professores, entao os professores que atuam na área da pós-graduação, eu to falando *stricto sensu*, mestrado e doutorado, já que no *lato sensu* não tem essa preocupação com a avaliação, é.. tá muito centrada em cima da produção científica, e.. e esses critérios, vêm sendo mudado a partir da CAPES, né, é... com maior exigência, e isso passa a requerer dos professores uma maior dedicação a esse aspecto [...]”(Entrevistado 3).

Por isso, compreende-se que essa fala retrata o impacto da avaliação no cotidiano do agente, esse impacto atualmente, se reproduz na dedicação despendida para o aspecto da produção científica, que se tornou o centro da atenção para o alcance de uma satisfatória posição no campo.

Sendo assim, o desenvolvimento do Sistema de avaliação da Pós-Graduação Nacional teve seus principais eventos críticos marcados muito em função das mudanças que aconteceram nas últimas décadas. Fica evidente na fala dos agentes que a avaliação através da pontuação gerada com as publicações não acontecia desde sempre.

“[...] claramente hoje existe um.. um foco e muito acentuado sobre esta questão da pontuação é, através das publicações, anteriormente o que na verdade era fundamental, era o quanto o professor é.. dava uma boa aula, é.. conduzia a turma, a uma evolução teórica e metodológica, a competência da pesquisa, o desenvolvimento do estudo, e assim por diante, então, esses eram os elementos que àquela época de fato pesava na avaliação do professor, é.. essa questão das publicações era uma questão muito incipiente e .. não , não tinham o significado que tem hoje, hoje tem um significado, que poderia dizer quase que absurdo, mesmo que o professor não seja um bom.. é..um professor em sala de aula é..se constitua em alguém que de fato proporciona o crescimento da turma, mas se ele tem uma pontuação alta através das publicações, ele é..certamente vai se manter no programa[...]” (Entrevistado 8).

Entende-se que no princípio a preocupação era focada na profundidade do conhecimento docente, ou seja, o quanto esse docente contribuía para o crescimento, para a qualidade de ensino, o quanto engajado na pesquisa, sem se caracterizar como um critério quantitativo avaliativo, evidências que ficam claras no trecho acima.

Os agentes apontam também a dimensão instrumental que a avaliação adquiriu ao longo dos anos, com muitas regras, exigências quantitativas, que acabam transformando a pesquisa em produto, e direcionando a preocupação para a conquista de pontos, não se atentando muito a relevância, impacto da pesquisa na sociedade. Tais métricas também exigem que o tempo para conclusão dos cursos de mestrado, doutorado e demais projetos de pesquisa, sejam cumpridos impreterivelmente de acordo com os períodos pré-estabelecidos, caso contrário, qualquer atraso pode prejudicar a avaliação do programa, dessa forma, a qualidade não é priorizada em virtude do tempo.

“[...] como pesquisadora, é.. eu acho que a avaliação da Capes ela expressa né, esse processo de instrumentalização que a gente tem.. tem vivido aí nos últimos anos né, [...] ela expressa essa instrumentalização né, é.. transforma né as ideias num mercado, acho que sim, acho que tem aí agora um mercado de ideias e a gente de alguma forma faz parte dele, né, é.. e Capes ela.., ela cria esses parâmetros né, ela estabelece né, essas.. essas.. métricas né, eu acho que com base nessa lógica, né, uma lógica mais produtivista, uma lógica onde você acaba tentando pensar é.. é.. muito em resultado e menos em como é que você alcançou esse resultado, né, pesquisas” (Entrevistado 4).

Esse trecho expressa que para se movimentar, se manter no campo, os agentes se preocupam em cumprir as métricas impostas, sem refletir o modo como está se alcançando essas métricas, o que é muito característico do modelo de administração pública gerencial, que tem seu foco nos resultados sem destinar tanta importância aos processos, meios que foram utilizados para chegar a esses resultados. Isso se justifica por conta da reforma do Estado que buscou instalar no país o modelo gerencialista, inspirado na nova ordem mundial e em experiências estrangeiras ditas de sucesso. Nesse sentido, a reforma do Estado também alcançou área acadêmica que instituiu alguns critérios gerenciais em sua avaliação.

Analisando as principais mudanças que ocorreram no Sistema de Avaliação da pós-graduação, destaca-se também que o critério tempo também foi um quesito que sofreu modificações, sendo comprimido em função da fugacidade no alcance de resultados finais.

“[...] a gente tem métricas né, prejudica o programa se o aluno do mestrado defender além do prazo, então defende qualquer coisa, né, prejudica o

programa, então assim, as métricas são muito, são métricas muito quantitativas, né, então, não interessa coloca o do mestrando pra fora, se o trabalho tem qualidade ou não, a qualidade não é avaliada, o que a Capes tá avaliando, é quanto tempo ele levou pra fazer essa dissertação? Ah levou mais do que 24 meses? Então penaliza o programa, né, então não interessa, né, não é feita uma análise [...] mas se a minha pesquisa tiver que ter cinco anos de campo antes, sei lá, [...] é, uma pesquisa etnográfica, de verdade né, eu quero tá ali durante dois anos acompanhando um determinado grupo né, [...] cara eu não tenho dois anos pra fazer um campo entendeu?, dois anos eu tenho que terminar o mestrado, por exemplo, com meu aluno, com meu orientando né, então, o cara se restringe ao campo à sei lá, dois meses, um mês, seis meses, então assim[...]" (Entrevistada 5)

O tempo se tornou também um critério avaliativo positivo, ou negativo. Caso os resultados sejam alcançados no tempo estimulado, caracteriza-se como um ponto positivo para a avaliação, constatando que aquele determinado agente está comprometido com eficácia, com a entrega do produto final, porém, caso o agente por algum motivo não consiga cumprir esse tempo pré-estipulado, isso se caracteriza como um ponto negativo, ainda que esse possível atraso se justifique por conta de maior atenção com a qualidade do trabalho, com a profundidade, com uma pesquisa de natureza mais demorada, nada disso é considerado quando o resultado não é entregue dentro do prazo.

Destacado os critérios de avaliação, é questionado como se pretende perceber a qualidade através de instrumentos tão quantitativos que vem se transformando em sinônimo qualitativo.

"[...] eu acho que a Capes tenta traduzir em alguns números, indicadores de qualidade, ou medidas de qualidade que são de caráter mais qualitativo, então não fica uma visão global da instituição e isso eu acho que tá acarretando.., tá acarretando.. vieses significativos, na prática de ensino, na prática de pesquisa, e na verdadeira avaliação das instituições de maior ou menor qualidade [...]"(Entrevistado 6).

Fica evidente na fala o incômodo em tentar perceber a qualidade por meio de quantidade, de números. Isso acaba acarretando em diagnósticos precipitados e limitados sobre o campo, não traduzindo a verdadeira realidade sobre o que é ser um programa de qualidade.

Além disso, outra questão que vem impactando no processo de avaliação é as mudanças de regras, critérios, reclassificações do *Qualis* Capes que ocorreram durante o triênio ou quadriênio em questão.

“A CAPES também muda a classificação de periódicos dentro de cada triênio de avaliação, então os professores buscam publicação em alguns periódicos e depois isso muda pra outros, isso causa muita confusão, e tem outros índices que , que ela usa como ... e que.. quando você vai ver como, como esse índices são usados, você vai ver que eles não refletem a posição da escola” (Entrevistado 6).

“Basicamente, isso, uma produção né, é.. atualmente a gente é.. , o que a gente considera seria oitenta.., porque agora é triênio, vou falar pontuação anual, porque agora é triênio, quadriênio, já me perdi, né, seria o equivalente, a gente teria que produzir o equivalente é a...80 pontos qualis anuais, né? que não verdade não são anuais, são ah.. no triênio né, e aí, eu acho que agora virou quadriênio, é 80 vezes 4, enfim, mas seria mais ou menos oitenta por ano sendo na verdade, a gente tá falando em quadriênio, né, era triênio e aí no meio do caminho virou.., então ainda tem isso, as regras mudam, ainda tem assim.., até foi esse o motivo da rebelião [risos] lá no último EnANPAD, é que as regras mudaram no meio do triênio, né, era triênio, virou quadriênio, no meio do quadriênio, é .. periódicos que tinham uma pontuação enfim.. então isso gerou, uma né.. até por isso, porque as pessoas caminharam numa determinada sinalização, e de repente no meio da história as regras mudaram” (Entrevistada 5).

“no último encontro nacional da ANPAD em Belo Horizonte, algumas divisões da.. da..ANPAD, divisões científicas, divisão de administração pública, divisão de estudos organizacionais, divisão outra lá.., eles se reuniram junto com algumas sociedades dentre os quais a SBAP, que é a Sociedade Brasileira de Administração Pública, [...], e.. organizaram um movimento e.. acabaram por redigir um documento e uma carta ao diretor de avaliação da CAPES, é.. é.. discutindo não só.. os critérios em si, mas a oportunidade de no meio do período você lançar uma lista mudando as regras, então tava me preparando para publicar na revista X, agora não vale mais aquela classificação, então.. ela.. a revista foi rebaixada ou subiu e etc.. então .. houve muita reclamação dessa mudança das regras do jogo no meio da partida, isso foi encaminhado a.. a direção da CAPES, a direção de avaliação, a diretriz de avaliação, mas não recebemos resposta, ontem mesmo uma colega estava me perguntando se tinha notícia pra ver se a gente volta a se mobilizar pra ver se tem alguma resposta né, é isso” (Entrevistado 9).

“as regras mudam continuamente no meio do jogo, porque não tem como, todo mundo consegue bater a média, então uma vez a regra tá reestabelecida todo mundo joga em cima daquela regra e todo mundo consegue aquela regra, então criou-se um sistema perverso de mudar as regras depois do jogo” (Entrevistada 12).

O impacto da mudança nas regras durante o período composto de uma avaliação é percebido por vários agentes que constituem o campo, conforme destacado nos diversos trechos acima. Tal constatação gera uma grande confusão entre os mesmos, a falta de clareza dificulta a estruturação para atender as exigências, podendo prejudicar o resultado esperado, por exemplo, como ainda o que vale é pontuação obtida com publicações, fica evidente que mudança de classificação de um determinado periódico durante o período de avaliação pode prejudicar o agente que necessita de certa quantidade de pontos para atingir o mínimo necessário. Sendo assim, caso a

classificação de um periódico diminua pode comprometer o trabalho desenvolvido durante o período avaliativo, não alcançando a pontuação precisa.

Outra questão levantada refere-se à preferência de temáticas para publicação, aponta-se que determinados temas são mais fáceis para publicar, possuindo mais periódicos relacionados.

“Eu acho que os temas do Mainstream né, estratégia, finanças, é.., mercado de capitais, ham.. todos esses temas ligados á gestão do conhecimento, a gestão do conhecimento como estratégia, é.. logística e .. empreendedorismo, são temas assim que..., é.. grande parte dos periódicos, aceitam publicar, é.. temas como.. a minha temática, por exemplo, trabalho, relações de trabalho, sofrimento no trabalho, é.. violência no trabalho, controle, dominação no trabalho, isso não.. é muito cara, as revistas.. principalmente as revistas de business mesmo, as revistas internacionais, as nacionais que tem o foco internacional, como várias aí que a gente... vê, aceitam artigos só em inglês, o que eu acho uma deturpação, como é que pode uma revista nacional publicada em inglês? E aí.., então você não tá querendo dar acesso as pessoas que estão aqui, você tá querendo dar acesso as pessoas de fora né. Então enfim, é, essas revistas não aceitam essas temáticas, né.., então, tem temáticas que você percebe que tem mais apelo, que são do interesse do mainstream. Isso eu não vou fazer..., não é, realmente isso eu não vou fazer. Não vou assinar nunca um artigo de estratégia, entende?, não vou fazer porque não é a minha área, não é o que domino, então, não.. não tem possibilidade, de... de dar qualquer contribuição. Então, é o tipo de coisa que eu acho que limita bastante, porque, tem.. tem.. colegas que eles assinam qualquer coisa..., contribuem com qualquer coisa, não é o meu perfil” (Entrevistada 2).

“a impressão que eu tenho é que não tem muito espaço dentro dessa lógica, pra perspectivas mais críticas, é a minha opinião, né, enquanto a gente não tiver espaço pra perspectivas mais críticas, a gente vai continuar reproduzindo o status quo, que é um status quo de... de dominação, de.. de consenso, de ordem, de reprodução ideológica da ordem, e etc e coisa e tal, então a impressão que eu tenho é que.. só vai mudar, quando a gente conseguir abrir espaço pra crítica, né, até pra gente pensar, ne, que pós-graduação é essa que a gente quer, porque a gente fala assim: ah porque a pós-graduação tá com problema, não desculpa, a gente tá com problema, porque nós somos a pós-graduação” (Entrevistada 4)

Esses trechos evidenciam questões interessantes relacionadas à publicação, afirmando-se que existem temáticas onde a oferta de periódicos relacionados é maior do que outras, percebendo que alguns temas perderam espaço no campo, além de criticar as revistas nacionais que publicam em inglês. Os agentes entendem que determinados temas tem mais aceitação no campo, o que nessa lógica produtivista se torna prejudicial para temas que não possuem tantos periódicos disponíveis.

Nesse sentido, os especialistas dos temas de grande aceitação terão vantagens no campo, por terem mais facilidade para publicar, da mesma forma os especialistas em temas que não se mostram tão aceitos terão dificuldades na publicação, prejudicando assim sua pontuação no ranking *qualis*. Além disso, é apontado que a publicação de

trabalhos na língua inglesa por periódicos nacionais tem se tornado uma prática contraditória, pois publicam trabalhos em um idioma que não é nativo de sua realidade. Essa prática acaba por favorecer agentes que não são do campo brasileiro, e por sua vez, promovendo barreiras para a publicação de agentes brasileiros.

Fica claro na fala da entrevistada 4 que, perante essa realidade de instrumentalização, métricas e elevadas pontuações em publicações, não existe espaço para a crítica. Com a diminuição dos trabalhos críticos que refletem sobre a realidade e que buscam provocar alguma forma de mudança, o campo fica muito limitado à reprodução da ordem vigente sem muita perspectiva para a mudanças mais profundas.

No entanto, essa reprodução parece estar caminhando para um novo rumo. Como a atual exigência de pontuação tem gerado distorções, segundo os agentes e a própria literatura sobre a avaliação da pós-graduação, emergiu-se de muitas falas a iniciativa e tentativa de mudança em relação à dinâmica de pontuação. Grande parte dos agentes apontou que há um forte indício de que as publicações serão avaliadas através das duas melhores, ou seja, serão consideradas apenas as duas melhores publicações, as que rendem mais pontos, e isso será analisado para compor a avaliação do programa, gerando assim sua nota no ranking. Percebe-se então, que mais um evento crítico pode se concretizar no Sistema de Avaliação da Pós-Graduação Nacional, reorganizando assim os programas no campo de pós-graduação em administração.

“[...] agora já tá vindo a sinalização da própria Capes de você trabalhar os dois melhores papers, de repente ficar com uma coisa como eu te falei, a quantidade pra, tá.. também não quero que todo mundo não mande mais nada pra nenhum periódico abaixo de B2, porque se não eu acabo com periódicos que ainda precisam se desenvolver, tá legal, coloca lá 200 pontos, 150 pontos que é o mínimo pro cara entrar ou não entrar, e faz a distinção no qualificado, então eu tenho visto essas discussões, [...], então eu vejo com uma evolução assim.., não to dizendo assim a a Capes vai ferrar todos os programas, não, eu acho que a gente tá aprendendo junto, é.. e eu vejo uma coisa que eu acho muito legal que é essa abertura pro diálogo, de fato a gente tem espaço pra ir lá e falar o que a gente acha, pode ser que não mude mas a gente tem espaço” (Entrevistada 7)

“[...] mas a mudança que está sendo sinalizada e ainda tá em curso, inclusive no último EnANPAD gerou lá.. né, enfim, discussões, questionamentos, é que, que seja, é , considerado nos programas, não é só.., não é mais a produção, o total da produção dos professores, mas.. as duas melhores produções de cada professor, então, se no passado você contabilizava sei lá, 500 pontos, que um..um professor fez no triênio, por exemplo, 500, 600, no triênio, parece né, tudo indica que agora, o que será olhado será cada ano, né, as duas melhores produções de cada docente, então, isso de certa forma deve mudar um pouco essa lógica de produzir em quantidade, né, a ideia será portanto, produzir até menos eventualmente mas com maior qualidade[...]” (Entrevistada 5).

“[...] agora uma coisa que vai inibir um pouco essa indústria que é, qualquer coisa vira um artigo né, é.. o fato de eles considerarem apenas os melhores, as melhores pontuações, ao invés de considerar toda a sua produção eles consideram dois melhores artigos ou três né, então se você teve um..A1, um A2 são só esses que vão contar, os artigos B1, B2, B3 e B4 não contariam, ou se você só fez um B1 e um B2 só esses que vão contar o seu B3 e B4 não contariam, é.. isso acaba também.. é.. desestimulando também essa produção a qualquer custo [...]” (Entrevistado 9).

Nesse sentido, fica ressaltado nas falas o desconforto causado pela instalação da lógica produtivista, e a grande preocupação em pontuar acima de tudo, mesmo que pra isso a qualidade deixe a desejar. Tal incômodo se transformou em uma iniciativa de movimento para a mudança, ou seja, propostas que busquem focalizar mais a qualidade que a quantidade, podendo se caracterizar futuramente como uma nova mudança histórica no desenvolvimento do campo. No entanto, é importante ressaltar que até o período de finalização desse presente trabalho nenhuma mudança referente a essa questão foi formalizada, ou institucionalizada pelo órgão regulador do campo, a Capes. Porém, como esse assunto foi abordado e exposto por vários agentes, julgou-se importante evidenciar tal movimento.

Percebe-se então, que os agentes evidenciam eventos críticos no campo, principalmente relacionados às mudanças no sistema de avaliação que impactam diretamente na estruturação dos mesmos no campo, e nas suas respectivas atividades. Destaca-se ainda, que o campo sofreu uma mudança de eixo muito forte, deixando de ter o ensino como principal direção e assumindo a pesquisa como questão central, no processo de avaliação.

“acho que há uma passagem do ensino para pesquisa, é uma.. uma.. e como são os ônus e bônus né, porque ensino é algo mais difícil de ser avaliado, então.. por mais que tenha boa avaliação de desempenho dos alunos, a própria pós-graduação da CAPES é uma prática que não, não consegue mensurar em termos de métricas, então a CAPES acabou se institucionalizando, nas práticas se institucionalizando, e impondo para as pós-graduações do país um determinado olhar, que é o risco das métricas ham..então assim como o mais fácil de ser mensurado é a publicação, acaba se dando muita ênfase mais excessiva a publicação, porque é mais fácil medir, mais cria-se aquele círculo né.. então.. é mais fácil de medir, o docente se avalia com base nisso, então o docente só corre atrás de publicação é.. vai..alimentando esse sistema em detrimento de outras dimensões né, que são ensino e a extensão que são dimensões importantes, elas estão lá qualitativamente na pós né, na avaliação da pós, mas.. quantitativamente a pesquisa faz a diferença, então isso..também se sentiu aqui não é, sempre se sentiu..não é.. essa.. esse peso que a pós-graduação CAPES da avaliação CAPES é na pós-graduação se reflete nos programas, porque elas reagem

aos indicadores e tentam se reposicionar não é..no sistema da pós não é”(Entrevista 12).

Dessa forma, é possível destacar principalmente a forte preocupação com a pesquisa, em relação ao ensino, que perde um pouco seu destaque nesse contexto. Além disso, como apontado no trecho acima, a publicação é algo mais fácil de ser mensurado, a medição quantitativa acontece de forma mais simples, do que a avaliação de elementos qualitativos, sendo esse um dos fatores para a importância destinada a mesma. Por isso, a produção deve resultar em publicação para gerar pontos, sendo essa a base para a avaliação docente, que passa buscar essencialmente isso no campo.

Sendo assim, foi evidenciado nesse objetivo que a produção científica se tornou um elemento de extrema relevância no campo, acarretando na instrumentalização da avaliação focando excessivamente em métricas, regras e também a compressão do tempo de realização de pesquisas, conclusão de cursos. Além das mudanças nas regras do “jogo no meio da partida”, referentes principalmente à questões temporais de avaliação de classificação de periódicos no *Qualis*. Por fim, também são apontadas possíveis futuras mudanças referentes às pontuações das publicações, e principalmente a mudança de foco no campo, passando do foco no ensino para o foco na pesquisa.

4.3 Terceiro Objetivo Específico

- Identificar os principais agentes inseridos no campo de pós-graduação em administração no estado do Rio de Janeiro e os principais recursos de poder que eles detêm e;

O terceiro objetivo foi alcançado através da pesquisa documental no site da Capes, que visou apoiar na identificação dos principais agentes inseridos no campo de pós-graduação em administração no estado do Rio de Janeiro. Ao mencionar agentes, refere-se aos cursos de pós-graduação com mestrado e doutorado, com exceção de um, que estão inseridos no estado do Rio de Janeiro, além da Capes, o principal órgão de fomento e responsável pela avaliação da pós-graduação em todo o país. Além disso, o alcance desse objetivo também contou com a contribuição dos dados coletados, onde foi

possível identificar características específicas de cada agente e com a teoria de campo de Pierre Bourdieu que embasou a pesquisa.

4.3.1 Caracterizando os agentes que compõem o campo de pós-graduação em administração no estado do Rio de Janeiro

De acordo com a perspectiva teórica de Bourdieu, o campo é entendido como um espaço de disputas de poder, onde ocorrem interações de forças entre os agentes dotados de um determinado tipo de capital, dentre os diferentes tipos existentes, para conquistarem o domínio do campo (BOURDIEU, 2008). Bourdieu expressa que, o campo é caracterizado como um espaço de variadas dimensões onde as posições dos agentes são definidas de acordo com um sistema regente, que no caso do presente estudo é entendido como o sistema de avaliação da pós-graduação, que insere e dita a importância que cada capital terá naquele respectivo campo (BOURDIEU, 1989). Desse modo, os agentes se distribuem no campo “na primeira dimensão, segundo o volume global do capital que possuem, e na segunda dimensão, segundo a composição de seu capital – quer dizer, segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto das suas posses” (BOURDIEU, 1989, p. 135).

Sendo assim, afirma-se que nesse estudo entendeu-se como campo a pós-graduação em administração, e como agentes os programas com cursos de mestrado e doutorado, com exceção de um curso que só possui mestrado acadêmico, delimitando assim a pesquisa. Percebeu-se que nesse campo, são os programas que atuam como agentes, buscando alcançar posições, deter capitais importantes e conseguir conquistar uma posição dominante no ranking.

Dessa forma, seguindo informações presentes no site oficial da Capes, os agentes existentes no estado do Rio de Janeiro que possuem mestrado e doutorado são:

PROGRAMA	IES	UF
ADMINISTRAÇÃO	UFRJ	RJ
ADMINISTRAÇÃO	FGV/RJ	RJ
ADMINISTRAÇÃO	UNIGRANRIO	RJ
ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	PUC-RIO	RJ

Tabela 1: Programas do Estado do Rio de Janeiro com mestrado e doutorado.

Elaboração Própria

Fonte: Plataforma Sucupira

No entanto, no decorrer da pesquisa identificou-se um agente situado no estado do Rio de Janeiro que não possui doutorado, mas que foi considerado de grande relevância para a pesquisa, por se tratar de um programa com mestrado acadêmico que possui uma interessante trajetória no campo e por conter em seu quadro importantes pesquisadores da área de administração. Dessa forma, também se inseriu na pesquisa o Programa de Pós-Graduação em Administração na Universidade Federal Fluminense – UFF, situado na cidade de Niterói, no estado do Rio de Janeiro.

Sendo assim, os principais agentes, além da Capes, inseridas no campo de pós-graduação em administração no estado do Rio de Janeiro, identificadas foram:

PROGRAMA	IES	UF
ADMINISTRAÇÃO	UFRJ	RJ
ADMINISTRAÇÃO	FGV/RJ	RJ
ADMINISTRAÇÃO	UNIGRANRIO	RJ
ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	PUC-RIO	RJ
ADMINISTRAÇÃO	UFF	RJ

Tabela 2: Programas do Estado do Rio de Janeiro pesquisados.

Elaboração Própria

Fonte: Plataforma Sucupira

Dessa forma, cabe uma breve apresentação de cada agente. A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) possui o COPPEAD - Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – que foi fundado em 1973, e está localizado em um próprio edifício, situado na Ilha do Fundão da UFRJ, desde sua criação formou cerca de 1.300 mestres e sessenta doutores em seus programas. Somente o COPPEAD é uma escola de negócios associada a uma universidade federal brasileira que possui certificação internacional,

“cujo mestrado, público e gratuito, é o único da América Latina listado entre os 100 melhores do mundo pelo ranking do prestigioso jornal inglês Financial Times” (COPPEAD, s/p, 2015).

A FGV (Fundação Getúlio Vargas) tem a EPABE (Escola Brasileira Administração Pública e de Empresas) como seu programa de pós-graduação em administração, no entanto, no início de sua trajetória se chamava Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (EBAP/FGV). A EBAP foi criada em 15 de abril de 1952, na cidade do Rio de Janeiro, sendo a primeira escola de administração pública no país e na América Latina. Da parceria entre a FGV e as Organizações das Nações Unidas (ONU), surgiu a EBAP que tinha o objetivo de atender a procura por profissionais com conhecimentos suficientes para atuarem na área pública no Brasil. Em 2002, a EBAP teve seu nome modificado passando a se chamar Escola Brasileira Administração Pública e de Empresas (EBAPE), afirmando também a sua participação no setor privado, o que na verdade, já acontecia desde sua origem. A Escola adquiriu “credibilidade, legitimidade e uma capacidade surpreendente de agregar conhecimento de alto nível aos seus estudantes, introduzindo-os em um processo produtivo de excelência” (EPABE, s/p, 2016).

A Universidade do Grande Rio (Unigranrio) possui o Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Escola de Ciências Sociais Aplicadas (ECSA), localizado na cidade do Rio de Janeiro. O programa passou a ser membro efetivo da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (ANPAD) a partir de 2006. Os cursos de Mestrado e Doutorado estão organizados ao redor da área de concentração intitulada “Gestão Organizacional”, com duas Linhas de Pesquisa, “Organizações, Sociedade e Desenvolvimento” e “Estratégia, Governança e Conhecimento”, que envolvem as “temáticas e experiência de pesquisa, produção, docência e orientação dos docentes integrantes do PPGA” (UNIGRANRIO, s/p, 2016). Estas duas Linhas de Pesquisa são resultantes de uma reestruturação nas linhas de Pesquisa anteriores do Programa, denominadas "Estudos Organizacionais" e "Estratégias e Governança", com o intuito de fornecer a estas um olhar mais abrangente sobre as temáticas em estudo (UNIGRANRIO, s/p, 2016).

O Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas da PUC-Rio, com os cursos de doutorado e de mestrado acadêmico, orienta-se prioritariamente para a pesquisa e o desenvolvimento acadêmico, assim como para a capacitação de profissionais de elevado nível em administração de empresas, capacitados para tomada de decisões complexas e inovadoras. O Programa pretende contribuir para o entrosamento entre a visão humanista e a habilidade de administrar práticas organizacionais no interior da empresa, contribuindo para o desenvolvimento da formação “de uma classe de administradores criativa, flexível e emancipada”, que compreenda a empresa holisticamente, percebendo sua inserção em uma “realidade extremamente dinâmica e desafiadora, capaz de produzir ganhos com a sinergia que pode alcançar por meio da harmonização de objetivos econômicos e sociais” (PUC, s/p, 2016). O Programa foi criado em 1972 contendo apenas o curso de Mestrado em Administração de Empresas. Em 1997, o programa passou a contar com o Curso de Doutorado em Administração, e desde sua origem o Programa tem conquistado uma excelente avaliação da CAPES (PUC, s/p, 2016).

A Universidade Federal Fluminense possui o Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGAd) que foi criado em 2009, a proposta do Programa teve sua ênfase inicial no Mestrado Acadêmico em Administração e com intuito futuro de Doutorado em Administração. Foi dada maior importância às áreas de concentração dos Estudos das Organizações no Brasil, com reflexões vinculadas a duas linhas: "Administração Brasileira" e "Estado, Organizações e Sociedade". A organização por meio de linhas de pesquisa evidencia uma necessidade de “ordenamento das reflexões sem prejuízo dos diálogos necessários e estimulantes entre estas linhas” (UFF, s/p, 2015). As linhas apresentadas tem o objetivo da formação de profissionais que detenham a habilidade de ofertar respostas “críticas ao funcionamento das organizações que atuam em território nacional” (UFF, s/p, 2015). A constituição deste Programa também “objetiva fomentar análises críticas sobre as teorias produzidas dentro e fora do país que auxiliem na compreensão da realidade nacional” (UFF, s/p, 2015).

Outro agente de grande relevância no campo é a Capes que já teve sua trajetória elucidada em tópicos anteriores.

No entanto, apesar da existência de um campo em comum e um mesmo modelo de avaliação para todos os agentes descritos acima, é importante ressaltar que cada agente possui sua determinada peculiaridade e a forma homogênea e padronizada de avaliar pode equivocar o resultado da mesma. Alguns destacaram que a questão da internacionalização, por vezes muito incentivada e valorizada, talvez não seja tão urgente para todos, pois é necessário ir um pouco além da realidade da região sudeste e compreender que as outras regiões do país possuem suas próprias necessidades e características específicas, percebendo também que os agentes mais novos no campo não tem como competir e ser avaliado como um agente que atua há mais tempo.

“e aí eu também me questiono muito se essa deve ser uma regra geral, porque eu me pergunto se, um programa que tá no Amazonas, em Roraima, se realmente ele tem necessidade de ter.. esse intercâmbio internacional tão.. tão forte, com tantas questões locais que ele.. ele pode investigar, entendeu, que ele pode dar conta, então será que a gente precisa das competências internacionais pra investigar essas questões tão locais?, então.. mais um vez essa crítica ao uso de um critério é.. comum pra regiões e pra programas, que tem características muito distintas né, não só em relação a.. a tempo de .. de..existência do programa, quanto as regiões onde estão localizados, aos alunos onde eles atendem, então.. eu acho que essa é uma tendência da internacionalização sim, porque é..muito claramente os critérios, principalmente pros programas que querem o conceito 6, o conceito 7, a internacionalização é ponto que é muito enfatizado, ponto forte, é visto com um aspecto de forte apelo. [...] outra questão que é também complicada..programas iniciantes são avaliados com os mesmo critérios de programas mais antigos, impossível, né, o que é muito bom, assim.. o programa mais antigo, ou que tem uma revista, que já tem pesquisadores seniors, que já tá consolidado, tem um reconhecimento, uma inserção dos seus alunos, dos seus pesquisadores nas publicações muito mais bem vinda, hoje uma revista que tá começando de um programa novo não tem a menor chance, de receber é.. é.. artigos, porque as pessoas não vão publicar numa porque as pessoas não vão publicar numa revista nova, porque não sabe se vai ser bem avaliada, ou se quer se ela vai ser qualificada, então, essas questões, eu acho que merecem ser vistas pela.. pela comissão de avaliação, pela área de avaliação porque a gente tá dando muita ênfase em aspectos que não necessariamente são tão relevantes, não são tão relevantes, pra todo o país, em determinadas regiões não sei se é tão importante a publicação ou a experiência docente e a orientação, sabe?, eu acho que isso tem que ser relativizado, mas eu acredito que seja.., vai acabar sendo fruto do aperfeiçoamento do processo de avaliação, né, pelo menos é o que espero” (Entrevistada 2).

Nessa fala fica muito evidente que nem todos os critérios exigidos pela avaliação serão de fato relevantes para o desenvolvimento de determinados agentes no campo nacional, as realidades experienciadas pelos mesmos que deveriam ditar o que de importante tem de ser feito, e dedicado mais esforço. Como exposto no trecho acima, existem regiões que carecem mais de ensino e boa orientação, do que de publicações

internacionais, assim como existem agentes que ainda possuem pouco tempo de existência no campo para apresentarem pontuações elevadas e publicações de maior fôlego. Também é destacado o impacto que a atual forma de avaliar tem sob o surgimento de novas revistas, intimidando de certa forma, esse processo, pois as publicações devem gerar pontos e se não cumprem esse papel não tem porque publicar em revistas não qualificadas.

A preocupação com o ranqueamento também mascara a realidade verdadeira do campo, pois não consegue trabalhar com as diferenças, ou seja, com as características únicas de cada agente possui, mas sim focalizar em métricas e instrumentos de quantificação que nem sempre expressam com devida atenção o trabalho que um determinado agente vem desenvolvendo ao longo de sua trajetória no campo.

“esse ranqueamento é um ranqueamento que não faz completa abstração das.. é.. características regionais, então você observa o seguinte, o padrão para se construir para fazer esse ranqueamento, é um padrão de sudeste, tanto que no levantamento que fizemos para pesquisa é.. que orientei recentemente sobre a avaliação da CAPES [...], o percentual, de notas 6 e 7 do sudeste, é várias vezes superior a região sul e mais varias vezes ainda a região nordeste e norte do país, então o padrão que está posto aí é o padrão sudeste, que não necessariamente significa um bom padrão, do ponto de vista empírico, assim, bem prático, a minha experiência com alguns programas de nota elevada é uma experiência que depõe contra esse ranqueamento, e essa experiência é uma experiência constituída por frequência à bancas, essa semana eu tenho em relação à três instituições aqui no sudeste, importantes, três bancas a fazer, é conviver com a produção dessas.. dessas instituições, isso me proporciona isso, vê o que estão produzindo, uma quarta banca que eu tenho é de um programa 7 da nossa universidade, aí, sem nenhum bairrismo, eu percebo ali uma massa de estudo, é uma banca de qualificação onde estão apenas três capítulos escritos e .. e uma projeção, mas você sente ali a massa de pesquisa, de trabalho, de levantamento e etc..é.. mas um bom número de.. escolas com nota 6 é.. aqui .. aqui temos poucas com nota 7, não temos nenhuma com nota 7 no Rio de Janeiro, [...] na minha opinião, a experiência que eu tenho no Brasil com esses programas com nota 7 é..e 6.., não , não mudam em nada a minha impressão negativo sobre o ranqueamento feito pela CAPES” (Entrevistado 8).

O agente aborda sobre os aspectos regionais, mas também questiona sobre a qualidade que o sistema de avaliação afirma mensurar. Fica nítido nessa fala que o modelo de avaliação vigente, busca analisar todos os programas partindo de uma visão regional, especificamente criada por meio da realidade da região sudeste, visando construir modelos padrões do que seria a qualidade. É apontado que nem sempre o padrão sudeste será de fato o melhor, para se basear e avaliar todos os outros agentes do campo. Por fim, é criticada a qualidade encontrada em programas que possuem elevadas

notas e conseqüentemente uma boa posição no ranking *qualis*, é afirmado que nem sempre as pesquisas produzidas pelos mesmos possuem profundidade correspondente a excelência da sua nota.

Além disso, também foi possível identificar singularidades presentes nos próprios programas da região sudeste. Como se sabe, no estado do Rio de Janeiro existe programas públicos e programas privados, e com naturalidade cada um possui sua peculiaridade, afinal possuem estruturas, gestões e perspectivas diferenciadas. No entanto, no ato avaliativo essas questões não são consideradas, podendo trazer prejuízos para alguns agentes, principalmente referente a assuntos de credenciamento e descredenciamento.

“basicamente o que as escolas fazem é, elas só colocam pra dar aula no mestrado e no doutorado os professores que tem lá os requisitos mínimos que a CAPES pede pra que eles sem mantenham como programas 5, 6, 7 né. Isso geralmente tá ligado à publicação, é.. o [...] tem um grande problema com isso que o seguinte, a gente não tem graduação, então se eu descredencio um professor, é.. o que que eu vou fazer com ele, né?, então a gente, ainda assim, a gente sofreu uma pressão nos últimos relatórios, você deve ter visto recentemente que na última pontuação a [...] caiu [...], o que é assim, absolutamente, pra gente foi um choque assim, porque a gente sempre se viu e sempre foi visto no mercado como uma escola de excelência, se você olhar no hemisfério sul inteiro [...] presente nos dois rankings do Financial Times, do mestrado sistematicamente, e do MBA Executivo, assim não é pouca coisa, a gente é uma das pouquíssimas escolas acreditadas internacionalmente no Brasil, então a gente sempre teve nessa companhia entre.. entre os grandes, e aí como é que a gente cai [...] né? E isso aconteceu muito por conta dessa questão da política de credenciamento de professor, é.. como que a gente faz a gestão do NDP pra que você tenha apenas os docentes que são mais, é..que tão preenchimento os requisitos lá né..Isso pra gente tem sido, a gente é uma escola muito pequena né, [...], muita conversa, muita troca, e o que a gente tá fazendo agora, na verdade é o contrário, todo mundo aqui é.., [...], todo mundo trabalha aqui, a gente tem que correr atrás, de fazer lá..a... de preencher os requisitos” (Entrevistada 7).

Nesse sentido, o trecho evidencia um cenário avaliativo em que as características específicas de composição, de natureza do programa não são consideradas. A impossibilidade descredenciar um docente por conta de sua pontuação gera efeitos nocivos e perversos, rebaixando a nota de um agente tão reconhecido e de sólida trajetória no campo.

Como já foi muito evidenciada ao longo de todo o presente trabalho, a preocupação com as pontuações conquistadas por meio das publicações alcançaram patamares cada vez mais elevados, e se tornou um critério para todos, não importando o

quão relevante um determinado pesquisador é para o campo, se o mesmo não atingir as pontuações mínimas não deveria atuar. No entanto, alguns agentes tentam desviar dessa regra mantendo esse pesquisador em seu quadro na mesma forma.

“Porque você tem essa questão de mesmo um professor sênior, hoje, aos olhos da CAPES ele é avaliado como...como qualquer um, né, a gente tem vários casos aqui de professores muito experientes que já tiveram uma alta produção, uma produção alto impacto, a gente tem um professor aqui, especificamente, que..é.. acho que do nosso grupo tem o maior índice de impacto, e que.. não necessariamente o sujeito vai manter o mesmo fluxo de produção, e aí? O que você faz com esse cara? Mas pra CAPES ele é avaliado como os outros né, o índice de impacto dele, o que ele já construiu, quantas teses e quantas dissertações ele já orientou.. isso não é relevante, então.. a nossa opinião nesse caso, é a gente tenta.. a gente vai tentan..., a gente mantém esse docente aqui, mesmo que ele não publique mais tão significativamente” (Entrevistada 2)

É notório que para a agência reguladora do campo, não existe distinção entre um pesquisador novato no campo e um pesquisador sênior que já possui uma longa e significativa trajetória, contribuindo para o desenvolvimento e aprofundamento da sua área de atuação. Contudo, é importante frisar que esses pesquisadores muitas vezes são referências em determinados temas e seu descredenciamento por conta de pontuação se torna uma decisão delicada. Porém fica nítido no trecho acima que o sistema de avaliação padronizado para todos, não se atenta a essas peculiaridades.

Sendo assim, para alcançar o objetivo de forma plena pretende-se destacar os principais recursos de poder que tais organizações possuem para atuarem no campo.

Segundo Bourdieu, o campo se constitui de estruturas específicas, onde os agentes estão na busca por recursos de poder, ou seja, a busca por capitais significativos para cada campo. Dessa forma, partindo da perspectiva teórica abordada, afirma-se que os principais recursos de poder que tais organizações buscam deter são: produção, corpo docente qualificado, prestígio, capital financeiro e claro, uma boa colocação no *Ranking* da Capes.

No entanto, esses recursos de poder estão intrinsicamente ligados, a relação entre eles contribui para que um agente obtenha uma boa posição no campo. É importante ressaltar que a Capes ocupa uma função reguladora e dessa forma já possui uma posição diferenciada no campo, não disputando recursos com os programas. Nesse sentido, os mesmos buscam produzir quantitativamente - e alguns também já se preocupam com a

produção qualificada, buscando principalmente a publicação em periódicos internacionais – pois a produção elevada gera publicações que se convertem em pontos e esses pontos irão contribuir para sua avaliação.

Por sua vez, a composição de um bom corpo docente, principalmente aqueles que estão comprometidos com a pesquisa, produção e publicação nacional e internacional, são muito bem-vindos para os agentes. São os docentes um dos principais recursos de poder, pois são eles que irão compor o programa e fazer que se cumpram os objetivos estabelecidos, através dos mesmos o ensino e pesquisa são realizados. Por isso um corpo docente alinhado, bem estruturado, sólido e em consonância com o posicionamento que aquele determinado programa busca atingir é essencial para a trajetória no campo, conforme exposto no trecho de entrevista a seguir:

“Eu acho que, é, tem que ter primeiro, tem que ter um corpo docente de alta qualidade tá, eu acho que o corpo docente na pós-graduação mestrado, doutorado, um corpo docente majoritariamente composto por pessoas com doutorado em instituições de qualidade, onde o doutorado seja realmente é visto como um programa que atingiu níveis bons de qualidade” (Entrevistado 6).

Os docentes também devem se preocupar com a publicação em revistas que gerem pontos, direcionando sua produção para revistas qualificadas da área e não qualquer veículo de divulgação, limitando assim, sua livre escolha em decidir onde publicar seu trabalho:

“Porque eu quero colocar em alguns canais em que não geram pontos na CAPES, mas a CAPES não quer saber, não gera pontos, não publica, se fosse uma avaliação mais qualitativa, como essa que a gente recebe internacional, ela quer saber como você interage com a comunidade, com empresas, com órgãos públicos, então o que esse canais explícitos, é.. fala com essas pessoas, vê o que você fez, a CAPES não, produção técnica, a.. tem uma negócio lá no CNPq que é produção técnica, a CAPES presta muito pouca atenção, é coisa qualitativa e tal..olha, as vezes não olha, enfim, eu acho que é isso” (Entrevistado 6).

“eu hoje acabei de mandar um texto para uma revista, que é até uma revista de organização conhecida aqui no Brasil, com organização, estrutura, amplitude, muita gente boa, mas a revista não está sequer no Qualis CAPES, eu mandei, porque, porque a diretora da revista, a editora da revista disse [...] a gente tá precisando, eu mandei e mandei dentro de toda as exigências que a revista faz, tá, não foi um arranjo que fiz, mandei um texto é.. aprovado num encontro internacional que eu poderia ter mandado pra uma outra revista que me desse pontuação, to mandando pra uma revista que não me dá pontuação nenhuma, mas eu tenho que fazer isso, porque senão a revista dessa organização jamais vai andar não sobrevive” (Entrevistado 8).

Esses trechos evidenciam o encaminhamento no momento de divulgação da produção. Para que consigam se manter e atingir a pontuação mínima os agentes necessitam publicar em periódicos qualificados no *Qualis* Capes. Dessa maneira, acontece uma limitação dentre as possibilidades de escolha, pois nem todos os periódicos possuem boas pontuações e nem todos são qualificados, porém isso não quer dizer que não possuem consistência suficiente para divulgar uma pesquisa.

No entanto, o corpo docente também pode se transformar num recurso prejudicial ao programa, na medida em que os docentes não atingem os rendimentos necessários resultando numa avaliação não satisfatória para o programa, isso geralmente acontece por conta da baixa publicação de artigos, ficando aquém do mínimo solicitado pela Capes.

“Na.. no regulamento do programa, existe, tá previsto e tudo, mas ainda não aconteceu, espera-se que.. que aconteça, agora esse processo acaba associando é.. outras.. disputas internas né, e que.. as pessoas ao invés de assumirem que de fato estão com a produção baixa, ficam atribuindo eventual.. é.. crítica.. ou mesmo exclusão, há.. outras questões políticas, mas na verdade tem uma questão objetiva de que você tem que satisfazer esses critérios, então.. ainda não ocorreu essa.. essa..exclusão de algum membro do corpo docente, mas..infelizmente ela é necessária nesse momento, [...], e precisamos crescer” (Entrevistado 9).

“chega no final do ano, você faz, cada professor é feita essa avaliação de quanto ele produziu se tá dentro dessa , dessa média, né, se ele não.. não atinge essa média, né, [...], ele passa a ser descredenciado para dar aula na pós-graduação, tá, se bem que esse descredenciamento ele é o que a gente chama de provisório, [...]Mas o descredenciamento basicamente é, por um ano né, o professor não pode dar aula na pós-graduação, esse é o.. mas de toda forma ele pode, no ano seguinte se ele produziu ele volta pra pós-graduação, então digamos assim, o.. a punição é essa, tá, se naquele ano, feito o balanço daquele ano, você não alcançou, aquela né, aquela meta, você, mesmo assim, ainda tem né, uma repescagem, você ainda tem até setembro, que as vezes, eventualmente tem algum artigo que ainda vai sair, alguma coisa né, é, você ainda pode né, reverter essa situação” (Entrevistada 5).

“Olha...formalmente...seria.. o não atendimento a pontuação em produção intelectual..ih...é.. você tá falando do descredenciamento né.. é.. no.. no.. período correspondente a um quadriênio, quadriênio CAPES. É o único item que impossibilitaria o creden.. é, que não... que impossibilitaria o credenciamento” (Entrevistada 2).

Nas falas destacadas acima, é possível perceber que o descredenciamento é uma realidade do campo e que se ainda não foi praticado por algum agente, tem grandes chances de ocorrer. Esse descredenciamento conforme evidenciado nas falas, ocorre

majoritariamente em razão do não atingimento dos pontos mínimos, ficando aquém do desejável. Nota-se então, que o sistema de avaliação não possui regras flexíveis quanto a isso, prejudicando o resultado da avaliação de um agente caso esse fato ocorra, por isso, a grande preocupação com essa questão, levando a decisões mais sérias e profundas para reverter essa situação, como é o caso do descredenciamento.

Assim como o funcionamento dinâmico de qualquer campo, o campo de pós-graduação em administração também possui capitais que são cobiçados pelos agentes e essenciais para sua permanência dominante nesse espaço. O grande volume de publicação em periódicos que ocupem boa posição no ranking *Qualis*, pode ser definido com um desses capitais almejados. A produção científica, principalmente, passou a denominar quais agentes se tornariam dominantes, ou seja, o volume de produção conduz a dinâmica do jogo. Os agentes que se preocupam com a produção acadêmica possuem um corpo docente mais qualificado que conquistam financiamentos para suas pesquisas. Também possuem boa infraestrutura propiciando um bom rendimento aos docentes, dentre outras vantagens que os auxiliam a ocupar uma posição dominante. Nesse sentido, trechos de entrevistas comprovam a finalidade da produção científica:

“É ser bem avaliado, né, é ter inserção nacional e internacional, ter visibilidade, é.. porque quando o cara publica o nome do programa tá lá, então.., eu acho que a publicação dá bastante visibilidade pro programa” (Entrevistado 6).

“É... tem várias né... tem as óbvias né.. , quer dizer..a gente produz cientificamente pra conseguir manter o programa qualificado, tá.., essa é muito óbvia.. mas seria empobrecedor dizer que é a finalidade da publicação, da produção científica aqui” (Entrevistado 1).

“É ser bem avaliado, né, é ter inserção nacional e internacional, ter visibilidade, é.. porque quando o cara publica o nome do programa tá lá, então.., eu acho que a publicação dá bastante visibilidade pro programa[...] É como qualquer outro programa né, primeiro é, porque você é avaliado pela CAPES em cima dessa produção, segundo que é um programa que tem como desafio apresentar uma produção científica importante né, pra ser reconhecido como tal pela área e todos os outros programas” (Entrevistada 2).

“O programa.. tem que cumprir as regras, quer dizer, então.., em princípio ele.., dá muita importância porque quer melhorar a sua.. seu.. sua classificação no.. no.. na avaliação da..CAPES, então ele.. dá muita importância a isso, mas sempre tem um grupo que tá dizendo: ah.. esse produtivismo, e não sei o que... temos que valorizar outras atividades, temos que estimular.. Tudo bem, mas a CAPES não valoriza, então nos vamos valorizar o que você acha legal e vamos ser descredenciados?” (Entrevistado 9).

Dessa forma, é percebido que atualmente finalidade de produção científica é antes de tudo voltada para a boa avaliação, ou seja, como a Capes avalia os agentes por meio do seu volume de produção, essa se tornou a preocupação principal, apesar de alguns agentes perceberem que existem outras possibilidades e finalidades mais profundas. A produção científica também é utilizada para proporcionar a visibilidade do agente no campo tanto nacional, como internacional. Sendo assim, fica claro que preocupações em relação ao impacto social da pesquisa, a possível mudança que gerará no campo ficam para segundo plano, se afirmando como um campo extremamente preocupado com produção e publicação não havendo muito espaço para outras percepções, ainda que isso seja algo consciente para os membros do campo.

Além disso, é importante ressaltar que o fato do capital *produção científica* ser tão cobiçado no campo, refere-se à possibilidade de convertê-lo em capital econômico, ou seja, uma boa avaliação recebida pela Capes gera mais financiamentos e investimentos para o programa. Dessa maneira o capital *produção científica* poderá ser convertido em capital econômico, pois uma boa avaliação gera mais possibilidades de bolsas, financiamentos:

“ou porque conforme essa minha publicação ela consegue ter uma nota maior na Capes, se ela tem uma nota maior Capes ela consegue mais bolsas de mestrado e doutorado do CNPq, e aí ela consegue abrir a faculdade né, a escola pra mais alunos né, e aí eu consigo ter uma classificação melhor na Capes, se eu tenho uma classificação melhor na Capes eu tenho mais alunos me procurando” (Entrevistada 4)

“[...] a lógica da avaliação é uma lógica de discriminação no sentido de que vai estabelecer um ranking dos programas, quem é 7, quem é 6, quem é 5, quem é 4, que em consequência vai alocar recursos de pesquisa, recursos, bolsas de alunos, bolsas.. enfim.. tudo cadeia vai junto em cima dessa lógica de funcionamento, mas ela é excessivamente enviesada pelo critério de publicação, mensurar de forma quantitativa” (Entrevistada 12)

Da mesma forma, os trechos acima ilustram que na realidade uma boa avaliação pode gerar como fruto, além de uma posição satisfatória no campo, consistentes possibilidades de financiamentos e bolsas para desenvolver mais pesquisas. Quanto mais um agente receber investimentos e financiamentos, maiores serão suas chances de alcançar uma posição de destaque no campo, pois com o capital econômico poderá se desenvolver melhor e com mais qualidade, se colocando a frente de muitos outros que estão inseridos no mesmo campo. Então, pode-se afirmar que também existe a

conversão do capital econômico em capital simbólico, aquele que traz prestígio e reconhecimento ao programa, o colocando assim em uma posição dominante no campo.

“Prestígio, prestígio pro programa, prestígio para os docentes ligados ao programa, certamente mais bolsas, mais recursos, basicamente isso, tá [...] Maior atratividade também né, se, se é programa nota 6 ou nota 7 evidentemente que você vai ter uma procura maior, ou de, candidatos mais qualificados” (Entrevistada 5)

“Eu acho que..claro, não só o reconhecimento externo é.. dentro do Brasil, porque fora do Brasil ninguém sabe o que que é nota 7, CAPES, isso é preocupaçãozinha doméstica, é.. o que importa pra fora é o impactor factor dos docentes, aonde que nós estamos publicando” (Entrevistado 11).

“tem uma dimensão importante no simbolismo né, nos sustentamos objetivar isso via fatores de impactos, citações e afins, mas o que que estaos disputando? Reconhecimento, reconhecimento que alguém possui autoridade naquela área de conhecimento, então criaram-se uma série de critérios materiais, mas.. eles.. simbolicamente ham.. indicam que tem autoridade né, quem é o maior? Quem é o mais conhecido na área não é?, quem é o pesquisador mais reconhecido?, quem é o Einstein de administração?, todos tendemos, competimos pra isso né, pra alguém né, que indiscutivelmente esta o número um né desses rankings internacionais se disputa a autoridade a autoridade científica” (Entrevistada 12).

Quando questionados sobre o que uma posição no ranking poderia representar, alguns detectaram que além de boas condições para financiamento, isso geraria consequentemente um reconhecimento por parte dos outros. Esse reconhecimento se daria por meio da percepção de que aquele agente é referência no campo, que de acordo com a avaliação da Capes possui qualidade e excelência para atuar. É claro que o capital econômico auxilia no alcance desse capital simbólico, pois quanto mais recursos um programa tiver para investir em um desenvolvimento qualificado, maiores serão suas chances de conquistar uma avaliação satisfatória.

Sendo assim, acredita-se que o alcance do terceiro objetivo específico foi concluído por meio da identificação dos principais agentes inseridos no campo de pós-graduação em administração no estado do Rio de Janeiro e os principais recursos de poder que eles detêm.

4.4 Quarto Objetivo Específico

- Estabelecer uma relação entre a lógica produtivista e as disputas de poder que ocorrem no interior do campo de pós-graduação em administração no estado do Rio de Janeiro.

O quarto objetivo da pesquisa foi alcançado através da coleta de dados primários, assim como o embasamento na perspectiva teórica de Pierre Bourdieu para a realização da análise, já elucidada no capítulo de referencial teórico. Dessa forma, o presente objetivo buscou estabelecer uma relação entre a lógica produtivista e as disputas de poder que ocorrem no interior do campo de pós-graduação em administração no estado do Rio de Janeiro, através dos conceitos de campo, *habitus* e capital.

4.4.1 A relação entre a lógica produtivista e as disputas de poder que ocorrem no interior do campo de pós-graduação em administração no estado do Rio de Janeiro.

As modificações sofridas nas políticas públicas de avaliação do campo mudou o modo como os agentes atuam em busca de melhores resultados. Atualmente a preocupação dos mesmos encontra-se principalmente na produção científica, uma vez que uma boa avaliação possibilita a obtenção de financiamentos, e conseqüentemente um posicionamento privilegiado com relação aos outros no campo.

Tal espaço possui suas próprias especificidades e regras de condução do jogo. Dessa forma pode-se dizer que o campo de pós-graduação em administração é um espaço dotado de uma autonomia relativa já que, apesar de contemplar características específicas as organizações detentoras dos programas de pós-graduação sofrem inúmeras pressões internas e externas, tais como aquelas exercidas pelas instituições reguladoras e forças políticas diversas. Ainda é possível mencionar que o campo da pós-graduação em administração pode ser caracterizado como um *locus* de lutas por recursos de poder que visam manter ou modificar a sua configuração em termos de posicionamentos.

Percebe-se também a importância da ação dos agentes inseridos no campo, já que estes atuam com o intuito de lutar por recursos de poder e assim alcançar uma posição dominante.

A ação do agente no campo é diretamente influenciada pelas estruturas que compõem esse espaço social e também pelo seu *habitus*. Parece ser possível afirmar que o *habitus* que norteia esse campo nos remete aos docentes e coordenadores alinhados a intensificação de seu trabalho, focados em aumentar sua produção e assim conquistar uma posição dominante no campo. Por isso, os docentes que não atingem tais expectativas vêm sendo descredenciados dos programas, onde essa prática é possível, e substituídos por outros mais produtivos. No entanto, também é possível identificar um determinado *habitus* organizacional que diz respeito não só a valores, perfis, comportamentos, mas também se constitui em tudo aquilo que leva um determinado agente a tomar uma decisão no campo, ou seja, sua maneira de agir, seu posicionamento. E dessa forma, variadas constatações podem ser destacadas.

“Eu gosto de estar aqui, uma das razões porque eu gosto de estar aqui é que a impressão que eu tenho é que a gente ainda não joga esse jogo, não joga o jogo da internacionalização, não joga o jogo do 6 na CAPES, [...] a diferença de uma Instituição que quer ser 7 para uma Instituição que quer ser 5 é enorme, é muito grande. Então..aqui a gente tem condição de ser local, eu quero ser local, eu não quero ser internacional [...], eu sou brasileiro, minha raiz tá aqui, é aqui que eu quero fazer alguma coisa que faça sentido, entendeu? É pra cá que eu quero fazer alguma coisa que faça sentido. Mas eu sei muito bem também que eu não preciso estar aqui para fazer isso, né, também não preciso publicar aqui, eu tenho que publicar fora, eu tenho consciência disso, entendeu? E tenho movimentação nesse sentido” (Entrevistado 1).

Esse trecho parece evidenciar um exemplo de *habitus* organizacional, o agente busca se posicionar de forma local, sem pretensão de atingir níveis internacionais no momento. Isso se caracteriza como uma tomada de decisão no campo, ou seja, a constatação de um posicionamento individual, único, não sendo necessariamente comum para todos, uma questão que é percebida na própria fala “a diferença de uma Instituição que quer ser 7 para uma Instituição que quer ser 5 é enorme, é muito grande.” Dessa forma, os programas buscam se posicionar no campo de forma única, buscando manter sua tomada de decisão, assumindo seu posicionamento no campo.

“Espera o que outras universidades esperam, isso é que ele oriente e publique, isso é importante, não é uma...não há um assédio cruel em torno disso, é... a lógica da [...] é uma lógica mais equitativa, é uma preocupação que todos, todos cresçam juntos tá. É.. eu tenho muito mais contato com os

professores, portanto, eu troco muito mais informações com eles e a impressão que eu tenho é que o ambiente me permite trabalhar melhor [...] eu tenho que orientar um número de... de alunos que é consistente com o tipo de expectativa que a [...] tem é.. de crescimento, que é pequeno, ela não pode nem quer crescer tanto nesse momento, porque ela tem condições de atrair todos os alunos bons que pode atrair, então é melhor ficar pequeno, e atrair gente boa do que crescer e começar a atrair alunos que não deveriam estar aqui, não passa de 20 mestrandos por ano e a turma do ano que vem de doutorado vão ter quatro entrantes, quatro, só quatro, quer dizer é pequeno, é curso.. é curso pequeno, [...] aqui não, aqui você realmente tem que cumprir os prazos, não cumprir o prazo aqui é um desastre, e.. tem que ser um desastre mesmo porque isso aqui é uma instituição pequena e qualquer coisa, qualquer besteira que a gente faça é um problema na avaliação, então a gente tem que agir o tempo todo de acordo com o livro, o tempo todo, não pode.. não pode piscar, não pode piscar, é.. então esse processo de organização é muito mais institucionalizado, eles exigem isso da gente. o programa aqui tem um posicionamento muito particular, muito diferente dos outros programas, tanto que exatamente por causa disso, gente como você , veio fazer uma disciplina aqui, são quatro programas só, essas regras não são muito... muito claras, definitivamente, [...], tem um aspecto que a [...] fica de fora, é um aspecto complicado, [...] é uma Instituição com fins lucrativos, por causa disso ela não consegue é.. pleitear bolsas ao CNPq, então eu por exemplo, não consigo mandar por CNPq um pedido de.. de Edital Universal, especificamente porque é uma Instituição com fins lucrativos, e a Pró-reitoria ela não é exatamente muito gentil com a gente em dar dinheiro pra pesquisa não..o que significa que se por acaso eu quero dinheiro pra atividade de pesquisa eu vou ter que contar com a FAPERJ, é minha única saída. Esse é o principal é.. empecilho [...]" (Entrevistado 1)

Essa fala parece ir ao encontro do conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu, identificado nesse estudo como um *habitus* organizacional, pois foi possível notar que esse agente busca claramente se posicionar no campo de forma alternativa à vários outros. Essas questões ficam ainda mais claras quando foi mencionado que o agente pretende permanecer pequeno no campo, pois não tem condições de atender de forma qualitativa a demanda, e por prezar de forma fiel a qualidade do programa. Além disso, percebe-se que se possui um *habitus* de união muito ressaltado, onde todos pretendem caminhar e crescer juntos, demonstrando o comprometimento com o desenvolvimento no campo. Também se destaca que o programa possui características singulares em relação ao financiamento de pesquisas, por se tratar de uma instituição com fins lucrativos, sua alternativa de fomento público possui apenas uma opção decisão, a solicitação via FAPERJ (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro).

O posicionamento também parece refletir muito o *habitus* organizacional, deixando claro como pretende agir, se comportar, tomar decisões no campo, ou seja, tudo o que compõe o *habitus*. Nesse sentido quando questionado sobre o

posicionamento no campo, um agente descreveu de forma clara, como isso deveria acontecer, descrevendo uma análise do campo em que está inserido.

“Diferente.. é.. não dá pra gente.. a gente não tem como concorrer pau a pau com a COPPEAD , PUC e EBAPE. A EBAPE fica praticamente fora desse.. dessa discussão porque ela tá com uma posição tão.. tão particular, tão diferente, que.. ela não é concorrente é...é tanto que quando doutorandos me procuram eu sempre sugiram que eles é.. concorram a vagas também na COPPEAD e na PUC, porque.. a gente pode atrair os mesmos doutorandos, há como fazer isso, na área de marketing então... a gente e COPPEAD, somos bem.. bem próximos, trabalhamos mais ou menos com a mesma coisa... agora... é.. é uma Instituição jovem, é uma Instituição.. é.. ela tem .. ela tem que carregar o nome da Unigranrio né, carregar que eu falo é porque é um nome pesado, entendeu.. Não é como COPPEAD, o nome do COPPEAD leva a instituição, ele é mais leve, o nome da Unigranrio pesa no doutorado aqui. É.. Unigranrio assim como Estácio, assim como várias outras, é uma legitimadora, não é uma sinalizadora, é.. o curso de graduação aqui tá pra dar uma legitimidade ao sujeito pra exercer uma profissão, não pra dar um sinal de que ele é bom, tá?, isso pesa. Pesa menos no doutorado no que no mestrado, no mestrado pesa muito, eu costumo dizer que a gente tem que mudar o halo né, o mestrado ele recebe o halo da graduação, o doutorado tá a parte, a gente tem que fazer com que o mestrado recebe o halo do doutorado, não da graduação, e eu tive uma impressão recente de que isso daí pode vir a acontecer..pela primeira vez veio um aluno da.. um ex aluno da EBAPE veio me procurar aqui, querendo fazer mestrado comigo, é... o.. é um muito difícil entrar aqui, exatamente por causa disso a gente acaba sendo meio diferente, eu acho que é mais difícil entrar aqui do que entrar lá, é mais difícil entrar aqui que entrar lá, a impressão que eu tenho é que um das coisas que fazem com que ... que a gente seja um pouco diferente desses outros lugares, é que.. vários professores daqui tem uma atuação política já razoável dentro do... do meio e alguns deles conseguem atrair alunos pelo próprio nome deles, [...]. isso dá a gente um peso que é muito..é muito particular, não que eles não tenham isso, eles tem, mas eles tem mais professores, entendeu, quer dizer, a impressão que eu tenho é que a gente procura se localizar dentro desse grupo realmente como escola meio de nicho, e o nicho é meio prum lado...é.., tem duas, duas linhas aqui né, as duas linhas são muito diferentes, a linha de estratégia é muito diferente da linha de organizações, e sempre que eu falo aqui, eu falo da linha de organizações , não tanto da linha de estratégia, talvez a linha de estratégia não seja tão diferenciada quanto a linha de organizações nesse sentido, mas a gente de organizações tem a preocupação de tentar manter uma posição relativamente crítica não diretamente relacionada com.. com negócios, talvez mais próxima de questões relacionadas a.. por exemplo.. políticas públicas, [...], preocupado com minorias, preocupado com... com questões periféricas, o fato da gente ser.. ser uma Universidade sediada na .. na baixada fluminense é muito importante pra gente, isso daí acaba trazendo os interesses meio periféricos, digamos assim..., meio... os pós-colonialistas não me ouçam dizendo uma coisa dessas.., mas é meio isso mesmo, eu acho que é diferente, a gente não pode estar no mesmo lugar que eles. E além disso, a gente tá começando né, então a gente é meio humilde, a gente tem que ter uma humildade mesmo, uma certa humildade”(Entrevistado 1).

Com essa fala buscou-se uma tentativa de representar um *habitus* organizacional. Por meio dela, é possível notar quais estratégias são adotadas pelos agentes para que

esse *habitus* aconteça como a contratação de docentes reconhecidos no campo, que por si só atraem alunos, se caracterizando também como uma capital para se movimentar e se posicionar no campo. Além disso, a constatação de que a escola é uma legitimadora, e não uma sinalizadora, ou seja, ela auxilia no alcance do diploma, da qualificação, mas não abre portas apenas pelo seu nome e prestígio no campo, é um sinal de consciência sobre a posição que ocupa no campo. Também é evidenciado nesse trecho que o agente busca se posicionar como uma escola de nicho, mais preocupada em manter uma posição crítica – pelo menos na linha de pesquisa de organizações – não tendo muita preocupação em estudar e focalizar na área de negócios, se preocupando mais com as minorias, com o que é diferente, destacando a ação política de muitos docentes no campo, toda essa elucidação e autoanálise indica a existência de um *habitus* organizacional muito consistente.

Também parece ser possível identificar outro dado de *habitus* organizacional por meio das estratégias de posicionamento, que se mostra bastante interessante por destacar que diferentemente do agente evidenciado acima, esse agente busca a posição mais dominante no campo através de estratégias de diferenciação, se caracterizando como uma instituição de elite.

“é uma Instituição de Elite, então.. uma coisa que eu percebo claramente ham.. já que você tá trabalhando com Bourdieu né, você analisa posições de instituições dentro do campo, existe um posicionamento né, então cada uma.. vai se posicionar de uma forma que se diferencie de outras né, então esse destaque né, essa posição de elite, se trabalha aqui muito com a busca de uma estratégia de diferenciação do que os outros fazem, obviamente que a estratégia não é estática né, ela vai mudando ao longo da história né, da pós-graduação no país, né, então naquela época era mais quantitativamente, publicações, os pesquisadores que se destacavam deveriam se.. ser inseridos numa linha de.. de publicações que demonstrasse um desempenho acadêmico em pesquisa, atualmente está linha é internacional, então não basta publicar, tem que publicar a partir de alguns critérios que são fatores de impacto, ham... revistas internacionalmente conhecidas, então o foco agora tá em pesquisas e internacionalmente relevante, que é forma de destacar de novo a fundação de outros pares nacionais, porque..eu acredito, e isso basta os dados de avaliação demonstram isso, que quantitativamente quase todas as instituições hoje em dia cumprem os tais pontos da CAPES, então você precisa inovar em estratégia de posicionamento na pós do país, então [...] agora está nessa estratégias de internacionalização, agora.. não muito tempo atrás, ela chegou a ser descredenciada o programa, do mestrado, exatamente porque tinham alguns professores do corpo docente que não tinham, não tinham esse desenvolvimento acadêmico muito forte né, ham.. digamos assim, [...] estava um pouco ham.. alienada né da parte da avaliação da pós-

graduação *stricto sensu* no país, então chegou a ter... não me recordo bem se foi descredenciado ou quase descredenciado, mas.. a nota no mínimo baixou muito e acho que ficou tempo.. descredenciado o curso né [...] Assim como a [...] quer manter um posicionamento dela como uma Instituição de elite, ela sempre precisa não apenas acompanhar o que a CAPES diz, mas também inovar não é.. puxar outros indicadores que não estejam lá.. como é a parte da internacionalização que eu tô falando né” [...] Essa é a minha interpretação, como eu já te falei desde o início né, ou seja, se você.. se você quer manter o seu posicionamento né.. de como uma instituição de elite, que se destaca das outras e se você sabe que hoje em dia tem programas no país que tão com mais de 650 pontos no triênio, quadriênio o que que você vai fazer? Vai incentivar que os professores façam 3mil pontos por ano? como acontece né, tem vários casos assim mas.. não parece ser razoável, já não era razoável , gera um produtivismo exagerado, então você vai se diferenciar pela qualidade, qual é essa qualidade? Essa é a minha interpretação, você vai mudar, vai ser uma métrica que sempre vai mudar porque a lógica é uma lógica de diferenciação, não é uma lógica de uniformização não é? Não tem que ser todos iguais” (Entrevista 12).

Essa fala busca ilustrar a construção de um *habitus*, que ocorre por meio de eventos históricos que marcam a trajetória, de valores que são adquiridos. Nesse caso, percebe-se que após uma avaliação mal sucedida o agente passou a se importar e preocupar mais e de forma muito atenta aos requisitos da avaliação, se reestruturando para atendê-los, visando até antecipá-los para se manter na posição desejada. Nota-se que para manter a posição de elite no campo, se decide institucionalizar regras que ainda não são comuns para todos na tentativa de se diferenciar no momento presente e se destacar. Essa diferenciação ocorre por meio da tentativa de previsão sobre o que a agência de fomento irá exigir futuramente, como é o caso da internacionalização que já é um movimento no campo, mas ainda não existem regras e cobranças mais severas sobre esse requisito.

No entanto, esse programa busca se antecipar à essa questão para poder se destacar no campo, incorporando essa previsão hoje, para que no futuro já esteja bem colocada e avaliada no campo, mantendo assim sua posição dominante no campo. Dessa forma, parece ser possível afirmar que o *habitus* organizacional desse agente se caracteriza como um posicionamento pioneiro, que busca tomar decisões antes que as regras sejam formalizadas, para manter domínio e o reconhecimento como instituição de elite.

Esse *habitus* organizacional relacionado ao posicionamento de antecipação dos acontecimentos também foi percebido em outro agente, que mesmo antes de oficializadas já instituí a tendência de regra.

“a Capes, havia uma sinalização, porque, até ham..., até recentemente, é.. pro programa ter excelência, né, ou melhor, minto, não pra ter excelência, pra ser considerado um bom programa, pra ser bem avaliado, é.. cada docente tinha que fazer 150 pontos no triênio, tá, então seriam 50 pontos anuais, tá, é, quando a gente subiu, isso pra 80, é porque, entendia que havia uma sinalização da Capes no sentido desses 50 virarem 80, tá, então daí essa mudança. Mas essa mudança, ela na verdade, não.. não ficou..., não foi exatamente nessa direção que se caminhou, tá, então mais isso, foi aprovado no ano passado, quando havia né.. coordenador enfim, o coordenador e a coordenadora adjunta, entendiam que a sinalização da Capes, seria no sentido de aumentar a pontuação, né, pro programa ser considerado um bom programa, não mais 50 pontos anuais, mas né, 80 pontos anuais, ou o equivalente disso quando a gente faz a conta do quadriênio, tá”(Entrevistada 5)

Nessa fala é apontado que os agentes buscam antecipar as ações da agência reguladora, não somente para já se enquadrarem a uma futura solicitação. Essa antecipação tem um propósito maior do que apenas o enquadramento, ela visa estar á frente dos demais agentes, tendo mais chances de obter uma boa avaliação. No entanto, como foi o caso, nem sempre essa previsão se concretiza, podendo não trazer o resultado esperado com esse posicionamento.

Os dados também parecem trazer uma percepção sobre o *habitus* discente que os agentes querem atrair, esse *habitus* deve estar em consonância com o *habitus* organizacional, assim como acontece no credenciamento docente. Essa proximidade geralmente acarreta em bons resultados avaliativos.

“Mas a [...] é diferente, eu já estou destacando isso há muito tempo, ninguém entra aqui com perfil docente, nem entra, imagina sair..então a pessoa que entra aqui ele vai ter uma clareza muito grande que vai entrar para .. pesquisa, ele tem na hora de entrada, ele vai ter mais ainda na hora da saída, ham.. quem entra aqui não trabalha mais, fica full time, recebe bolsa full time, enfim .. tem todo um.. muitos critérios que levarão a esse, consolidação deste modelo de pesquisa agora, se você me perguntar no país, eu acho que muitos competem pra conseguir um emprego de docente preferencialmente em universidades federais”. (Entrevistada 12)

Destaca-se, que os agentes formam mestres e doutores de acordo com seu *habitus* organizacional, sendo muito raro que um distanciamento dele ocorra. Nesse sentido o

habitus organizacional, parece se refletir no momento do ingresso, selecionando aqueles que possuem mais similaridade com o esperado, e mais ainda no momento de conclusão do curso e recebimento do título, onde fica claro qual o perfil que aquele recém-formado adquiriu ao longo da sua jornada acadêmica.

Dessa forma, os agentes inseridos nesse campo (programas de pós-graduação em administração) disputam o poder através da busca dos capitais relevantes e importantes para se conquistar uma posição dominante. A dinâmica presente se desenvolve da seguinte maneira: os agentes, na maioria das vezes, optam por credenciar docentes doutores que possuem uma considerável produção acadêmica, e que se demonstram comprometidos com a pesquisa, ou por docentes que possuem determinado reconhecimento em sua área de estudo, ou seja, com *habitus* mais voltado para a intensificação de seu trabalho, focados em aumentar sua produção, até porque o próprio *habitus* organizacional também parece estar diretamente direcionado para os processos de avaliação, se organizando para tomar decisões e se posicionar de acordo com o que será demandado pelo sistema de avaliação.

“esse professor ele precisa ser um professor jovem, né, isso é uma..uma.. , é um encaminhamento da própria universidade, né, ser um professor, é recém doutor, o cara tem que ter doutorado, um recém doutor, é... mas um recém doutor que já tenha aí, uma certa familiaridade com a publicação acadêmica né, acho que o critério né, a questão da publicação acadêmica é muito importante, né. E pro credenciamento na pós-graduação, [...], né, as regras e as normas elas são bastante específicas né, você precisa ter uma pontuação anual de 80 pontos no mínimo né, você precisa..ter..pelo menos uma defesa de mestrado ou doutorado por ano, você precisa ter participação, é..apresentando trabalho em pelo menos três congressos por ano, eu acho que é isso..”(Entrevistada 4)

“Olha, basicamente o que se valoriza é produção, né, fundamentalmente, produção, claro, participação na pós, mas o grande .. a grande questão é.. é produção, que avaliada é a produção, publicação, basicamente, esse é o principal... né... o que faz a diferença, ainda mais você no início de um processo de credenciamento, por assim dizer, é.. a produção que tem um peso maior” (Entrevistada 5)

“já passei por esse processo de credenciamento, ou seja, examinaram a minha produção, que naquele momento era muito elevada, e.. fui credenciado para o programa” (Entrevistado 9).

“Olha.. o ingresso é.. tá se falando.. tá se falando..tá se valorizando muito a internacionalização e perfil de professores diversificados, [...], então é mais na função da capacidade de..publicar, que tá sendo muito valorizado. Inclusive em jornais, em.. em..periódicos valorizados” (Entrevistada 10).

“aí eu recebi um convite, é.., dos outros coordenadores aqui.., pra ..., já conheciam a minha produção científica né, a minha atuação, enquanto.. é...,

sou autor de alguns livros, de artigos, esse negócio todo, e aí eu vim pra cá, foi em 200 e... 2004. É, 2004” (Entrevistado 3).

Nota-se então, que o *habitus* é levado em consideração no momento do credenciamento, isso ocorre, pois, a composição do programa com docentes que possuem esse *habitus* irá gerar boas pontuações e consequentemente alcançar uma avaliação satisfatória, tendo em vista que atualmente a pontuação representa uma parcela relevante dentro os quesitos de avaliação. Por sua vez, essa condição refletirá em uma boa colocação no ranking, resultando em recursos financeiros e apoios para pesquisa e desenvolvimento de projetos.

Além disso, o prestígio virá como consequência de todo esse processo, conforme o programa ganhe reconhecimento dentre os demais, futuros alunos e todos envolvidos no campo. Porém, alguns docentes inseridos nos programas pesquisados, afirmam que existe um objetivo maior a ser alcançado, que vai além do ranking, que é a preocupação com o ensino e a formação de qualidade.

“que você tá fazendo um monte de... porcaria, pra fazer pontuação, e qualidade da pesquisa em nome desse produtivismo foi completamente deixada de lado [...] pra mim o problema disso é o que você sinaliza pra novas gerações, professor novinho que fica achando que publicar é isso, é fazer qualquer coisa e botar , mandar pra qualquer lugar contando que esteja fazendo ponto, é.. perafá né..isso prejudica” (Entrevistada 7).

“Eu acho que..esses... aspectos da avaliação eles podem..é trazer consequências muito negativas porque elas estão muito relacionadas com dois aspectos é.. dois aspectos ruins...é o produtivismo, é você entrar num processo de produção em escala né, sem o necessário cuidado na pesquisa que você está fazendo, [...] tipo de produção, álias, alguns dizem que já levou a um tipo de produção inútil né, uma produção que não tem nenhuma.. serventia [...]o fato de muitos estudantes dos cursos de mestrado acadêmico estarem se comportando e tendo acolhida dentro do próprio mestrado, dentro do próprio programa, como se estivesse fazendo um MBA, como se eles estivessem fazendo aquele cursinho assim.. que é um cursinho como dizem alguns.. que lava diploma[...]” (Entrevistado 8).

“eu acho que o desenvolvimento da pós-graduação pode ser prejudicado em termos de mostrar as escolas de qualidades, eu acho que pode também induzir o sistema de publicações que..induz publicações irrelevantes, que simplesmente some pontos, então a qualidade da pesquisa pode ser relativamente afetada no sistema que tá sendo usado pra avaliar a pesquisa” (Entrevistado 6).

“a CAPES na área de administração não tá preocupada na formação de bons gestores, tá preocupada na.. publicação.. é.. ranking..de.. de qualidade.. de..reconhecida do journal onde se publica, acho que isso é só um pedacinho de algo muito maior que deveria ser a preocupação com a gestão da educação em administração” (Entrevistado 11).

“eu vejo com preocupação o sistema como um todo, a lógica que tá por trás disso, primeiro uma lógica chamada de produtivista né, ou seja, publicar a qualquer custo independente ou da qualidade ou da originalidade e coisa e tal.. então de fato esse..estímulo exagerado à produção de artigos, é.. desestimula muitas vezes trabalhos de maior fôlego, as pessoas hoje não tem interesse nenhum em publicar um livro, uma pesquisa de maior fôlego, uma sistematização do conhecimento da área, por que?, porque isso não vai contar nenhum ponto” (Entrevistado 9).

Esses trechos relevam que os agentes tem consciência de que esse modelo de desenvolvimento da pós-graduação possui limitadores e consequências graves para o ensino e pesquisa de qualidade. Eles percebem que o produtivismo, por vezes, pode se tornar uma elevada quantidade publicação sem nenhum impacto na realidade, sem nenhum compromisso com a formação de gestores capazes de solucionar demandas emergentes do nosso país. No entanto, como é preciso se manter no campo, é necessário jogar esse jogo, pois até o presente momento não existem possibilidades alternativas de ação.

Dessa maneira, quando questionados sobre o que seria excelência e consequentemente um programa de excelência, muitos agentes apresentaram concepções diversas ao que é avaliado e intitulado como programa de excelência pela avaliação Capes.

“se você pensar em excelência como uma Instituição que é... formar um pensador livre, digamos assim, com capacidade suficiente pra..pra pensar de maneira.. de maneira livre e tomar suas decisões meio autonomamente, nesse sentido, talvez não tenha nenhuma Instituição de excelência aqui no Rio, não sei se tem alguma Instituição de excelência em algum lugar” (Entrevistado 1).

“a excelência de um programa seria ter a sua própria publicação inteiramente valorizada, como uma forma de dar publicidade ao pensamento gerado naquele programa, segundo lugar, dispor de um compromisso por parte dos seus estudantes é.. com.. a produção acadêmica, com o estudo, a pesquisa, a investigação, a crítica, o pensamento especulativo, ou seja, um ambiente em que docentes e discentes se sintam de fato indo além daquilo que foi é.. lido e estudado, e que se tem como estado da arte, ou seja, a ousadia de tentar ir adiante, terceiro, ter.. é.. condições financeiras de estar presente nos eventos nacionais e internacionais” (Entrevistado 8)

“A preocupação ou o zelo com a qualidade da pesquisa, onde ela tá sendo publicada, é sem dúvida é algo a ser mantido, considerado no modelo, é..o impacto social daquilo que se produz, eu acho que muito mais do que o impacto de..impact factor de citação, mas o impacto social, o que que a gente faz melhora a sociedade, o que que a gente tá contribuindo pro debate, no âmbito social, é..a.. não é tão fácil de se medir quanto o impact factor de um

journal, mas.. deveria ser medido ao meu ver.., isso pra falar só da pesquisa, e.. o placement do nosso aluno né, o nosso ex aluno, pensando no strictu sensu, o nosso ex aluno de mestrado é.. acabou o mestrado e daí.. so what? O que que ele tá fazendo no dia seguinte?”(Entrevistada 11).

“então assim, excelência pra mim, me remete muito [...] e muito associado aos professores e à atuação dos professores em sala de aula, mas isso está.. assim.., passa ao largo do que hoje tá sendo avaliado como excelência, excelência hoje é o programa que tem os professores que pontuam, que publicam em periódicos internacionais né” (Entrevistada 5).

Nesse sentido, constata-se nas falas acima que a excelência possui outras dimensões que vão além de notas e pontuações. É mencionado que um programa de excelência deve antes de tudo, se preocupar em formar pesquisadores livres com capacidade reflexiva, que tenham a crítica como apoio para compreender melhor os fenômenos do campo. Também é destacado que a produção científica deve ser revista e percebida como importante no campo, mas sob outra ótica, outra perspectiva, ela deve ser valorizada, livre para publicação em qualquer veículo, deve causar impactos mais significativos. Além disso, um agente de excelência no campo deve também se preocupar com a vida profissional e acadêmica dos discentes após a finalização do curso, ou seja, se eles estão empregados, se estão atuando no campo, o quão modificador foi cursar o mestrado ou o doutorado, ou seja, a excelência deve considerar essas questões.

Outro elemento que compõe a disputa de poder é a competição, uma realidade nesse campo, onde as organizações competem pela posição no ranking, algo limitado e restritivo, ou seja, segundo os entrevistados não é possível que mais de um programa alcance a nota máxima, para que isso ocorra é necessário que um programa tenha a nota rebaixada para que outro possa deter a nota alta, isso também ocorre com a qualificação de periódicos. Pode-se afirmar então, que o poder nesse campo é representado pela posição dominante, que se traduz no alcance do conceito 7, através da avaliação da Capes. Esse conceito considera que o programa é de excelência, além de equivaler o curso à padrões internacionais. Dessa forma, os agentes competem no campo por posições elevadas nesse ranking, sendo a competição entendida e percebida por todos.

“Acredito não, eu tenho certeza, como eu disse a própria pós demanda isso, há um raking, quando há um ranking, não é tudo mundo que pode tirar 7, não é todo mundo que vai tirar 6, então é um campo, disputado né, é um campo que tem um jogo que se disputa, tem um jogo né, você trabalha com Bourdieu né, autoridade científica que se disputa, e enfim, né, como é que você vai determinar quem..quem que tem o monopólio dessa autoridade

científica? se você for ver um pesquisador jovem, é o número de citações que ele tem né..se você for ver num programa por que temos no conjunto né, bolsista produtividade, publicações de qualidade, internacionalmente inserido no debate internacional, são..esses critérios né, então é um jogo competitivo [...] há um raking, quando há um ranking, não é tudo mundo que pode tirar 7, não é todo mundo que vai tirar 6, então é um campo, disputado né, é um campo que tem um jogo que se disputa, tem um jogo né” (Entrevistada 12). “eu acho é que a própria distribuição das notas, acaba, criando um elemento limitador aí, e acaba excluindo.. né, os programas, a gente.., obviamente a gente sabe, por exemplo, que na próxima avaliação deve ter um outro programa 7, é.. só que o 7, se mais um programa for 7, certamente a gente sabe que não vai ser outro, não vai ter outro. Então, imagina, todos os programas 6 do país, de certa forma, estão competindo por esse 7, entende? Porque não..é muito lento, essa avaliação dos programas pros conceitos mais altos, então.. é.., por exemplo, na avaliação passada a gente teve um programa 7, mas o outro que era 7, caiu pra 5, e permaneceram dois programas 7, então.. como é que.. a gente.. naturalmente deduz, né, os programas deduzem, que.. não tem espaço pra todo mundo..eu acho que isso acirra a competição” (Entrevistada 2).

Essas falas apontam que a competição que ocorre no campo é muito voltada por melhores posições no ranking, já que não existe espaço suficiente para que todas possam ocupar uma posição de excelência, e por isso ocorre a competição, não se esquecendo também, de todos outros benefícios que uma boa nota pode trazer junto consigo. Sendo assim, afirma-se que o poder disputado no campo refere-se ao alcance de posições dominantes nesse ranking.

A competição também ocorre para atrair novos discentes, pois sem eles o funcionamento do programa é comprometido, e também por recursos financeiros que são escassos e limitados.

“Como é que um aluno vai..., eu acho q eu a gente tem um grupo de alunos que se interessam por fazer o doutorado, sei lá, vamos começar a pensar na prática né, ah então tá, é, como é que ..., porque que esse aluno vai escolher ir pra um e não ir pra outro né? Eu acho que na verdade a competição ta nesse sentido, né, é.. é... os alunos de doutorado, eu to pensando no doutorado, porque o doutorado não paga né, então assim.. de alguma forma, todos tem bolsa, bolsa do CNpq, então é.., meio que.. igual pra todo mundo, né. Mas..se eu tenho um bom aluno de doutorado, né, eu to...eu to aumentando a qualidade do meu curso, né, se eu to aumentando a qualidade do meu curso, eu to ganhando aí, de certa forma né, uma visibilidade maior, mais positiva, os meus resultados né, vão ser resultados mais positivos, nesse sentido, então eu quero alunos bons né” (Entrevistada 4).

“a lógica da avaliação é uma lógica de discriminação no sentido de que vai estabelecer um ranking dos programas, quem é 7, quem é 6, quem é 5, quem é 4, que em consequência vai alocar recursos de pesquisa, recursos, bolsas de alunos, bolsas.. enfim.. tudo cadeia vai junto em cima dessa lógica de funcionamento” (Entrevistada 12).

Observa-se que uma boa posição no ranking é o capital mais almejado pelos agentes, pois essa conquista reflete várias consequências boas. Por meio dela é possível

atrair novos discentes, fazendo com que o programa se torne reconhecido no campo e desenvolva com mais consistência e profundidade, titulando cada vez mais pessoas que irão divulgar o agente no campo. Além disso, esse poder também facilita a concessão de bolsas e financiamentos, alocando mais recursos, se beneficiando da sua posição.

Além disso, também percebeu-se que a relação entre os agentes é quase nula, não é muito comum parcerias que contribuam para o melhor desenvolvimento do campo, essa relação ocorre mais em encontros, eventos e congressos da área e entre docentes de uma forma informal, na participação de bancas em pesquisa realizadas conjuntamente, mas nada com maior consistência que busque de fato provocar, modificar, ou construir conjuntamente a realidade da pós-graduação em administração.

“por exemplo, aqui no Rio de Janeiro existem vários programas de pós-graduação de administração, nunca ouvi falar que houvesse convite de aproximação entre eles, não sei nem se as pessoas, a não ser é.. isoladamente elas se conhecem, se elas sabem quais são as características, quais são as propostas dos programas, [...], então há essa certa.. tendência de isolamento dos programas em geral, e aqui no Rio de Janeiro em particular” (Entrevistado 9).

“nos encontramos nos eventos, principalmente nos eventos da ANPAD, no EnANPAD e o EnAPG as vezes proporcionam encontros docentes, coordenadores, os coordenadores eles também se reúnem nas reuniões de coordenação e etc, mas.. um trabalho produtivo, um trabalho no sentido de produção acadêmica stricto sensu né, publicações, eventos em comum, nós não temos sido é.. tão efetivos quanto seria desejado, [...], mas.. fora isso é.. há.. um.. uma certa... um certo apartamento que não seria desejável” (Entrevistado 8).

Dessa maneira, conforme as falas acima, se constata que os agente não buscam se relacionar de forma mais profunda. As relações só ocorrem em eventos isolados e repentinos, não existe um compromisso em desenvolver um relacionamento bem desenvolvido, com objetivos comuns e que forneçam avanços para o campo. Esse tipo de relação pode até acontecer em encontros, congressos, no entanto, nem sempre todos os agentes estão presentes, enfraquecendo assim o poder de modificação. Nesse sentido, ressalta-se que o relacionamento entre os agentes do campo de pós-graduação em administração do estado do Rio de Janeiro seria de extrema importância e relevância.

Considera-se então que, apesar das divergências e questionamentos por parte dos docentes frente ao atual modelo de avaliação do campo, o poder de mudança ou de subversão da ordem se mostra muito distante e limitado, pois o não cumprimento dos

questos pré-determinados resultam no descredenciamento do programa, o impedindo de atuar e formar novos mestres e doutores.

“atualmente você.. você..é um pesquisador e não atribui relevância a isto, ele não é mais.. um.. um jogador do campo científico, eu não posso vir aqui e dizer, olha.. hoje, vou ham.. fazer outro tipo de trabalho, o cardápio das possibilidades está dado, ou se joga, ou se joga, ou se joga o que? Se joga publicação, ensino e extensão, cada instituição vai ter.. uma .. uma composição diferenciada dessas três dimensões mas ninguém vai deixar de dar aula, ninguém vai de escrever, ninguém vai deixar de fazer extensão, cada um com sua percentual né, de composição” (Entrevistada 12)

“Bom, é.. parte do jogo né, se você quer jogar o jogo você tem que cumprir essas regras, eu vejo esse pessoal: ai.., tá matando, não sei o que.. você não é obrigado a dar aula na pós-graduação, você pode se acomodar e tal.., agora.. se você tá ali.. quem tá na chuva é pra se molhar.., claro que você poderia ter outras formas de valorizar outras atividades também, mas essa sempre será importante,é.. publicar, debater, tá presente no.. debate do campo né..” (Entrevistado 9).

Das falas acima se contempla que existe um bloqueio no poder de mudança dos agentes, mas isso não quer dizer que a mudança seja algo impossível de acontecer ou totalmente reprimida, já até existem alguns indícios de movimentos iniciais para mudança, conforme relatado no objetivo anterior. No entanto, o que é ressaltado aqui é a indisponibilidade de não jogar o jogo imposto pelo órgão regulador do campo, se recusar a participar desse modelo imposto representa a não atuação no campo.

Sendo assim, nota-se que o quarto e último objetivo específico foi alcançado identificando estabelecendo uma relação entre a lógica produtivista e as disputas de poder que ocorrem no interior do campo de pós-graduação em administração no estado do Rio de Janeiro.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perspectiva teórica de Pierre Bourdieu permitiu realizar uma análise do campo de pós-graduação em administração, buscando perceber principalmente como ocorrem as disputas de poder, tendo como pressuposto a lógica produtivista instalada por meio das diversas modificações que ocorreram nesse campo. Dessa maneira, ressalta-se que a presente pesquisa visou responder a seguinte questão: de que maneira a lógica produtivista influenciou as disputas de poder entre as organizações que compõem o campo de pós-graduação em administração no estado do Rio de Janeiro?

Para que essa questão fosse respondida, foram identificados os principais eventos críticos do campo de pós-graduação, desde sua origem até os tempos atuais, descreveu-se o desenvolvimento do Sistema de avaliação da Pós-Graduação Nacional, também foram identificados os principais agentes inseridos no campo de pós-graduação em administração no estado do Rio de Janeiro e os principais recursos de poder que eles detêm, e por fim, buscou-se estabelecer uma relação entre a lógica produtivista e as disputas de poder que ocorrem no interior do campo de pós-graduação em administração no estado do Rio de Janeiro.

Dessa maneira, percebeu-se que os principais eventos críticos que aconteceram no campo de pós-graduação em administração se referem principalmente aos acontecimentos da década 1990, quando se instaurou no país um período de reforma do aparelho do Estado que acabou por reestruturar diversos setores econômicos, sociais, educacionais, e etc. Essas reformas inspiradas em ideias neoliberais instalaram lógicas de mercado, e instituições privadas em organismos públicos, alterando de forma significativa sua estrutura, passando a cobrar resultados e desempenho satisfatórios. No setor da educação de pós-graduação, isso se refletiu com maior vigor através da instalação de rankings entre os programas e também por meio da classificação de periódicos no *Qualis* Capes.

Notou-se que o desenvolvimento do Sistema de avaliação da Pós-Graduação Nacional passou por diversas mudanças nas últimas duas décadas, aproximadamente. A principal mudança refere-se a grande atenção e foco voltado para a elevada produção acadêmica, e conseqüentemente para a pontuação que ela produz. Isso resultou em uma

instrumentalização da avaliação focando excessivamente em métricas, regras, além da diminuição do tempo de realização de pesquisas, teses e dissertações. Também foi destacado pelos agentes que por vezes acontecem mudanças nas regras do “jogo no meio da partida”, referentes principalmente à questões temporais de avaliação de classificação de periódicos no *Qualis*, prejudicando a avaliação do programa que já havia se estruturado de acordo com as antigas regras. Por fim, também são apontadas possibilidades mudanças no futuro, referentes às pontuações das publicações, e principalmente a mudança de foco no campo, passando do foco no ensino para o foco na pesquisa.

Também foi identificado que os principais agentes presentes no estado do Rio de Janeiro que possuem cursos de mestrado e doutorado em administração são: PUC, FGV, UFRJ e Unigranrio, no entanto devido a constatações de relevância para o campo, por possui em seu corpo docente de grande prestígio no campo, pesquisou-se também a UFF que possui apenas curso de mestrado acadêmico. Além disso, também foi identificado que os principais recursos de poder, ou seja, os principais capitais, que esses agentes detêm ou almejam no campo são: produção, corpo docente qualificado, prestígio, capital financeiro e uma boa colocação no *Ranking* da Capes.

Sendo assim, é notório que a lógica produtivista influenciou fortemente o modo como ocorrerem as disputas de poder no interior do campo de pós-graduação em administração no estado do Rio de Janeiro. Além disso, percebe-se a que perspectiva teórica de Bourdieu se demonstra ajustada para a realização da análise, considerando seus conceitos de campo, *habitus* e capital, tão essenciais para o entendimento do funcionamento da dinâmica do jogo que ocorre entre os programas de pós-graduação em administração. Constatou-se que no campo composto pelos programas de pós-graduação em administração ocorrem disputas de poder pela posição mais elevada no *Ranking* estabelecido por meio da avaliação, quem conquista a maior nota está no topo do *Ranking*.

Como atualmente, a publicação em periódicos possui um grande peso nesse processo avaliativo, é natural que os agentes se mantenham preocupados em produzir. Dessa forma, nota-se que a relação entre a lógica produtivista e as disputas de poder no campo acontece quando os agente procuram por credenciar docentes doutores que

possuem um compromisso com a pesquisa e preocupados em atingir muitos pontos de publicação, ou por docentes que possuem reconhecimento e prestígio na área. Por isso, percebe-se que esses docentes precisam estar alinhados com um *habitus* focado em elevar sua produção, até porque o próprio *habitus* organizacional também parece estar diretamente orientado para os processos de avaliação, que direcionam a tomada de decisão e o posicionamento desses agentes.

Por fim, através da coleta dos dados primários e secundários, com o auxílio da análise de conteúdo, parece ser possível afirmar que a lógica produtivista influenciou as disputas de poder no campo de uma maneira profunda e relevante, na medida em que se tornou uma forma de direcionamento dos programas, ou seja, os programas passaram a se organizar e estruturar para atender os requisitos mínimos de produção. É importante ressaltar que tal lógica foi introduzida principalmente por meio da avaliação realizada pela Capes, sendo um dos quesitos mais importantes e com grande peso avaliativo, por isso a demasiada influência e relevância na dinâmica do campo.

Vale ressaltar que muitas questões importantes foram levantadas ao longo da pesquisa, principalmente pelos sujeitos entrevistados, questões relacionadas à avaliação realizada pela Capes em relação aos programas. As questões de uma forma geral atentam para a qualidade da formação na pós-graduação, destacando que a produção científica tem grande valor, mas também devem ser considerados outros fatores importantes, como a preocupação com a trajetória do egresso, sua inserção no mercado de trabalho, sua capacidade de refletir e provocar mudanças na realidade, o impacto social do trabalho de um determinado programa de pós-graduação entre outros fatores que extrapolam somente produção científica.

Além disso, também foram expostas questões sobre as peculiaridades de cada programa e como a avaliação padronizada e igual para todos os programas pode de certa forma não contribuir para o bom desempenho avaliativo. Isso foi evidenciado, por exemplo, no caso de descredenciamento de docentes em programas públicos, onde os docentes são concursados para atuar na pós-graduação e não na graduação, o descredenciamento se torna algo delicado e beira o impossível. No entanto, o órgão regulador não considera essas especificidades rebaixando a nota do programa, por essas razões.

Portanto, analisar o campo de pós-graduação em administração sob a ótica de Pierre Bourdieu permitiu vislumbrar o avanço entre a dicotomia estrutura/agência e objetividade/subjetividade. Onde apesar de existir uma estrutura objetiva e previamente estabelecida para se realizar a avaliação, de uma forma padrão e igualitária para todos os programas, cada um possui suas próprias especificidades e peculiaridades. Por conta da sua natureza subjetiva, alguns agentes não conseguem se estruturar conforme o estabelecido, enquanto outros buscam se alinhar de forma mais próxima possível.

Em contrapartida, os agentes que não estruturados às solicitações da avaliação não atingem resultados satisfatórios perante os outros mais alinhados às políticas avaliativas, ainda que essa “não estruturação” ocorra por motivos intrínsecos ao funcionamento e natureza do programa. Assim sendo, até o momento de finalização dessa pesquisa não foi possível identificar nenhuma manifestação de tentativa de subversão à esse modelo avaliativo que valoriza demasiadamente a pontuação gerada pela publicação. Para permanecerem no campo, ou seja, serem reconhecidos no país como um programa recomendado pela Capes, os agentes precisam jogar o jogo estabelecido.

Visto isso, percebe-se que o modo como o campo de pós-graduação vem se desenvolvendo e disputando o poder, pode acarretar limitações e distorções sobre seu verdadeiro papel na sociedade. A lógica produtivista de desenvolvimento transmite aos pós-graduandos que a excelência é alcançada por meio de um grande volume de publicação, e se possível internacional, para elevar o prestígio dessa concepção de excelência. A grande preocupação em elevar a produção e conquistar boas posições no ranking, pode comprometer a formação de pesquisadores e docentes engajados com a mudança social e melhorias concretas no campo.

Portanto, como sugestões de pesquisas futuras parece ser importante estudar como ocorrem essas disputas de poder em outras áreas do conhecimento, buscando verificar se essa acirrada disputa pelo poder ocorre somente na área de administração. Também seria interessante pesquisar como os programas do campo de administração em outros estados e regiões se organizam para receberem essa avaliação, buscando perceber se as disputas de poder ocorrem de forma semelhante ao estado do Rio de Janeiro. Além de identificar a peculiaridade e a natureza de cada programa, destacando como isso influencia ou não as disputas de poder.

6. REFERÊNCIAS

ALCADIPANI, R. Resistir ao produtivismo: uma ode à perturbação acadêmica. **Cadernos Ebape.br**. v. 9, nº 4, opinião 3, Rio de Janeiro, Dez. 2011a.

_____. Academia e a fábrica de sardinha em lata. **Organização & Sociedade**, Salvador, UFBA, v. 18, n. 54, p. 345-348, abr./jul. 2011b.

ARRANZ, M. ¿Escribir o publicar? Las reglas del juego. **Gac Sanit** 2003;17(1):90-1.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 2ª Ed.

BARDIN L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70; 1977.

BIANCHETTI, L.; VALLE, I., R. Produtivismo acadêmico e decorrências às condições de vida/trabalho de pesquisadores brasileiros e europeus. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro*, v.22, n. 82, p. 89-110, jan./mar. 2014.

BOSI, A., P. A Precarização Do Trabalho Docente Nas Instituições De Ensino Superior Do Brasil Nesses Últimos 25 Anos. **Educ. Soc., Campinas**, vol. 28, n. 101, p. 1503-1523, set./dez. 2007.

BOURDIEU, P. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

_____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. *Os usos sociais das ciências: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP. 2004.

_____. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus, 2008, 9ª Ed.

_____. *Homo Academicus*. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINIK, Peter (Orgs.). *Reforma de Estado e Administração Pública Gerencial*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006, pp. 21-38.

CAPES. **Comunicado CAPES – Período de Avaliação do SNPG**. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/7278-comunicado-capes-periodo-de-avaliacao-do-snpg>. Acesso em: 29 de Dez, 2015.

CAPES. **Fórum de Pró-Reitores debate Avaliação Quadrienal**. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/7336-forum-de-pro-reitores-debate-avaliacao-quadrienal>. Acesso em: 29 de Dez. 2015.

CAPES. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/>. Acessado dia 14 de junho de 2014.

CAPES. **Relatório de avaliação 2001 2003: trienal 2004. 2004.** <http://trienal.capes.gov.br/?page_id=100>. Acesso em: 15 Jun. 2014.

CAPES. **História e missão, 2014.** <<http://www.Capes.gov.br/sobreaCapes/historiaemissao>>. Acesso em: 15 Jun. 2014

CFE – Conselho Federal de Educação. Parecer CFE n° 977/65, aprovado em 3 dez. 1965 [Documento]. *Revista Brasileira de Educação*, n° 30, Set /Out /Nov /Dez, 2005.

COPPEAD. **Fatos e Números.** Disponível em: http://www.coppead.ufrj.br/upload/documentos/fatos_numeros_2015.pdf. Acesso em: 05 Fev.2016

DIAS, S.,M.,R.,C.; MAGALHÃES, R.,P.,Y.,T. Quem ensina um professor a ser orientador? Proposta de um modelo de orientação de monografias, dissertações e teses. **Administração: Ensino e Pesquisa**. Rio de Janeiro , v. 12 ,n. 4 ,p. 697-721, Out/Nov/Dez .2011.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação da Educação Superior Regulação e emancipação. **Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior. V.8, n. 1. Mar 2003.**

DICK, P. Resistance, Gender, and Bourdieu's Notion of Field. **Management Communication Quarterly**. V. 21, n. 3 , p. 327-343. February 2008.

DOURADO, L., F. Reforma Do Estado E As Políticas Para A Educação Superior No Brasil Nos Anos 90. **Educ. Soc., Campinas**, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 234-252.

DUARTE, R. Pesquisa Qualitativa: Reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 139-154, março/ 2002.

DUTRA, N., L., L. **A Universidade Hoje: Negação Do Sentido E Gênese Da Instituição Educacional**. 2014. 81f. (Dissertação) Mestrado – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação. Goiânia, 2014.

EPABE. **Quem somos/ História**. Disponível em: <http://ebape.fgv.br/quem-somos/historia>. Acesso em: 05 de Fev. 2016.

FERREIRA, S. A universidade do século XXI: concepções, finalidades e contradições. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, 2009.

FONSECA, M.; OLIVEIRA, J., F. A avaliação da pós-graduação e o seu impacto no trabalho acadêmico dos professores brasileiros. In J. F. de Oliveira, A. M. Catani & N. S. C. Ferreira (Orgs.). *Pós-graduação e avaliação: impactos e perspectivas no Brasil e no Cenário Internacional* (pp. 15-51). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010.

FRANCO, M., L., P., B. *Análise de conteúdo*. Brasília, 2ª edição: Liber Livro Editora, 2005. 79 p.

GODOI, C.,K.; XAVIER, W.,G. O Produtivismo e suas Anomalias. **Cadernos Ebape.br**. v. 10, nº 2, opinião 1, Rio de Janeiro, Jun. 2012.

GUERREIRO, P., L., P. A Falsa Democracia da Expansão Educacional Pela Lei 11.892/2008: Resultados em Forma de Precarização do Trabalho Docente em um IF do Nordeste Brasileiro. **ORG & DEMO**, Marília, v. 16, n. 1, p. 53-68, Jan./Jun., 2015.

KLÜBER, T., E. Atlas.Ti Como Instrumento De Análise Em Pesquisa Qualitativa De Abordagem Fenomenológica. *ETD – Educ. temat. digit.* Campinas, SP v.16 n.1 p.5-23 jan./abr.2014.

LAU, Raymond W. K. Habitus and the practical logic of practice: an interpretation, **Sociology**, v. 38, n. 2, p. 369-387, 2004.

LANE, J. Let's make science metrics more scientific. **NATURE**. Vol. 464, n. 25. March 2010.

LIMA, Tereza Cristina M. P. **O Ensino Superior De Administração No Brasil E Em Goiás: Expansão, Privatização E Mercantilização No Período De 1995-2006**. 2007. 445 f. (Tese) Doutorado - UFG. Faculdade de Educação. Goiânia, 2007.

LUIZ, R.,R. Avaliação de produtividade acadêmica: uma proposta de quantificação. **R B P G**, Brasília, v. 3, n. 6, p. 300-312, dez. 2006.

MACCARI, E. A.; ALMEIDA, M. I. R.; NISHIMURA, A. T.; RODRIGUES, L. C. A Gestão dos Programas de Pós-Graduação em Administração com Base no Sistema de Avaliação da CAPES. *Revista de Gestão USP, São Paulo*, v. 16, n. 4, p. 1-16, out/dez 2009.

MAGRO, D.; SECCHI, L.; LAUS,S. A Nova Gestão Pública e o Produtivismo Imposto Pela Capes: Implicações Na Produção Científica Nas Universidades. *Anais XXXVII Encontro da ANPAD*. Rio de Janeiro, Set. 2013.

MANGI, L.,C.,M. **As “Confrarias” como um Fenômeno Organizacional Brasileiro: Notas Etnográficas de um Aprendiz de Bourdieu**. 2006. 140 f. Dissertação (mestrado) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, 2006.

MANZINI, E. J. *A entrevista na pesquisa social*. Didática, São Paulo, v. 26, 1990.

MARTINS, C., B. O ensino superior brasileiro nos anos 90. **São Paulo em Perspectiva**, 14(1), 2000.

MATOS, P.,L.,C.,L. Pés de barro do texto “produtivista” na academia. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo v. 52 n. 5 set . /out . 2012. 566-573.

MAUÉS, O. A Reconfiguração do Trabalho Docente na Educação Superior. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. especial 1, p. 141-160, 2010.

MAUÉS, O. C.; MOTA Jr. W. P. A Nova Regulação Educacional e o Trabalho Docente na Pós-Graduação Brasileira. *Linhas Críticas*, Brasília, DF, v. 17, n. 33, p. 385-402, maio/ago 2011.

MISOCSKY, M.C. Implicações do Uso das Formulações sobre Campo de Poder e Ação de Bourdieu nos Estudos Organizacionais. *Revista de administração. Contemporânea*, 2003, vol.7, edição especial, pp. 9-30.

_____. Abordagem de redes no estudo de movimentos sociais: entre o modelo e metáfora. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v.43, n. 5, pp. 1147-1180, Set./out. 2009.

MOZZATO, A., R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios. **RAC**, Curitiba, v. 15, n. 4, pp. 731-747, Jul./Ago. 2011.

NASCIMENTO, L. F. Modelo capes de avaliação: Quais as consequências para o triênio 2010-2012? **Administração: Ensino e Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 579-600, 2010.

OLIVEIRA, J., F. A Pós-Graduação e a pesquisa no Brasil: processos de regulação e de reconfiguração da formação e da produção do trabalho acadêmico. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 10, n. 2, jul./dez. 2015.

OLIVEIRA, J., F.; FONSECA, M. A pós-graduação brasileira e o seu sistema de avaliação. In J. F. de Oliveira, A. M. Catani & N. S. C. Ferreira (Orgs.). *Pós-graduação*

e avaliação: impactos e perspectivas no Brasil e no Cenário Internacional (pp. 15-51). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010.

PATRUS, Roberto; DANTAS, Douglas Cabral; SHIGAKI, Helena Belintani. O produtivismo acadêmico e seus impactos na pós-graduação stricto sensu: uma ameaça à solidariedade entre pares?. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro , v. 13, n. 1, Mar. 2015 .

PDRAE, Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, Brasília, 1995.

PECI, A. Além da Dicotomia Objetividade-Subjetividade. In: VIEIRA, M., M., F.; ZOUAIN, D., M. **Pesquisa Qualitativa em Administração**. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 29-49, 2ª Ed.

_____. Estrutura e ação nas organizações: algumas perspectivas sociológicas. **RAE**, vol. 43, nº , pp. 24-35. Jan/Fev/Mar.2003

PEGINO, P., M., F. As **Relações Acadêmicas de Produção na Pós-Graduação em Administração no Brasil**. 2014. 362 f. Tese (doutorado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo. 2014.

PIRES, A., C. Política De Pós-Graduação *Stricto Sensu* Brasileira No Tempo Presente: Corpo E Cultura Como Objeto De Pesquisa Em Educação. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2014.

PNPG, 2005-2010 – *PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO (PNPG) 2005-2010*. Ministério da Educação e Cultura – MEC, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasília: CAPES, 2004.

PNPG, 2011-2020 – *PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO (PNPG) 2011-2020*. Ministério da Educação e Cultura – MEC, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasília: CAPES, 2010.

PNPG, I – *I PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, Conselho Nacional de Pós-Graduação, Departamento de Documentação e Divulgação, 1974.

PNPG, II – *II PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura – MEC, Secretaria de Educação Superior – SESu, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, 1981.

PNPG, III – *III PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura – MEC, Secretaria de Educação Superior – SESu, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, 1984.

PUC. **Histórico.** Disponível em: <http://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/progadm.html#historico>. Acesso em: 05 de Fev. 2016.

ROESCH, S., M., A. *Projetos de estágio do curso de administração: guia para pesquisas, projetos, estágios e trabalhos de conclusão de curso*. São Paulo: Atlas, 1996.

ROSA, A. R. Nós e os índices – um outro olhar sobre a pressão institucional por publicação. **Revista de Administração de Empresas**, v. 48, n. 4, p. 108-114, 2008.

SÁ-SILVA, J., R.; ALMEIDA, C., D.; GUINDANI, J., F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais** . Ano I - Número I - Julho de 2009

SANTOS, A., L., F.; AZEVEDO J., M., L. A pós graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 42, set./dez. 2009.

SANTOS, L.,L., C.,P. FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA CULTURA DO DESEMPENHO. **Educ. Soc., Campinas**, vol. 25, n. 89, p. 1145-1157, Set./Dez. 2004.

SANTOS, S., A. A naturalização do produtivismo acadêmico no trabalho docente. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 110, Jul. 2010.

SCHMIDT, M., L., S. Avaliação Acadêmica, Ideologia e Poder. **Psicologia USP**, São Paulo, 2011, 22(2), 315-334.

SCHWANDT, T. A. Three epistemological stances for qualitative inquiry: Interpretivism, hermenutics, and social construction. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Ed.). **Handbook of Qualitative Research**. 2. Thousand Oaks: Sage, 2000.

SERVA, M. Contribuições para uma teoria organizacional brasileira. **Revista Administração Pública**. Rio de Janeiro, 1990.

SWARTZ, David. The sociology of habit: the perspective of Pierre Bourdieu, **The Occupational Therapy Journal of Research**, v. 22, n. 1, p. 615-695, 2002.

THIRY-CHERQUES, H.,R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *RAP*, Rio de Janeiro 40(1):27-55, Jan./Fev. 2006.

UFF. **Histórico**. Disponível em: <http://www.adm.uff.br/index.php/historico.html>. Acesso em: 06 de Fev. 2016.

UNIGRANRIO. **Apresentação/ Quem Somos**. Disponível em: <http://w2.portais.atrrio.scire.net.br/unigranrio-ppga/index.php/pt/apresentacao>. Acesso em: 05 de Fev. 2016.

VIANNA, I.,O.,A. *Metodologia do Trabalho Científico Um enfoque didático da produção científica*. Ed. E.P.U. : São Paulo, 2001

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em Administração. In: VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; Zouain, Deborah Moraes. *Pesquisa qualitativa em administração*. FGV Editora, 2004.

VIEIRA, M., & LACERDA, D. (2010). Poder nas Organizações: da Dominação de Poucos à Ação de Todos. In V. PICCININI, M. ALMEIDA, & S. ROCHA-DE-OLIVEIRA (Eds.), *Sociologia e Administração: relações sociais nas organizações* (1st ed., pp. 63–82). Rio de Janeiro: Elsevier.

VILLARDI, B.,Q.; VERGARA, S.,C. Implicações da Aprendizagem Experiencial e da Reflexão Pública para o Ensino de Pesquisa Qualitativa e a Formação de Mestres em Administração. *RAC*, Curitiba, v. 15, n. 5, art. 1, pp. 794-814, Set./Out. 2011.

VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1998. 90p.

WACQUANT, Loïc. Poder simbólico e fabricação de grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo , n. 96, July 2013 .

WASSEN, J.; PEREIRA, E., M., A.; BALZAN, N., C. Política De Avaliação Em Programas De Pós-Graduação De Excelência Em Educação. **Atos de Pesquisa em Educação**, Blumenau, v. 10, n.1, p.215-243, jan./abr. 2015.

WOOD JR, T.; COSTA, C., C., M. Avaliação do impacto da produção científica de programas selecionados de pós-graduação em Administração por meio do índice H. **R.Adm.**, São Paulo, v.50, n.3, p.325-337, jul./ago./set. 2015.

ZUIN, A., A., S.; BIANCHETTI, L. O produtivismo na era do “publique, apareça ou pereça”: um equilíbrio difícil e necessário. **Cadernos de Pesquisa**, v.45, n.158, p.726-750 out./dez. 2015.

APÊNDICE A – Network View

A network view é um recurso disponível no software Atlas.ti 6, e é caracterizada como uma ferramenta que auxilia na visualização dos codes criados, ou seja, “os esquemas gráficos são representações gráficas das associações (*links*) entre códigos” (KLÜBER, 2014, p. 13). A network view é realizada através de símbolos e conexões por meio de links que possuem diferentes significados, “a natureza dessas relações é representada por símbolos ou por algum tipo de operador lógico pré-definido ou escolhido pelo pesquisador” (KLÜBER, 2014, p. 13).

No presente trabalho foi desenvolvida uma network view para ilustrar o desenvolvimento do sistema de avaliação e seu impacto no campo, pretendendo elucidar em uma composição gráfica os dados evidenciados no segundo objetivo.

A network view se encontra na próxima página para melhor visualização.

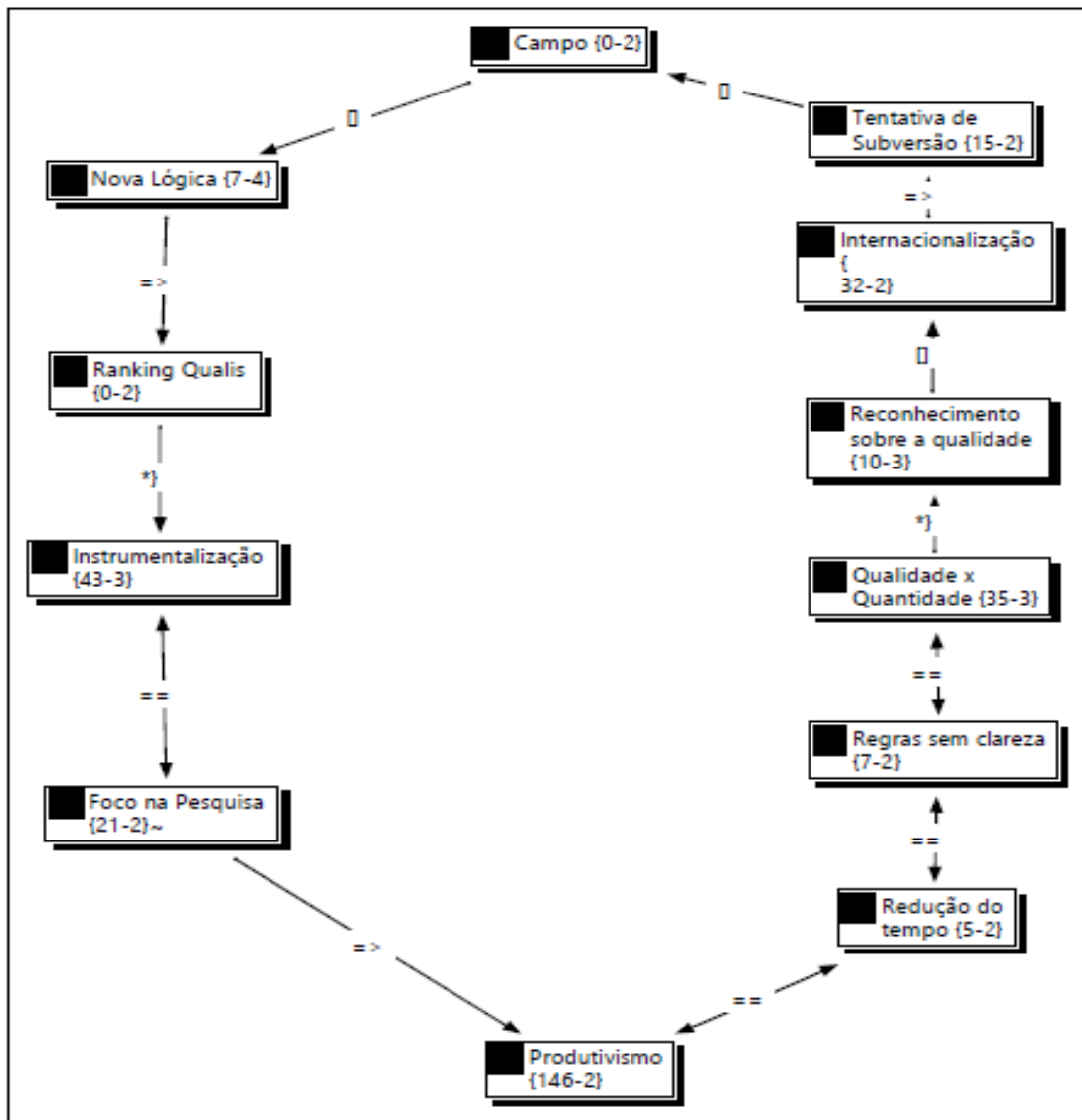


Figura 1: Network View - O desenvolvimento do Sistema de Avaliação
Elaboração própria

Legenda

[] – é parte de

=> - é a causa de

*} – é propriedade de

== - está associada com

A compreensão da network view acontece por meio da visualização de seus nodes, que são os links entre as categorias, realizados pelas setas. Cada node tem um significado de com acordo com o símbolo que carrega consigo, esses símbolos podem ser entendidos através da legenda.

Dessa forma, essa network view busca representar o desenvolvimento do sistema de avaliação por meio dos codes criados ao longo das análises de cada entrevista. Sendo

assim, a descrição dessa representação gráfica começará do centro para a esquerda, seguindo a ordem das setas.

Com as várias mudanças que aconteceram no mundo e também no Brasil o **campo** passa a **fazer parte de uma nova lógica** influenciada pelas ideias neoliberais que acabou sendo a **causa da** criação do **Ranking Qualis**, que organizou a qualificação dos periódicos no país, os conceituando de A1 à B5, até a última colocação que é C. Cada qualificação recebe uma pontuação que irá compor a avaliação do programa, dessa forma, quanto maior a pontuação melhor. O Ranking Qualis se tornou **propriedade de uma instrumentalização**, ou seja, um elemento causador da instrumentalização na forma de avaliação, a partir de então foi percebida que as regras se traduziram em métricas quantitativas. Dessa forma a instrumentalização **está associada com o foco na pesquisa**, pois após a inserção dessas regras instrumentalizadas a valorização da pesquisa, da produção científica e da pontuação passou a ser considerada de forma muito relevante. Essa preocupação demasiada com pesquisa e publicação passou a nortear a organização do campo e dos agentes e o **foco na pesquisa** acabou se tornando a **causa do produtivismo**, um fenômeno em que a exaltação da produção é exacerbada e passa a se tornar o norte dos agentes.

Por sua vez o **produtivismo está associado com a redução do tempo** de conclusão dos trabalhos, está diretamente relacionado com a noção de que quanto menos tempo gasto para produzir um trabalho melhor. Por isso, a duração de cursos de mestrado e doutorado foram reduzidas. Além disso, há uma tendência em preferir realizar pesquisas mais curtas e rápidas para que gerem publicações o quanto antes.

Toda essa fugacidade do campo relacionada com a **redução do tempo está associada com regras sem clareza**, pois ocorrem mudanças das mesmas durante o período de avaliação, deixando os agentes confusos e sem saber ao certo como essas mudanças irão impactar no cotidiano, a falta de clareza ocorre principalmente na modificação da qualificação de periódicos, rebaixando os que antes tinham uma pontuação, prejudicando assim, o planejamento dos agentes para alcançar os pontos mínimos necessários.

Dessa forma, essas **regras sem clareza** também **estão associadas à** percepção de **qualidade x quantidade**, pois não importa qual modificação ocorra os agentes devem estar sempre atentos em publicar e pontuar. Porém, nem sempre o que é publicado possui qualidade e densidade suficiente para ser divulgado, pois como já

mencionado as pesquisas precisam ser cada vez mais rápidas e ágeis para cumprir o prazo. Sendo assim, a qualidade acabou sendo percebida como sinônimo de quantidade, ou seja, quanto mais produtivista um agente, melhor será sua avaliação e consequentemente seu reconhecimento de qualidade no campo.

Desse modo, a **qualidade x quantidade** acabou se tornando **propriedade do reconhecimento sobre a qualidade**, pois ainda que as produções não possuam o impacto e a relevância necessária para o campo, se elas acontecerem em alta quantidade elas serão reconhecidas e percebidas como de qualidade, afinal o que passou a nortear o campo foi o volume de produção, sendo esse o requisito mais expressivo para uma boa avaliação.

Além disso, o **reconhecimento sobre a qualidade** também é **parte da internacionalização**, pois como uma tentativa de diferenciação muitos agentes buscam a internacionalização para se destacar e ampliar seus limites, visando o reconhecimento em campos estrangeiros. Nesse sentido, a internacionalização também se tornou um requisito que contribui para uma boa avaliação - apesar de não ser exigida até o momento - e por essa razão passou a fazer parte do que do reconhecimento sobre a qualidade para o sistema de avaliação.

Como a internacionalização também acontece por meio da publicação de trabalhos em revistas internacionais que possuem uma pontuação no campo foi percebido por parte dos agentes, que talvez a avaliação feita por meio das melhores publicações dos agentes seja uma solução para corrigir as disfunções causadas pelo produtivismo, que gerou muitos trabalhos, porém poucos com consistência necessária. Dessa forma, a **internacionalização** é a **causa da tentativa de subversão**, pois os periódicos internacionais geram publicações altamente qualificadas, e dessa forma percebeu-se que as publicações qualificadas, não só as internacionais, mas também as nacionais poderiam ter mais consistência e profundidade, buscando frear o produtivismo que se instalou no campo.

Com a criação dessa network view buscou-se ilustrar de forma gráfica alguns elementos extraídos dos dados que fazem parte do desenvolvimento do sistema de avaliação nos últimos anos. Destacou-se as principais mudanças e movimentos que aconteceram em virtude da instalação da lógica produtivista, visando agregar uma visão dinâmica e figurativa ao trabalho.

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevistas

ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADA

Título: A Influência da lógica produtivista nas disputas de poder no interior do campo de pós-graduação em administração no Rio de Janeiro: uma análise a partir da abordagem de Pierre Bourdieu.

PARTE 1 –Introdução

1) Abertura da entrevista:

- ✓ Apresentação
- ✓ Objetivos e importância da pesquisa
- ✓ Assinatura do termo de consentimento
- ✓ Orientações sobre a responsabilidade e sigilo das informações
- ✓ Orientações sobre procedimentos da entrevista
- ✓ Solicitação para gravação da entrevista

1. Poderia me falar sobre a sua trajetória acadêmica aqui na Universidade (nome da universidade)? (caraterização do entrevistado)
2. Atualmente quais são os critérios para o convite e o credenciamento de um docente no programa?
3. Percebeu alguma mudança significativa das exigências feitas quando se credenciou ao programa, e das exigências feitas agora? (aos mais antigos)
4. Poderia falar sobre o que o programa espera, (em relação às ações, participação e atividades), de um docente credenciado?
5. Já houve algum caso em que um docente não conseguiu se credenciar?
6. O que leva um docente a ser descredenciado do programa?
7. Como seu programa se relaciona com os demais programas de pós-graduação do Estado?
8. De uma maneira geral, como seu programa percebe a avaliação da Capes e como se estrutura para receber a avaliação?
9. Como seu programa busca se posicionar entre os demais da mesma área?

10. Em sua opinião quais seriam as organizações de excelência no estado? Por quê?
11. Em sua opinião quais são os objetivos que um programa deve alcançar para se manter ou se tornar de excelência?
12. Você acredita que ocorra competição entre os programas?
13. Qual a sua principal contribuição para que o programa seja bem avaliado e o que mais é solicitado?
14. Qual a importância você dá para a sua produção científica?
15. Como você percebe a necessidade de publicação?
16. Para o seu programa qual a finalidade da produção científica?

Encerramento

- ✓ Outras questões levantadas pelo entrevistado
- ✓ Sugestões para avanços da pesquisa
- ✓ Sugestões de entrevistados
- ✓ Solicitação de retorno caso seja necessário
- ✓ Agradecimento

APÊNDICE C – Protocolo de Ética

Protocolo Padrão de ética

Meu nome é Ana Paula Medeiros Bauer. Sou aluna do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e pesquiso sobre o campo de pós-graduação em administração fazendo uma análise com base em Pierre Bourdieu. Caso você tenha qualquer pergunta após esta entrevista, sinta-se à vontade para me contactar pelo telefone 0xx 9xxxxxxx0 ou pelo xxxxxxx@id.uff.br.

Agradeço a sua boa vontade em participar da minha pesquisa. Sua participação é muito importante. Antes de começar as perguntas, gostaria de firmar com você alguns fatos importantes:

- Sua participação é voluntária.
 - Você pode se recusar a responder qualquer pergunta.
 - Você pode interromper a entrevista a qualquer momento.
 - Esta entrevista tem caráter estritamente confidencial, e só será disponibilizada para os membros da equipe que conduz o projeto. Seu nome ou quaisquer dados que o identifiquem que forneça aqui são totalmente confidenciais, e não serão compartilhados fora do âmbito do grupo de pesquisa.
 - Extratos / pedaços desta entrevista, na forma como foram falados, poderão fazer parte do relatório final, mas sob nenhuma circunstância, seu nome ou características suas que a possam identificar serão incluídas no relatório.
- Permito que a entrevista seja gravada em gravador de áudio.

Assinatura:
